

a medina e a romã

reflexões para o ensino de história da urbanização

allan pedro dos santos silva

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

*universidade de são paulo
faculdade de arquitetura e urbanismo*

Catálogo na Publicação do Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Silva, Allan Pedro dos Santos

A medina e a romã: reflexões para o ensino de história da urbanização / Allan Pedro dos Santos Silva; orientador Nestor Goulart Reis. coorientador Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno - São Paulo, 2023.
200 p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Urbanização. 2. Ensino -- Urbanização. 3. Orientalismo.
I. Reis, Nestor Goulart, orient. II. Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira, coorient. III. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em:
<<http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>>

a medina e a romã

reflexões para o ensino de história da urbanização

allan pedro dos santos silva

*nestor goulart reis filho (orientador)
beatriz piccolotto siqueira bueno (co-orientadora)*

*Aos colegas estudantes da FAUUSP,
que dão sentido a cada palavra aqui
registrada e à minha formação.*

Alguns agradecimentos

Por mais protocolar que possa parecer, devo dizer que o presente Trabalho Final de Graduação é fruto do trabalho, da disposição e da gentileza de muitos. Se o dedico aos estudantes da FAUUSP, é em agradecimento à sua contribuição fundamental para que o texto a seguir fosse escrito e fizesse sentido, mas não poderia deixar de iniciar estes agradecimentos por aqueles que conduziram a minha formação: meus professores.

Agradeço ao meu orientador, professor Nestor Goulart Reis Filho, emérito desta escola, pela disponibilidade e dedicação (sem falar na paciência) em me orientar. Fico verdadeiramente honrado pelo privilégio de ter um diálogo franco, engajado e tão decisivo à minha formação com o pioneiro de nosso campo.

À minha co-orientadora de TFG e orientadora de tantas outras atividades, professora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, agradeço pelos quase cinco anos de orientação, confiança, amabilidade e, sobretudo, por acreditar no meu trabalho – a despeito de todas as vezes que eu mesmo não o fazia.

Ao Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto - AUH (inclusos professores, secretárias, Conselho e Assembleia), agradeço por oferecer as bases de minha formação em Arquitetura e Urbanismo com tanta qualidade, e ainda pelo carinho com o qual sempre fui recebido em seus espaços. Em especial, agradeço a

Ana Castro, Andrea Loewen, Beatriz Kühl, Flávia Brito, Mário D'Agostino (*in memoriam*) e Nilce Aravecchia.

Agradeço, ainda, aos meus orientadores das diversas atividades que desenvolvi nesta escola: Artur Rozestraten, Ivo Giroto, Mônica Junqueira, Renato Cymbalista, Tatiana Sakurai e Joana Mello.

À professora Joana Mello de Carvalho e Silva devo especial agradecimento, por ser sempre fonte de inspiração por seu compromisso com a formação dos estudantes da FAUUSP, engajamento que certamente me fez repensar a trajetória profissional que pretendia construir quando de meu ingresso nesta escola.

Aos docentes do Departamento de Letras Orientais da FFLCH, agradeço por me introduzirem ao vasto universo de conhecimento que perpassa a História, a Literatura, a Língua e a Filosofia Árabes. Nomeadamente, Arlene Clemesha, Miguel Attie Filho e Paulo Farah.

À Diretora de Cultura do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, Sabrina Studart Fontenele Costa, agradeço pela companhia, aprendizagem e estímulo imprescindíveis ao longo de todo o processo de conclusão de curso.

Feitos os agradecimentos aos meus professores, agradeço, com muito carinho, aos amigos que me acompanharam com tanto zelo e paciência durante os anos que antecedem a redação deste TFG, os quais menciono a seguir.

Aos amigos que fizeram da FAUUSP um lugar seguro e desejado de se estar ao longo desses seis anos: Daniel Kenzo, Eric Dick, Giovanni Feitosa, Henrique Cruz, Georgina Sharp, Daniel Cruciol, Marcella Pelucchi, Flora Anacleto, Daniel Lutfi, Igor Gomes, Ana Kühl, Gustavo Menossi, Pedro Daré e Patrick Correa.

Aos queridos amigos que fiz no GFAUD e levo para a vida: Bárbara Servidone, Miguel Fiorelli, Beatriz Costa, Julia Terron, Júlia Morais, Gabrielle Gusmão.

Aos amigos que, com tanta gentileza, revisaram este e outros trabalhos fundamentais de minha graduação: Vitor Lima, José Augusto Beltrami Filho e Eduardo Motidome (FAU), Vitória Freitas (DH) e Eduardo Mota (DL), da FFLCH.

Aos amigos Léo Vitor Utida e João Pedro Daltro, que fiz há tão pouco tempo e que me deram suporte e acolhimento tão fundamentais para conclusão deste trabalho.

E aos amigos que, mesmo à distância, sempre fizeram questão de me acompanhar ao longo da minha graduação: Ana Ferris, Carolina Akemi, Caroline Novais, Laura Gimenez, Maria Alice, Marina Branquinho, Tiago Garandy, Thomaz Mendes e Vinícius Moura.

Finalmente, agradeço, com muito amor, às pessoas que eu vi lutar a vida toda para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade – minha mãe e minha avó.

Resumo

Os debates no sentido de revisar práticas e conteúdos que fazem parte do cotidiano do ensino de Arquitetura e Urbanismo no contexto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) têm tido crescente adesão entre estudantes e docentes da escola. O presente trabalho insere-se nesse contexto, buscando incidir especificamente sobre o ensino de História, Teoria e Crítica, em vias de aperfeiçoar práticas de ensino-aprendizagem e revisar o lugar de marginalidade ocupado atualmente pelos povos árabes e muçulmanos no ensino de História da Urbanização.

Partindo de levantamento e análise documental, revisão bibliográfica, visitas a campo e ensaios textuais, defende-se um ensino que reconheça e explore pluralidade da história, estimule uma formação interdisciplinar, dê protagonismo ao estudante e mobilize a pesquisa como motor da formação. Espera-se, com essa perspectiva pedagógica, criar condições mais adequadas para uma inclusão efetiva de agentes invisibilizados por uma historiografia eurocêntrica na formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas.

Sumário

INTRÓITOS

Ponto de chegada, ponto de partida **03**

Introdução – Ponto de Chegada **05**

*Estrelas no chão; A inquietação como motor – a pesquisa;
Aprender formando – o ensino; Caminhar junto aos meus
– o movimento estudantil*

Introdução – Ponto de Partida **23**

Fruto do oriente, imagem do ocidente (e vice-versa); O ensino de História da Urbanização na FAUUSP como caminho

Caminhos percorridos, páginas a percorrer **33**

AS SEMENTES DA ROMÃ (Parte I)

Árabes e muçulmanos no ensino de Hist. da Urbanização **41**

O longo silêncio (1952-2011); A tímida presença (2012-2022)

Os árabes e os muçulmanos que encontramos **53**

*A romã de Braudel; As vistas sobre Toledo em Cardaillac;
Uma Istambul em Freely; Uma outra Istambul em Pamuk;
O avesso da romã em Lygia Rocco; Para onde ir, afinal?*

RECONSTRUIR A MEDINA (Parte II)

Reflexões para o ensino de História, Teoria e Crítica **77**

*Uma sugestão de agenda de pesquisa; Histórias (no plural);
Sair de casa para nela estar; O estudante como protagonista;
A pesquisa como motor da formação (e transformação)*

A medina em ensaios **97**

Ir a Al-Andalus: Córdoba; A longa chegada; [Falsafa – Ideologia 104] Rumo à grande mesquita; [Língua – Cultura 110] Camadas de historicidade; [Poesia – Economia 120] A judiaria [Al Janiah – Política 126]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser Arquiteto e Urbanista **133**

Referências documentais **148**

Referências bibliográficas **149**

Breve nota metodológica **156**

Anexo **162**

Lista de abreviaturas

AUH	<i>Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP</i>	GD	<i>Grupo de Disciplinas</i>
AUP	<i>Departamento de Projeto da FAUUSP</i>	GDUU	<i>Grupo de Disciplinas de Urbanização e Urbanismo</i>
AUT	<i>Departamento de Tecnologia da FAUUSP</i>	GFAU	<i>Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (nome oficial)</i>
CG	<i>Comissão de Graduação da FAUUSP</i>	GFAUD	<i>Grêmio da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (nome corrente do GFAU)</i>
CoC-AU	<i>Comissão de Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP</i>	IGc	<i>Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo</i>
DH	<i>Departamento de História da FFLCH</i>	MAE/USP	<i>Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo</i>
DLO	<i>Departamento de Letras Orientais da FFLCH</i>	RD	<i>Representante/Representação Discente</i>
FAPESP	<i>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo</i>	TFG	<i>Trabalho Final de Graduação</i>
FAUUSP	<i>Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo</i>	USP	<i>Universidade de São Paulo</i>
FFLCH	<i>Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo</i>		

INTRÓITOS

Ponto de chegada, ponto de partida

O presente trabalho assume dois caracteres, complementares mas distintos. O primeiro deles é de que se trata de um trabalho de pesquisa acadêmica dedicado a oferecer uma contribuição ao campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo e, mais especificamente, à formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas. Por outro lado, há que se reconhecer que este é também um Trabalho Final de Graduação (TFG), cuja função essencial é dar-me a oportunidade de demonstrar que possuo condições de receber o título de Arquiteto e Urbanista, atendendo às expectativas de formação para o exercício profissional.

Evidente que tal divisão é imaginária e possivelmente um falso problema, visto que apresentar uma contribuição ao campo é uma maneira de demonstrar que estou apto a atuar em seu interior (e vice-versa). Por outro lado, tamanha formalidade é um caminho de afirmar que este trabalho encontra-se no limite entre dois universos: é simultaneamente ponto de chegada (o fim do meu curso de graduação) e ponto de partida (de minha carreira como arquiteto e urbanista).

Assim sendo, faço questão de apresentar ao leitor duas introduções: a primeira, autoral (e em grande medida pessoal), incide sobre o trabalho como ponto de chegada, como encerramento de um ciclo de formação sintetizado num TFG em Arquitetura e Urbanismo; por sua vez, a segunda introdução debruça-se sobre a construção de um problema para o campo disciplinar ao qual me proponho a atuar profissionalmente. Advirto, entretanto, que não se trata de uma introdução sobre o passado e uma sobre o futuro. Ambas são sobre o tempo presente, afinal, o tempo que passou nos é inacessível, enquanto que o futuro sempre encontra brechas para assumir formas das mais inesperadas para nos escapar às mãos.

Introdução – Ponto de Chegada

Dentre os diversos caminhos possíveis de serem trilhados no âmbito do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, acredito que o meu não seja dos mais difíceis de caracterizar. Por esta clareza, produtora e produto de uma sucessão de escolhas que fizeram com que eu me aproximasse de maneira intensa do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH), talvez seja oportuno apresentar ao leitor o que informou diretamente o presente trabalho. Afinal, em se tratando de um TFG, que de certa forma sintetiza o caráter de minha formação, seria para mim um deslize imperdoável não historicizar meu próprio trabalho.

Por historicizar, não entendo somente uma tentativa de situar um objeto no tempo. Tenho para mim que historicizar mobiliza o pensar espaço, instituições, experiências (individuais e coletivas), relações, escolhas, imaginários, atritos, lugares de falar sobre e lugares de pensar o mundo, dentre outros elementos que, sim, estão vinculados ao tempo. Aos que desejarem situar o trabalho por conta própria, fazê-lo após a sua leitura, ou

sequer fazê-lo, recomendo partir diretamente para a segunda introdução ao trabalho; aos que desejarem acessar mais uma construção narrativa de autoafirmação, também passível de historicização e problematização, apresento a seguir os caminhos que me trouxeram até aqui.

Estrelas no chão

Das memórias próprias que tenho oportunidade de acessar, a mais distante se origina de um itinerário com origem no Guarujá, minha cidade natal, em direção a São Paulo, metrópole na qual viria a residir a maior parte da minha vida. Se sua espacialização é clara, a datação esbarra em enorme imprecisão, mas provavelmente algo em torno dos meus 4 ou 5 anos de idade; cerca de 2001, portanto.

Era noite, olhei pela janela do carro e vi uma porção de pontos de luz no chão, muito distantes de mim, muito próximos entre si, como se as estrelas tivessem descido do céu de encontro à terra e às suas iguais. Não entendia como podia ver abaixo de mim o que eu sabia que pertencia ao céu, tampouco me era clara a excessiva proximidade entre as estrelas no chão.

Mais tarde tomei ciência de que aqueles pontos de luz não pertenciam ao céu, mas sim à iluminação doméstica, industrial, portuária, urbana: eram as cidades que compõem a Baixada Santista vistas da Serra do Mar. Foi provavelmente minha primeira visão panorâmica de um conjunto urbano, meu primeiro voo de pássaro, no qual tomei consciência de uma dimensão

da cidade que fugia à minha experiência corriqueira com a materialidade do espaço intraurbano. Tratava-se, em essência, de observar o urbano através de seu exterior, de uma perspectiva, de imagem ou representação. Este conjunto de inquietações constituem o que foram minhas primeiras perguntas sobre o fenômeno que mais tarde eu entenderia por urbanização.

Embora pontual e distante, este evento quase perdido em minha memória é um entre tantos outros que colocaram o fenômeno urbano no centro de meus questionamentos. Nele, escala, topografia, hidrografia, infraestrutura, conexões, redes, forma, paisagem, espaço, visualidade e imaginação encontram-se com uma naturalidade que muito dificilmente seria produzida não fosse a minha inocência. Tratava-se de um parlamento precoce dos elementos que integrariam meu cotidiano anos mais tarde, quando do meu ingresso na FAUUSP.

Na graduação, essa memória distante que se impregnou em minha mente ganhou novo sentido, sedimentando-se no decorrer de minha formação e vinculando-se a outros fragmentos de memória na medida em que eu trilhava caminhos na FAUUSP. Três desses percursos destacam-se e desembocam no presente trabalho, em certa medida refletindo a simultaneidade com que foram trilhados: a pesquisa, o ensino e o movimento estudantil.

A inquietação como motor – a pesquisa

Considero as atividades de pesquisa como um dos pilares de minha formação, não só em sua circunscrição em iniciações científicas, mas também como prática cotidiana no interior das disciplinas obrigatórias e optativas. Dentre as diversas experiências pelas quais me formei, uma das mais relevantes se deu na disciplina *AUH0152 - História e Teorias da Arquitetura II*, ministrada pela Prof.^a Dra. Nilce Aravecchia, em 2018.

Na ocasião, foi proposto o trabalho integrado “Cidade e Arquitetura”, que articulava a *AUH0152* às disciplinas *AUH0150 - História e Teorias da Arquitetura I*, ministrada pela Prof. Dra. Joana Mello de Carvalho e Silva, e *AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I*, ministrada pelas professoras Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Dra. Flávia Brito do Nascimento (ambas disciplinas de primeiro ano, enquanto a *AUH0152* era ministrada para o segundo ano). O trabalho foi desenvolvido em equipes compostas por três estudantes do primeiro ano e três do segundo ano da graduação¹, que tinham por objetivo realizar uma “análise crítica da urbanização da cidade, de um conjunto arquitetônico ou um exemplar arquitetônico edificado no arco temporal coberto pelas disciplinas”², e cujo estudo de caso parti-

1 Ocasão na qual tive o privilégio de trabalhar com minhas colegas de turma Georgia Sharp e Flora Anacleto, e com os ingressantes Ângelo Gomes, Francisco Fecarotta e Henrique Cruz.

2 Programa de 2018 da disciplina obrigatória *AUH0236*, turma da Prof.^a Dra. Flávia Brito do Nascimento. O arco temporal a que se faz

ria de uma cidade sorteada para cada grupo.

Fomos convidados a estudar a cidade de Damão, à costa oeste da atual Índia, sob orientação da professora Beatriz Bueno, oportunidade que marcou profundamente minha graduação. Elegendo as estruturas defensivas da cidade para investigação (muralha, forte São Jerônimo e um reduto fortificado no centro da cidade murada), gerou-me excessiva inquietação perceber que a maior parte da bibliografia da qual dispúnhamos referia-se à cidade como uma joia do urbanismo renascentista implantada na Índia, quando sabia-se pela própria documentação de época que o arruamento de traçado ortogonal era decorrência do uso de um forte islâmico de planta quadrada (aquele situado no centro da cidade murada) como matriz para o traçado das ruas (cf. Rossa, 1997). Isto é, em que medida a cidade era de fato o florescer do Renascimento pelas mãos portuguesas na Ásia, e em que medida as preexistências humanas (aqui, muçulmanas) não teriam sido uma das forças motrizes para a urbanização portuguesa em Damão?

Foi a partir dessa questão que, sob orientação da professora Beatriz Bueno, iniciei uma busca por respostas, materializada no projeto de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e aprovado pela mesma instituição em setembro de 2019 sob o título “A Mobilização Ibérica como Laboratório do Mundo: paisagem, cultura

menção é entre os primórdios da urbanização, cerca de 4000 a.C., e o Barroco.

material, circulações planetárias, histórias partilhadas e as cidades no Estado da Índia (Damão, Goa, Baçaim, Chaul, Diu e Cochim)”³. No âmbito da Iniciação Científica, as preexistências e os hibridismos que constituíram as cidades portuguesas na costa oeste do Hindustão mostraram-se fundamentais para os estudos de urbanização, mas também os apagamentos produzidos pelas fontes documentais e sobretudo pela historiografia do Império Português de tudo que não era lusitano.

Além do forte islâmico de Damão, outros elementos da cultura material e imaterial árabe e islâmica ganharam relevo⁴: o forte islâmico na região de Baçaim, que posteriormente foi denominado como Forte de São Sebastião e, à semelhança do que ocorreu em Damão, orientou o arruamento da cidade portuguesa homônima; as muralhas, tessitura e conjunto edificado da medina de Diu, incorporados praticamente por completo à praça forte portuguesa ali implantada; e o porto de Chaul, oferecido pelo poder local em troca de apoio contra o sultanato de Bijapur, detentor da cidade portuária concorrente de Chaul, Goa, que posteriormente seria tomada pelos portugueses e se tornado o caso

3 Processo 19/06637-7 da FAPESP.

4 O caso de Cochim apresenta-se com uma particularidade: pertencência a uma região predominantemente hindu no sul do Hindustão, diferenciando-se profundamente das outras cinco cidades, situadas em regiões islâmicas. O estudo do caso de Cochim resultou num artigo publicado na revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade, “Cochim como laboratório do mundo: uma paisagem no Estado da Índia no século XVI” (Silva, 2020).

mais emblemático dentre os estudados na pesquisa.

O caso de Goa ganha relevo por uma série de fatores: o estatuto adquirido de capital do Estado da Índia Portuguesa; suas dimensões territoriais e rápido processo de expansão para além de seus limites anteriores à chegada lusitana; sua posição estratégica no comércio global que se desenvolvia entre as quatro partes do mundo (Gruzinski, 2014); sua eleição para sediar o Bispado e o tribunal do Santo Ofício pelo poder eclesiástico; sua denominação pelos europeus como “Roma do Oriente”. No âmbito da pesquisa, como nos demais casos, chama atenção as preexistências e sua incorporação pelos portugueses: os muçulmanos da região haviam legado aos portugueses, além da situação e localização estratégicas da cidade em termos comerciais, defensivos e navegacionais, o arruamento, os largos, os edifícios institucionais, a muralha, os recursos naturais e humanos. Do *souq* (mercado) que se torna Rua Direita, da *masjid* (mesquita) que se torna igreja, da *qasr al-hakim* (palácio do governador) que se torna inquisição, da *qasba* (um reduto fortificado, cidadela) que se torna Palácio dos Vice-Reis, a história urbana da Goa portuguesa era uma continuação clara da história urbana da Goa muçulmana.

Até aquele ponto, já era evidente para mim o quão fundamental era o estudo da urbanização do árabe e islâmica para o estudo da presença portuguesa no mundo, o que me levou às salas de aula de Arlene Elizabeth Clemesha, Miguel Attie Filho, Paulo Daniel Elias Farah e Michel Sleiman, professores do Departamento de Le-

tras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), que ministraram disciplinas fundamentais para minha formação nos campos da História, Filosofia, Língua e Literatura árabes, respectivamente.

Apesar da flagrante relação estabelecida entre os portugueses (e seus processos de urbanização no âmbito do Império) e os árabes e muçulmanos do Hindustão, não me era claro ainda a pertinência desses estudos no Brasil, e mais especificamente na FAUUSP. É sabido que a presença portuguesa no Atlântico e no Índico foi concomitante e articulada, mas não tinha ainda condições de tornar a discussão empiricamente alicerçada na cultura material. O quadro alterou-se num feliz acaso: ouvindo Maria Bethânia falar na “Roma Negra” ao referir-se ao Recôncavo Baiano, na música composta por Caetano Veloso e intitulada “Reconvexo”.

Assim como as embarcações europeias circulavam entre o Atlântico e o Índico, a imagem da capital da cristandade, Roma, foi reconstruída em escala global, hibridizada, enegrecida e orientalizada. As capitais ultramarinas do Império Português, Salvador e Goa, eram a materialização do processo descrito minuciosamente por Serge Gruzinski como a mundialização. Em outras palavras, urbanização e mundialização estavam absolutamente entremeadas em minha mente e à sua época, assim como Goa e Salvador, que foram estudadas comparativamente numa renovação da bolsa de iniciação científica da FAPESP iniciada em 2019 (que recentemente se desdobrou num projeto de Mestrado

apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP e aprovado para início em 2023). Para minha surpresa (ou alegria), os elementos que havia estudado em Goa encontravam-se também em Salvador e, mais especificamente, elementos da Goa muçulmana que permaneceram na Goa portuguesa estavam presentes na primeira capital do Brasil⁵.

Aprender formando – o ensino

Motivado pelo desejo de aprofundamento nos estudos dos temas abordados pela disciplina AUH0150 - *História e Teorias da Arquitetura I*, no primeiro semestre de 2018 (terceiro semestre da minha graduação, portanto) fiz contato com a Prof.^a Dra. Joana Mello de Carvalho e Silva para me candidatar à monitoria voluntária na mesma disciplina, que seria ministrada por ela naquele semestre⁶, tendo sido gentil e prontamente acolhido⁷.

5 O estudo completo, com a descrição cuidadosa destas relações, ainda carece de publicação. Parte dele resultou num texto apresentado no III Congresso de la Asociación Iberoamericana de Historia Urbana, ocorrido em Madrid, Espanha, no presente ano.

6 Note-se que a disciplina é exatamente aquela que desenvolveu o trabalho “Cidade e Arquitetura” integrado com a disciplina AUH0152 - *Histórias e Teorias da Arquitetura II*, que me levou ao estudo de caso de Damão. Além da relação quase conflituosa entre ser monitor e aluno simultaneamente, a concomitância dos eventos reforça a ideia de que os caminhos da pesquisa, do ensino e do movimento estudantil frequentemente se entrelaçam.

7 A disciplina contava ainda com mais uma monitora voluntária e então graduanda da FAUUSP, Lara Nakazone, e um estagiário do

Se o estudo de caso da cidade de Damão naquele mesmo ano foi um ponto de virada para meus interesses no campo da pesquisa, foi na monitoria orientada pela professora Joana Mello que descobri um dos meus maiores prazeres: ocupar outros espaços em sala de aula que não o de aluno. Enquanto monitor, tive a oportunidade de pensar a formação para além da minha experiência, das minhas expectativas e dos meus interesses, priorizando o tempo todo o aprendizado de estudantes da disciplina *AUH0150*.

Foi devido ao trabalho comprometido, cuidadoso e responsável da professora Joana que eu me esqueci completamente do meu interesse em me aprofundar nos conteúdos da disciplina, e por sua visão atenta e postura acolhedora percebi que a sala de aula era um laboratório. Ali não só se passavam conteúdos, mas também se construía conhecimento de maneira colaborativa, como ocorria com as atividades de leitura dirigida.

Os exercícios de “Leitura e Análise de Texto” consistiam num trabalho coletivo de revisão bibliográfica, na qual seis estudantes deveriam debruçar-se sobre dois textos de autores diferentes sobre um mesmo tema (relacionado ao curso) e identificar elementos como o tema, a tese, as fontes bibliográficas e documentais mobilizadas, o modo como cada autor pensava a arquitetura, etc. Segundo a professora, o exercício

Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), João Carlos Kuhn, então doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

era prática corrente num curso do Prof. Dr. Fernando Novais (do Departamento de História da FFLCH), e foi adaptado para os alunos do primeiro ano da *AUH0150*. Além de assistir aos alunos em estúdio durante a realização da atividade, houve ainda um trabalho entre monitores, estagiário e docente de preparação de guias de resposta, que eram disponibilizados para consulta pelas e pelos estudantes após receberem a avaliação e correção do exercício. Na prática, éramos um quarteto também quebrando a cabeça para tentar resolver o questionário que nós mesmos havíamos adaptado, exercício que me marcou profundamente e reforçou para mim a importância de transitar entre os papéis em sala de aula.

Tamanho foi o entusiasmo que retornei à monitoria na *AUH0150* em 2019, desta vez com maior atenção ao trabalho integrado “Cidade e Arquitetura”, numa adaptação para somente as duas disciplinas de história do primeiro ano (*AUH0150* e *AUH0236*, então com corpo de professores ligeiramente ampliado⁸). O trabalho parecia ter adquirido um caráter ainda mais experimental, com inclusão de uma maquete e um seminário como entrega final, no lugar das monografias produzidas no ano anterior. A investigação que antes havia se resumido às bibliotecas ganha novos instrumentos,

8 Ministraram a *AUH0150 - História e Teorias da Arquitetura I*, além da professora Joana Mello, a Prof.^a Andrea Buchidid Loewen e o Prof. Mário Henrique Simão D’Agostino; e a *AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I*, além das professoras Beatriz Bueno e Flávia Brito, a Prof.^a Ana Cláudia Scaglione Veiga de Castro.

como os laboratórios de ensaios, os ateliês, a sala de aula. O engajamento e o frescor do primeiro ano e dos docentes que retornavam às disciplinas parecia ter dado nova vida ao trabalho.

Já mais maduro e tendo realizado o trabalho integrado por duas vezes no ano anterior⁹, notei ter maiores condições de elucidar questões de estudantes relativas não só ao funcionamento da disciplina, mas também às expectativas das atividades do curso e sua pertinência para formação em Arquitetura e Urbanismo. O trabalho ganhara maior sentido para mim, e aparentemente para as e os ingressantes. Naquela altura, não havia dúvidas de que eu tinha interesse em continuar atuando junto às disciplinas do AUH, ao passo que as pesquisas que vinha desenvolvendo concomitantemente me motivavam cada vez mais a me aproximar do Grupo de Disciplinas de Urbanização e Urbanismo (GDUU).

As quatro monitorias subsequentes, nas disciplinas obrigatórias *AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I* (2020), *AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II* (2019 e 2020), e na disciplina optativa

9 No meu quarto semestre, no segundo semestre de 2018, cursei as disciplinas *AUH0154 - História e Teorias da Arquitetura III*, com a professora Joana, e *AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II*, com a professora Ana Castro, nas quais havia um trabalho integrado semelhante, intitulado “Cidade, Arquitetura e Trajetórias Profissionais”, cujo produto final era um verbete. Na ocasião, trabalhei junto do meu colega de turma e estimado amigo Giovanni de Lucena Feitosa, sob orientação da professora Beatriz Bueno, tendo como objeto de estudo o Mercado Municipal de São Paulo, do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares.

AUH0237 - Urbanização e Urbanismo no Brasil (2019), todas sob tutoria da professora Beatriz Bueno, cristalizaram o interesse que havia sido despertado sob tutoria da professora Joana Mello e situaram em definitivo os estudos da urbanização como um dos temas prioritários da minha formação na FAUUSP.

Nas monitorias das disciplinas do GDUU pude notar a marginalidade do que eu vinha desenvolvendo em termos de pesquisa, apesar dos esforços evidentes dos diversos docentes em atualizar os debates em sala de aula. Na *AUH0236*, temas como a presença ibérica no mundo, a presença árabe na história da urbanização do período medieval e as trocas em escala global por vezes mencionavam os povos árabes e muçulmanos, mas menos do que eles aparentemente contribuíram para a mundialização e a urbanização – em relação aos estudos de urbanização do território brasileiro, eles parecem ainda mais distantes. Nas outras disciplinas da sequência, eles simplesmente desaparecem. É nesta análise, concomitante às minhas pesquisas de iniciação científica, que reside um dos problemas fundamentais que motivaram o presente trabalho: não era somente a historiografia brasileira da urbanização e a historiografia da urbanização brasileira que não havia se debruçado sobre a urbanização dos mundos árabe e islâmico; tampouco o fizemos em sala de aula.

Caminhar junto aos meus – o movimento estudantil

Durante os anos que permaneci na FAUUSP sinto que pude revisitar os anos de Ensino Médio, quando integrei o Grêmio Livre Antônio Fernandes da ETEC Carlos de Campos (GLAF), entidade que tive o privilégio de presidir no meu ano de formatura, em 2014. Na FAUUSP, porém, o que eu entendia por movimento estudantil foi enriquecido em concepção e prática. Se na escola o GLAF era uma entidade representativa e promotora de atividades (sobretudo esportivas e culturais), o Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (GFAUD), era também espaço de formação política, pessoal e acadêmica.

Diferentemente do que acontecia no GLAF, o GFAUD não é um espaço restrito à sua Diretoria, isto é, àqueles que compõem a chapa eleita para fazer a gestão da entidade. Colocando em prática uma definição do próprio estatuto da entidade¹⁰, basta ser aluno da FAUUSP para ser membro do GFAUD e atuar nas atividades promovidas pela organização ou a ela atribuídas. Foi nesse contexto que em 2018 tive envolvimento com dois grupos de trabalho criados por ocasião da greve dos estudantes, servidores docentes e servidores técnico-administrativos da USP: o GT de Permanência e GT

10 Segundo o Estatuto do GFAUD, em seu Artigo 8º, da Seção II - Dos Associados, “são associados do GFAU todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da [FAUUSP].” (GFAU, *Estatuto do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*, 2008, p. 2)

de Articulação. Além deles, as semanas de greve foram completamente tomadas por reuniões abertas, rodas de conversa, assembleias, comandos de greve, manifestações, entre outras atividades que me aproximaram irreversivelmente do Grêmio.

Pouco após a greve, fui convidado a assumir a Representação de Turma e indicado pela presidência do GFAUD para assumir a cadeira de Representante Discente (RD) do curso de Arquitetura e Urbanismo na Comissão Assessora da Direção junto ao Serviço Técnico de Biblioteca, comissão para a qual fui reconduzido duas vezes e permaneci ao longo de três anos. Em 2019, fui indicado para compor também a Comissão de Cooperação Nacional e Internacional da FAUUSP (CCINT), onde permaneci por dois anos.

Ingressando finalmente na Diretoria do GFAUD ao final de 2020, fui eleito pelo corpo discente da FAUUSP para assumir as cadeiras dos cursos de graduação na composição do Conselho do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH) - reconduzido para 2022 – e da Comissão de Graduação (CG). Na mesma época, integrei ainda a Comissão Organizadora do *I Seminário de Graduação do GFAUD*, que se realizou no início de 2021. Foi a partir desse acúmulo de atribuições e cadeiras que pude ter uma visão panorâmica das questões que envolviam o ensino na FAUUSP, desde as questões envolvendo infraestrutura e materiais didáticos até os processos de contratação de novos docentes.

Como RD do Conselho do AUH, fui designado pelos meus pares para conduzir as discussões emergentes sobre avaliação e eventual revisão dos conteúdos das disciplinas obrigatórias do AUH no curso de Arquitetura e Urbanismo, tema que vinha aparecendo de maneira recorrente no interior do Departamento e nos corredores da escola. Das discussões realizadas, destacavam-se duas questões: 1. Os alunos sentiam falta de uma maior inclusão de regiões além da América e Europa nas disciplinas (isto é, julgavam apequenado o lugar, por exemplo, da África e da Ásia); 2. A indicação de um ensino mais voltado aos materiais e aos métodos da produção em história, teoria e crítica como possível saída para acolher os temas emergentes não contemplados pelas disciplinas obrigatórias do curso, dando maior autonomia ao corpo discente para mobilizar temas de interesse fazendo uso de um instrumental teórico e metodológico consistente que pudesse ser mais recorrentemente ensinado em sala de aula.

O anseio por transformações profundas no ensino de história, teoria e crítica pelo AUH no contexto do curso de Arquitetura e Urbanismo ainda é um tema em discussão, que embora tenha aderência generalizada entre os estudantes, encontra obstáculos no âmbito do departamento e da própria estrutura da escola. De fato, é notável o esforço dos próprios docentes do departamento em transformar suas disciplinas dentro das oportunidades e limitações colocadas pelas ementas, currículo e grade horária, contexto no qual o “Cidade e Arquitetura” e o “Cidade, Arquitetura e Trajetórias Pro-

fissionais” são duas experiências merecedoras de menção. Por outro lado, os esforços individuais e por vezes isolados não só não tiveram até o momento condições de provocar as mudanças estruturais desejadas pelos estudantes, como também acomodam um adiamento indefinido do debate por uma transformação mais incisiva nos modos de formação histórica, teórica e crítica de egressos da FAUUSP.

Vale lembrar, ainda, que a mudança do perfil discente da faculdade em grande medida estimula e enriquece o debate, tensionando as estruturas que naturalizamos ou temos revisto somente parcialmente e exigindo uma reflexão e ação mais profunda em acolher este novo perfil. Mais do que isso, indica que o campo disciplinar tem ainda um longo percurso de inserção em contextos de pensamento e intervenção que sempre estiveram à margem de suas prioridades. No caso da FAUUSP, em específico, é evidente que suas estruturas não tinham sido capazes de penetrar com êxito na sociedade como um todo; do contrário, o ingresso de estudantes com perfis racial e socioeconômico diferentes do que se via historicamente na escola não teria causado tamanho estranhamento, para não dizer desconforto.

À luz desse conjunto de experiências e da compreensão de que é fundamental o engajamento estudantil e de nossa classe na transformação e aprimoramento das práticas de ensino de Arquitetura e Urbanismo, não poderia ser outro o objeto do meu TFG senão o ensino de História da Urbanização, em especial um ensi-

no que dê subsídios para um aprendizado ativo e inclua o estudo dos povos árabes e muçulmanos, colocando em discussão povos nativos em diversas latitudes do globo terrestre em seu poder de agência e protagonismo na produção material dos espaços, fundamentais à reflexão sobre a urbanização de nosso próprio país e fora dele, num contexto mundial cada vez mais global e híbrido, rico em negociações e tensões.

Introdução – Ponto de Partida

Fruto do oriente, imagem do ocidente (e vice-versa)

O historiador francês Fernand Braudel ocupa posição das mais prestigiadas em seu campo disciplinar. Autor de clássicos como *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949) e *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle* (1967), foi uma das figuras centrais da historiografia francesa no século XX, e sua obra e trajetória tiveram impacto sobre gerações de historiadores. É deste lugar destacado que Braudel dedicou algumas páginas a pensar a relação entre as cidades e as civilizações, tomando como referência “o caso do Islame”:

Um outro traço comum a todas as cidades, e que todavia está na origem das suas profundas diferenças de fisionomia, é que são todas produtos das suas civilizações. Para cada uma delas, há um protótipo. O Padre du Halde repete-o de bom grado (1735): “já disse outro sítio que não há quase

diferença entre a maior parte das cidades da China e que elas são bastante semelhantes, de maneira que é quase suficiente ter visto uma para se formar ideia de todas as outras”. Quem não repetiria estas palavras rápidas, não temerárias, a propósito das cidades da Moscóvia, da América colonial, do Islame (Turquia ou Pérsia), e até, mas com muito mais hesitação, da Europa? Não há dúvida de que há, através do Islame, de Gibraltar às ilhas de Sonda, um tipo de cidade islâmica e o exemplo, só por si, pode bastar-nos como imagem destas evidentes relações entre cidades e civilizações. (Braudel, 1970 [1967], p. 427)

A noção do autor de que a cidade é produto de sua civilização vem acompanhada da afirmação de que uma só cidade seria capaz de constituir uma imagem representativa de todas as outras inseridas nessa mesma civilização. Para que estas duas afirmações coexistam e estejam imbricadas, seria indispensável que houvesse alguma homogeneidade no interior de cada civilização, afinal, se a cidade é produto desta, havendo diferenças substanciais no interior de uma civilização, as cidades refletiriam essas diferenças e, conseqüentemente, uma só cidade não seria capaz de representar a totalidade do conjunto urbano.

Pensemos, pois: as cidades islâmicas, “de Gibraltar às Ilhas de Sonda”, de fato poderiam ser representadas por um só caso? Seria a Medina Al-Salam do século X (ou Cidade Redonda de Baghdad), sede do Califado

Abássida, suficiente para pensarmos a cidade de Córdoba da mesma época, sede do Califado homônimo? E a cidade do Cairo do século XV, seria representativa da Istambul do mesmo período?

Se incluirmos, ainda, a variável tempo, a hipótese defendida por Braudel esbarra em ainda maior complexidade: qual seria esta imagem comum que representaria simultaneamente, além das quatro cidades que já mencionamos, a Meca dos primeiros anos do Islã (século VII), a Goa tomada pelos portugueses na Índia (1510), a Isfahan do século XIX, a Beirut de Samir Kassir (2003), a Cidade Linear do emir Mohammed bin Salman (projeto de 2021), dentre tantas outras cidades (ou, do árabe, medinas) que se acomodam com facilidade à designação de cidade islâmica?

Geralmente são enormes cidades, afastadas umas das outras. As casas baixas estão apertadas como grãos de granada [sementes de romã]. O Islame proíbe (salvo exceções: em Meca, em Djeddah, seu porto, ou no Cairo) as casas altas, sinal de um orgulho odioso. Por não se poderem elevar, invadem as vias públicas que o direito muçulmano defende mal. As ruas são ruelas, dois burros com as suas albardas, obstruem-nas. (Braudel, 1970 [1967], p. 427)

Orientado por relatos de alguns poucos viajantes europeus que visitaram a Pérsia e a Turquia nos séculos XVII e XVIII, Fernand Braudel evoca a imagem da enor-

me cidade com seu casario apertado como sementes de romã, ruas estreitas, mal geridas pelo poder muçulmano e absolutamente sujas (Braudel, 1970 [1967], p. 428). Tais afirmações geram alguma inquietação quando observadas à luz das primeiras palavras do capítulo seguinte: “O Ocidente é uma espécie de luxo do mundo. As cidades foram elevadas a uma temperatura que não se encontra noutros lados. Fizeram a importância do estreito continente [...]” (Braudel, 1970 [1967], p. 430).

O “estreito continente”, também denominado como “Ocidente”, nada mais é do que a Europa, continente sobre o qual o autor se debruça nas páginas seguintes defendendo uma “originalidade” pautada na noção de liberdade – matéria sobre a qual não cabe adentrar nesta introdução. É digna de nota a flagrante inserção de um subcapítulo que caracteriza de maneira pejorativa as cidades islâmicas exatamente antes de uma exaltação da cidade europeia como locus do luxo, da liberdade, do “signo da mudança [...], enquanto as outras cidades, comparativamente, não têm história, estão como que enterradas em longas imobilidades” (Braudel, 1970 [1967], p. 430).

Edward Said, em seu clássico *Orientalism: Western conceptions of the Orient* (1978) reúne elementos importantes que nos ajudam a pensar a imagem das cidades islâmicas construída por Braudel. O autor palestino define o termo “Orientalismo” como

um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na ex-

periência ocidental europeia. O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e recorrentes do Outro. Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade e experiência contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. (Said, 2007 [1978], p. 27-28)

Da descrição pejorativa sobre as cidades islâmicas à aparentemente inocente comparação do casario islâmico com as sementes da romã, as palavras do historiador francês despertam dúvidas. Em que medida seu texto era, de fato, a respeito de cidades islâmicas? Até que ponto esta imagem dirigia-se a construir um enredo que distinguisse as cidades europeias das demais? Em última instância, seria o discurso orientalista? É difícil não enquadrar o texto de Braudel na definição de Said, e mais difícil ainda mapear o alcance da imagem construída pelo historiador acerca das cidades islâmicas.

A essa altura, vale recuperar as palavras de Antoine Prost em suas *Douze leçons sur l'histoire* (1996). Acompanhando autores clássicos da historiografia (francesa, diga-se de passagem), como Seignobos, Prost defende que os fatos históricos não existem senão pelos olhos de um observador, decorrendo de perguntas, fontes e

procedimentos críticos. Em outras palavras, os fatos históricos são fabricados:

Nesse aspecto, encontra-se, sem dúvida, a principal diferença entre o ensino e a pesquisa, entre a história que se expõe didaticamente e aquela que se elabora: no ensino, os fatos já estão prontos; na pesquisa, é necessário fabricá-los. (Prost, 2020 [1996], p. 53)

Enquanto caberia à História (enquanto disciplina) **fabricar** os fatos, caberia ao ensino, nessa perspectiva, apenas **reproduzi-los** tais como foram construídos¹. Assim, à medida em que nos apropriamos de fatos fabricados através de produção historiográfica referencial (materializada sobretudo através de bibliografia especializada), podemos incorrer na reprodução de fatos fabricados, e, quem sabe, até mesmo construir novos fatos a partir desses fatos já anteriormente criados.

À luz dessas noções, o presente trabalho tem em seu horizonte a avaliação do alcance de fatos históricos sobre as cidades islâmicas (como o apresentado por Fernand Braudel), discutindo as imagens sobre esses artefatos que chegaram às salas de aula, e estendendo, ainda, nossa atenção às cidades árabes – visto que ambas são frequentemente mobilizadas conjuntamente,

1 Há, evidentemente, uma certa estanqueidade na formulação, que poderia facilmente ser revista a partir de experiências efetivas de sala de aula (como, por exemplo, aquelas estabelecidas numa perspectiva freiriana).

confundidas ou até mesmo (erroneamente) tomadas como sinônimos.

Conforme já pontuamos acima, identificar e analisar o alcance de imagens como as de Braudel não é tarefa simples, tornando-se ainda mais complexa se decidirmos buscá-la no universo do ensino, que percorre diferentes níveis de formação (da educação infantil ao ensino superior), em diferentes sistemas educacionais, nos mais diversos países, com um recorte temporal vasto e em constante ampliação. Em resumo, o recorte de um estudo de caso se faz bem-vindo (e fundamental).

O ensino de história da urbanização na FAUUSP como caminho

Fundada em 1948 como a primeira escola de Arquitetura e Urbanismo do Brasil², a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) acumulou larga experiência na formação de profissionais dedicados à reflexão e produção do espaço habitado em suas múltiplas escalas, do objeto ao território. Tal pioneirismo certamente contribuiu expressivamente para a constituição dos próprios campos da

2 Havia, ainda que poucas, escolas de arquitetura, tais como a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, fundada em 1930 como a primeira escola de arquitetura da América Latina desvinculada das escolas de Belas Artes e Politécnicas (Oliveira; Perpétuo, 2005); e a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie College, com a desvinculação do Curso de Arquitetura da Escola de Engenharia (também do Mackenzie College), fundado em 1917 (Alvim, et al., 2017).

Arquitetura e do Urbanismo tais como se conformam hoje no país, numa notável indissociabilidade.

Pouco mais de duas décadas mais tarde (1972), funda-se na mesma escola o primeiro programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do país, inaugurando um nível de capacitação profissional no campo disciplinar que até então era delegado às escolas estrangeiras, ampliando, assim, a possibilidade de construção de um quadro qualificado de pesquisadores que gradativamente ocupariam as cadeiras das escolas de Arquitetura e Urbanismo país afora. Reforça-se, aqui, a evidente constituição de uma tradição em ensino e pesquisa em Arquitetura e Urbanismo que a FAUUSP assumiu a dianteira, colocando o Urbanismo como um dos eixos centrais de sua atuação, para além do então mais difundido campo da Arquitetura.

Nesse sentido, vale ressaltar a contribuição de um professor comprometido com o tema, Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho, que desde a década de 1950 trabalhou ativamente para a constituição de um campo disciplinar, o dos Estudos da Urbanização, trazendo para os estudos urbanos um novo olhar sobre seu objeto, isto é, um novo método de se pensar o urbano. Arquiteto e Urbanista pela FAUUSP e Cientista Social pela FFLCH, o Professor Nestor convoca ao encontro de seus estudos instrumentos variados de análise da cultura material, sedimentando-os enquanto metodologia em sua tese de livre-docência *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720* (1964) e em sua obra *Quadro da Arquitetura do Brasil* (1970). Ancorado no conceito de “urbanização”, o

Professor persegue a compreensão do fenômeno urbano enquanto processo social, estando diretamente ligado ao tempo (e não só ao espaço); somando-se ainda a ideia de sistema:

O uso do conceito de urbanização, como processo social, [...] nos permite trabalhar com todas as escalas de tempo e de espaço, explicitar as relações entre essas escalas de organização social no território, explicitar as relações entre a dinâmica do sistema urbano (que é um conjunto) com a dinâmica dos sistemas intraurbanos. E nos permite utilizar os conhecimentos recolhidos no intraurbano [...] como evidências materiais, para o estudo da dinâmica do sistema urbano, nível no qual a maioria dos autores tende a trabalhar apenas com dados empíricos fornecidos pela demografia e a economia (como evidências materiais indiretas), além de documentos textuais e das construções teóricas, cujos fundamentos devem ser fornecidos pelas evidências empíricas, e não o contrário. (Reis, 2000 [1964], pp. 200-201)

As disciplinas que hoje compõem a sequência de Urbanização e Urbanismo³ têm sua origem na Cátedra de *História da Arquitetura Contemporânea e Evolução Urbana*, criada em finais dos anos 1960 (Reis Filho, 1999,

3 AUH0236, AUH0238 e AUH0240, História da Urbanização e do Urbanismo I, II e III, respectivamente.

p. 33). Não cabe aqui fazer uma extensa descrição da história do Grupo de Disciplinas de Urbanização e Urbanismo (GDUU) (história essa, inclusive, que até o momento não foi escrita), apenas notar que dessa experiência de décadas passaram pelas salas de aula da FAUUSP cerca de 30 docentes lecionando Urbanização e Urbanismo, que atuaram, cada qual à sua maneira, nas sucessivas transformações pelas quais o grupo passou, desde a extinção das Cátedras pela Universidade de São Paulo e criação do próprio conceito de disciplina até a revisão das ementas disciplinares implementada em 2017.

A diversidade, a longevidade e o pioneirismo do GDUU apresentam-se como qualidades de interesse para o presente estudo, colocando o grupo como um universo possível e potente para empreender o estudo de caso proposto. Ademais, a relação de proximidade entre o presente trabalho e o GDUU, estabelecida pelas experiências relatadas na primeira introdução do presente trabalho e reforçada pela orientação de dois docentes do grupo (sendo um deles o seu fundador), tornam o estudo deste caso mais do que oportuno.

Caminhos percorridos, páginas a percorrer

Com a expectativa de que possa se somar a outros esforços que caminhem no sentido de revisitar, de maneira crítica, os fatos históricos construídos e reproduzidos sobre árabes e muçulmanos, podemos delinear como objetivo geral deste trabalho incidir sobre o lugar desses povos no ensino de história da urbanização no contexto do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, como meio de contribuir, num longo prazo, para a revisão do próprio campo disciplinar, buscando examinar formas e processos de urbanização além daqueles que já conhecemos.

Para empreender tal mudança, debruçamo-nos sobre a dimensão operacional do ensino de urbanização, em vias de construir um sistema mais aberto de processos de ensino-aprendizagem que permitam incorporar não só árabes e muçulmanos, mas outros povos que encontraram em modelos eurocêntricos de pensamento uma barreira para que possam ser de fato estudados e incorporados como agentes de processos históricos sobre os quais nos dedicamos a estudar.

Em poucas palavras, trata-se de uma tentativa de aprimorar estruturas de ensino-aprendizagem para que estas sirvam de motor para uma revisão dos Estudos da Urbanização, em vias de incluir agentes que seguem até os dias de hoje marginalizados nos estudos de nosso campo, como árabes e muçulmanos.

A eleição destes agentes para empreender o presente trabalho não se dá de maneira aleatória, mas sim entendendo sua inserção em processos fundamentais para a compreensão da urbanização num contexto global (como a inserção dos árabes nos primórdios da urbanização, no chamado Crescente Fértil) ou no contexto brasileiro (como na presença muçulmana na Península Ibérica antes da Reconquista, ou ainda dos árabes e muçulmanos em regiões inseridas no processo de mundialização e que estiveram em contato com a América através do Império Português). Delineado nosso campo de incidência, apresentamos a seguir um trabalho em duas partes que se articulam e dão sentido uma à outra solidariamente.

A primeira parte, “**AS SEMENTES DA ROMÃ**” é dirigida ao estudo de caso que busca situar o lugar dos povos árabes e islâmicos no ensino de história da urbanização no contexto da formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas, tomando a experiência da FAUUSP como referência. Mobilizou-se, para este fim, o conjunto de ementas e programas de disciplinas relacionadas ao ensino de Urbanismo, Evolução Urbana, Estudos da

Urbanização, História da Urbanização e do Urbanismo¹ do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da fundação da escola aos tempos recentes, material em grande parte disponível na secretaria do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH). Esta documentação foi seriada e analisada à luz das questões colocadas por este TFG e pelo estudo realizado sob orientação da Prof.^a Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e fomento do Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Apoio à Permanência e Formação de Estudantes de Graduação (PUB-USP), “Da cidade aos bancos da escola: o ensino de história da urbanização e do urbanismo na FAUUSP, 1948-2021”, realizado entre 2021 e 2022.

Desse conjunto de procedimentos, decorrem dois capítulos. O primeiro deles, “**Árabes e muçulmanos no ensino de História da Urbanização**”, busca mapear e analisar quando, onde e por quem os povos árabes e muçulmanos foram incorporados como temática em sala de aula nas disciplinas do GDUU. O segundo capítulo da primeira parte, “**Os árabes e os muçulmanos que encontramos**”, busca debater as práticas de ensino sobre esta temática no âmbito da FAUUSP a partir de uma leitura crítica dos materiais didáticos utilizados pelos docentes do grupo, nomeadamente a bibliografia

1 As diferentes denominações correspondem aos nomes das cadeiras ou disciplinas, que foram alteradas com o passar do tempo. Conforme se verá adiante, as disciplinas de Estudos da Urbanização e História da Urbanização e do Urbanismo se mostraram de especial interesse para o trabalho.

básica, complementar ou de aula registrada nas ementas e programas de disciplinas.

A segunda parte do trabalho, “**REVISITAR A MEDINA**”, busca indicar caminhos para os problemas levantados e analisados na primeira parte do trabalho. Seu primeiro capítulo, “**Reflexões para o ensino de História, Teoria e Crítica**”, apresenta reflexões e proposições gerais para a formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas através da articulação do ensino de história e da pesquisa, tendo como base os resultados obtidos nos dois capítulos anteriores e, em especial, as experiências relatadas na primeira introdução do trabalho (“Ponto de Chegada”). O capítulo seguinte, “**A medina em ensaios**”, busca sinalizar caminhos para a inclusão dos estudos da urbanização árabe e islâmicas no contexto da FAUUSP, apresentando de maneira breve e ensaística referências de naturezas diversas para se pensar a relação de árabes e muçulmanos com os processos de urbanização, tomando como fio condutor da narrativa um itinerário pela cidade (atualmente espanhola) de Córdoba, antiga sede do califado homônimo.

O capítulo conclusivo do trabalho discorre, a partir de uma exegese de um texto clássico do campo disciplinar da Arquitetura, sobre a formação e a atuação de profissional da Arquitetura e do Urbanismo, reforçando os argumentos elencados ao longo do presente trabalho a partir de uma perspectiva ligeiramente diferente da mobilizada nos capítulos anteriores, mas considerada

igualmente fundamental. Trata-se de uma tentativa de retornar ao campo após um longo percurso de diálogo com outras disciplinas. Ao referido capítulo intitulou-se “**Ser Arquiteto e Urbanista**”.

As últimas páginas do trabalho reúnem as referências documentais, referências bibliográficas, uma breve nota metodológica e um anexo, apresentadas em vias de oferecer subsídios à crítica ou à continuidade dos trabalhos aqui empreendidos.

PARTE I

AS SEMENTES DA ROMÃ

Árabes e muçulmanos no ensino de História da Urbanização

O estudo das ementas e programas de disciplinas oferece elementos importantes para pensar este contexto, tanto pela extensão da série documental quanto pelos registros que guardam do cotidiano da FAUUSP e, mais especificamente, do Grupo de Disciplinas de Urbanização e Urbanismo, objeto do presente trabalho. Evidentemente, a inclusão de outras fontes e outras perguntas poderiam gerar alterações nos resultados aqui apresentados, mas por ora vale reconhecer que a qualidade do conjunto documental mobilizado nos permite construir um panorama suficientemente satisfatório para nossos objetivos.

Das diferentes formas pelas quais pode-se entender o estudo da urbanização árabe e islâmica no contexto da formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas na FAUUSP, optamos pela mais segura: o tempo. Ao longo de 74 anos de história, a escola viu seus quadros docentes e discentes alterarem-se profundamente, e junto de tais mudanças mudaram também as práticas pedagógicas.

No arco temporal registrado pelos 284 documentos acessados, de 1952 a 2022, são 71 anos de oferecimento de disciplinas da área de Urbanização e Urbanismo registradas, incluído nesse recorte o período anterior à conformação do GD, no qual havia o oferecimento de cadeiras como a de Urbanismo ou Evolução Urbana. Do lastreamento documental em busca da menção a árabes e muçulmanos, pudemos delinear dois períodos: o de completa ausência desses temas nas ementas e programas de disciplinas, datado entre 1952 e 2011; e o de uma tímida inclusão, em disciplinas e aulas específicas, entre os anos de 2012 e 2022, isto é, nos últimos onze anos de história da FAUUSP.

O longo silêncio (1952-2011)

Durante sessenta anos, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP não tiveram contato com o estudo da Urbanização e do Urbanismo árabes ou islâmicos. Estamos falando de gerações de egressos que passaram pelos bancos de nossa escola e nunca tiveram uma aula sequer sobre o tema. Em termos quantitativos de nossa série documental, esses 60 anos correspondem a 80% dos programas de disciplinas analisados; em termos temporais, cerca de 85% do período total estudado; no que se refere ao corpo docente, cerca de 20 professores tendo colaborado com o conjunto de cadeiras e disciplinas, número equivalente a dois terços do total de docentes que passaram pelo grupo.

Não sendo nosso objetivo avançar numa compre-

ensão do porquê dessa ausência tão longa, cabe-nos apenas constatar que o completo silêncio acerca da Urbanização e do Urbanismo árabes ou muçulmanos durante tanto tempo é revelador de uma agenda de ensino que não tinha esses povos em seu horizonte (tampouco a questão da alteridade, aí incluso tantos outros esquecidos pela História de matriz eurocêntrica), deixando em aberto a possibilidade de avançar nos estudos que esclareçam os motivos que levaram ao quadro, conforme propomos no sexto capítulo do presente trabalho.

A História é filha do tempo, como diria Lucien Febvre, e não nos cabe julgar gerações anteriores que não tinham no horizonte das suas perguntas e preocupações este e outros atores sociais em seu potencial de agência. Cabe, nesse sentido, seguirmos buscando aprimorar as perguntas do campo disciplinar a partir das questões de nosso tempo, sempre entendendo a multiplicidade da História e a sua possibilidade de renovação constante.

A tímida presença (2012-2022)

Somente em 2012 identificou-se a primeira menção ao Islã, no contexto da disciplina AUH0236 - *Estudos da Urbanização I*, que integra a sequência de disciplinas obrigatórias de Urbanização e Urbanismo no curso de Arquitetura e Urbanismo. Na bibliografia obrigatória da disciplina, menciona-se o texto “As Cidades”, de **Fernand Braudel (1995)**, do qual extraímos o subcapítulo analisado na segunda introdução do trabalho e onde o

autor discorre sobre a cidade islâmica. Além de ter sido o primeiro texto mobilizado pelas disciplinas tratando do tema, foi também dos mais perenes, mantendo-se na bibliografia obrigatória da disciplina AUH0236 desde então, mesmo após a mudança do nome e da ementa da disciplina, ocorrida em 2017, quando passou a se chamar AUH0236 - *História da Urbanização e do Urbanismo I*.

Na ocasião, o texto foi introduzido na disciplina pela professora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, tendo sido mantido nas bibliografias obrigatórias de seus programas (possivelmente por esta fazer parte da ementa da disciplina) pelas professoras Flávia Brito do Nascimento e Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro, em todos os outros 13 oferecimentos da disciplina que foram registrados pela documentação seriada, até o ano de 2022.

Ainda em 2012, o mesmo texto passou a integrar a bibliografia da disciplina obrigatória AUH0238 - *Estudos da Urbanização II* (posteriormente renomeada para AUH0238 - *História da Urbanização e do Urbanismo II*), mas não por muito tempo. Após outras quatro menções, entre 2013 e 2015, pelas professoras já mencionadas e por Suzana Pasternak, Renato Cymbalista, Jorge Bassani e Leandro Medrano¹, o texto foi suprimido dos programas da disciplina AUH0238 analisados.

1 O desequilíbrio entre o número de oferecimentos e o número de professores que os fizeram se explica pelo compartilhamento de um mesmo programa por grupos de docentes, que não raro ministravam as aulas conjuntamente.

Em paralelo às menções à bibliografia que trata de árabes e muçulmanos, buscou-se também identificar as aulas que tivessem relação com o assunto. Essas tiveram sua primeira aparição em 2013, também na disciplina AUH0236, quando ministrada pela professora Beatriz Bueno. Na ocasião, foram identificadas duas aulas de interesse: “Urbanização na Idade Média: mudanças na rede urbana e suas consequências nos espaços intra-urbanos”, identificada não por seu título, mas pela menção que o programa faz à exibição do documentário “Veneza e o Islão” - realizado no âmbito de projetos expográficos do Institut du Monde Arabe, em Paris, e no MET de Nova Iorque; e “Herança portuguesa no mundo: as fortalezas, vilas e cidades do Império luso na África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico e Ásia”, produzido pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, no âmbito do projeto HPIP - *Patrimônio de Influência Portuguesa no Mundo* (www.hpip.org) que debate a presença lusitana no mundo, com ênfase em preexistências nativas e protagonismo dos povos árabes e muçulmanos na Ásia, África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico, no contexto de mundialização.

Nota-se que até este momento a cidade, urbanização e história árabes e islâmicas aparecem ainda de maneira marginal nos temas de aula, diferentemente do que ocorreu no mesmo ano numa disciplina optativa ministrada pelo professor Renato Cymbalista.

Com apenas um registro documental na série mobilizada, a disciplina optativa AUH0243 - *Cidade, Espaço e Religião* avança na introdução de um outro conjunto

bibliográfico para tratar da cidade islâmica, de autores como Al Sayyad & Massoumi (2011), Deffontaines (1948), Park (1994), Stump (2008) e Wheatley (2000). Interessante notar também que a aula mencionada no programa que trata de cidade islâmica parece não ter sido ministrada pelo docente, mas por um convidado externo, o Sheik Jihad Hammadeh, que apresentou a palestra nomeada “Espaço e Território no Islamismo”.

A disciplina, porém, não voltou a ser oferecida, e tampouco a temática apresentada por Cymbalista voltou a ser incorporada nas disciplinas do GDUU nesses termos, configurando-se como um fato isolado. A bibliografia, cabe destacar, voltou a ser mobilizada uma única vez, em outra disciplina optativa oferecida pelo docente, *AUH0247 - Lugares de Memória e Consciência*, que, embora tenha sido oferecida diversas vezes, deu lugar à aula “Religião. Perseguições Religiosas. Memorializando o Holocausto judaico. Lugares sagrados em disputa. O Caminho de Abraão no Oriente Médio. Canudos. O Pátio do Colégio em São Paulo.” somente uma vez, em 2015. Foram mobilizadas, na ocasião, também os autores Barbara Mann (2006) e Simon Goldhill (2008).

Ainda em 2013, Renato Cymbalista e Jorge Bassani oferecem a disciplina *AUH0238* conjuntamente, na qual ministram as aulas “1250-1400: Rotas comerciais e a centralidade das redes urbanas árabe e asiática. A passagem da Idade Média para o Renascimento e a reconstrução da rede urbana na Europa” e “1400-1500: Cairo, Vijaynagar e a rede urbana chinesa. O primeiro Renascimento na Europa”, sem que haja, porém, menção a bibliogra-

fia específica para os temas, exceto pelo já mencionado texto de Fernand Braudel sobre cidade islâmica, que se mantinha na bibliografia obrigatória da disciplina.

A incorporação de outros referenciais bibliográficos aconteceria em 2015, na disciplina *AUH0238*. Beatriz Bueno e Flávia Brito com o texto de **John Freely (2011)** e Ana Castro com a incorporação do clássico *Orientalismo*, de Edward Said, ao qual já fizemos menção (aqui, porém, na edição de 2003). Distingue-se, porém, o modo como cada texto foi incorporado: o de Freely como texto de seminário na aula “‘Renascimentos’ na perspectiva de uma história menos eurocêntrica”, e o de Said na bibliografia obrigatória da disciplina.

O texto de Freely, que integra o livro *O Grande Turco: Sultão Mehmed II, conquistador de Constantinopla e senhor de um império*, foi ainda mobilizado outras três vezes pelas mesmas docentes, mas na disciplina *AUH0236*, em 2017 e 2018. Nas três ocorrências, o texto aparece vinculado diretamente à aula “A cidade islâmica e o mundo urbano a Oriente”, enquanto o texto de Fernand Braudel segue na listagem de bibliografia geral do curso.

Assim como o texto de Braudel, o de Said se fez recorrente nos programas das disciplinas obrigatórias *AUH0236* e *AUH0238*, tendo sido listado na bibliografia obrigatória dessas disciplinas um total de 17 vezes ao longo do período estudado, 11 delas só nos programas das disciplinas oferecidas por Ana Castro – e as demais ocorrências partilhadas entre Beatriz Bueno, Flávia Brito, Jorge Bassani e Leandro Medrano. O texto não foi,

porém, relacionado a aula alguma ao longo dos cursos. Acredita-se que o teor mais teórico do texto, que não trata objetivamente do urbano ou de sua materialidade, possa ter mantido a obra apenas como pano de fundo para as discussões promovidas pelas disciplinas ao longo de suas aulas.

As menções a árabes e muçulmanos continuariam ainda se fazendo no contextos das disciplinas obrigatórias *AUH0236* e *AUH0238*. No caso da *AUH0236*, a discussão que se cristaliza nos programas é a de problematização da noção de Idade Média que se configurou pela historiografia, buscando incorporar o estudo da cidade islâmica como recurso de revisão historiográfica. Essa recorrência em praticamente todo o período analisado é acompanhada da manutenção de alguns textos – como o de Braudel – e a incorporação de outros – como os textos do livro organizado por **Cardaillac (1992)** sobre a cidade de Toledo, introduzido em 2017 em um programa da professora Ana Castro associado à aula “Cidades e urbanização na Reconquista Híbridos nas fronteiras no território europeu”, que mais tarde passou a integrar a discussão sobre a Idade Medieval, com a adesão também das professoras Beatriz Bueno e Flávia Brito.

Em 2021 houve uma justaposição, pela professora Beatriz Bueno, da problematização da Idade Média a partir do Islã com uma discussão sobre a mundialização e a presença árabe e muçulmana no Império Luso, numa aula intitulada “A Idade Média revisitada à luz do Islão

e o Império Luso à luz dos encontros culturais, trocas e hibridismos. Heranças compartilhadas”. Tema debatido por Beatriz Bueno desde 2010, no estudo do Império Luso a professora busca acentuar aspectos da mobilização ibérica, indiretamente introduzindo os árabes em meio aos tantos outros povos nativos genericamente alcunhados de “gentios”, conferindo-lhes protagonismo nos processos de escolhas dos assentamentos portugueses nas mais diversas latitudes onde incidiram. Nesta pauta, situavam-se os DVDs “O mundo de cá” produzidos por Paulo Varela Gomes para a RTP, sobre a Índia Portuguesa, e exercícios de leitura de mapas incorporando cidades como Istambul e Alexandria, entre muitas outras, contexto no qual se vinculou com tranquilidade o estudo sobre a cidade de Damão (no trabalho integrado com a *AUH0150* e *AUH0152* Cidade e Arquitetura, conforme relatado na primeira introdução do presente estudo).

Na ocasião da aula, apresentamos a palestra “A mobilização ibérica como laboratório do mundo: urbanização e hibridismo no Estado da Índia Portuguesa”, com ênfase na contribuição árabe e muçulmana na conformação do Império Português. No mesmo ano, incluiu-se no plano de aulas da *AUH0236* das professoras Ana Castro e Beatriz Bueno uma palestra da pesquisadora Lygia Rocco, intitulada “Arquitetura e Cidade Islâmica”, junto da qual foi mobilizado o texto da autora intitulado “Antiguidade Tardia e a islamização da paisagem” (**Rocco, 2019**).

Paralelamente, na AUH0238, verifica-se em 2018 a incorporação de textos do livro *Istambul: Memória e Cidade*, de **Orhan Pamuk (2007)** e de Sibel Bozdogan (2001) associados à aula “Urbanização na era industrial. Redes, imperialismos, massas”, nos programas de Beatriz Bueno e Flávia Brito, discutindo o longo século XIX – expressão de Eric Hobsbawn – numa perspectiva global. O texto de Pamuk e a temática voltam a ser mobilizados outras três vezes por Beatriz Bueno, entre 2019 e 2021, estabelecendo uma continuidade. Durante estas quatro ocorrências, o texto de Said permanece na bibliografia geral da disciplina.

Em meio a este longo percurso relatado para as disciplinas obrigatórias, identifica-se também na disciplina optativa AUH0249 - *Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas: temas de patrimônio urbano*, ministrada por Flávia Brito no ano de 2020, a aula “Mundialização do patrimônio e o patrimônio da UNESCO 1 As cidades patrimônio mundial no espelho global. Turismo, visibilidade e comércio.”, que tem como objeto de estudo a cidade de Aleppo, na Síria. Para tanto, a docente mobiliza um texto de Lynn Meskell (2018), conforme consta no plano de aula. Enquanto disciplina optativa, deve-se considerar que seu alcance é significativamente menor do que o das disciplinas obrigatórias, mas ainda assim oferece uma visada importante (a patrimonial) sobre as cidades árabes e islâmicas, enriquecendo em muito a formação dos egressos da escola.

Percebe-se, pelo percurso através da documentação, que a discussão sobre a cidade e a urbanização árabe ou islâmica acontece de maneira marginal nas disciplinas do GDUU. As poucas e recentes menções, que ocupam uma parcela ínfima do total de aulas ministradas e bibliografia listada, atestam o quadro. Ademais, a circunscrição do tema às disciplinas obrigatórias AUH0236 e AUH0238, exatamente no arco temporal anterior à consolidação do Urbanismo enquanto um campo disciplinar autodenominado como científico, parece sintomático de uma visão de árabes e muçulmanos contribuintes somente com o passado do campo, enquanto o tempo recente parece privado a esses povos.

Por outro lado, enquanto a AUH0240 - *História da Urbanização e do Urbanismo III* não reconhece em seus programas a temática aqui perseguida, as optativas tiveram papel fundamental no apontamento da atualidade do tema, seja nas discussões sobre religião e a sua relação com o espaço urbano, como ocorreu na AUH0243, seja nas discussões de memória e patrimônio, promovidas pela AUH0247 e pela AUH0249, ministradas por Renato Cymbalista e Flávia Brito, respectivamente.

Pode-se dizer, por fim, que a menção a árabes e muçulmanos de fato pôde ser identificada em disciplinas do GDUU no período entre 2012 e 2022, mas tal presença não é generalizada, tampouco parece estar plenamente consolidada, exigindo ainda esforços para que estes e outros povos esquecidos e invisibilizados por uma historiografia eurocêntrica se façam verdadeiramente presentes.

Os árabes e os muçulmanos que encontramos

Se o capítulo anterior se debruça sobre a identificação às menções de árabes e muçulmanos no conjunto de disciplinas do GDUU ao longo da história da FAUUSP, o presente é dedicado a compreender, nessas menções, quais fatos históricos (ou imagens) desses povos podem ter sido veiculadas no contexto das disciplinas através dos materiais didáticos mobilizados, nomeadamente os referenciais bibliográficos.

Para tanto, buscamos selecionar os textos que se mostraram, através do conjunto documental analisado, mais recorrentes nas bibliografias das disciplinas e/ou mais diretamente vinculados às aulas ministradas nos cursos. Optou-se, ainda, por circunscrever tal recorte às disciplinas obrigatórias, nas quais, acreditamos, o alcance se faça de maneira mais extensa no contexto de formação dos egressos da FAUUSP, enquanto as poucas optativas que trataram da urbanização ou das cidades árabes e islâmicas acabaram por acessar um número bastante menor de arquitetas, arquitetos e ur-

banistas em formação. Chegamos, então, nos seguintes títulos para análise:

1. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995. pp. 404-474.
2. CARDAILLAC, Louis. *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Coleção Memória das Cidades. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. “Trinta mil habitantes, uma cidade-fronteira”, “Da grande mesquita à catedral gótica”, “A arquitetura mudéjar acima das três religiões” e “Um passeio pela Toledo medieval”. pp. 122-154.
3. FREELY, John. “A cidade do conquistador” In: *O Grande Turco: Sultão Mehmed II, conquistador de Constantinopla e senhor de um império*. São Paulo: Grua, 2011, pp. 266-281.
4. PAMUK, Orhan. “Explorando o Bósforo” e “As paisagens do Bósforo por Melling”, In: PAMUK, Orhan. *Istambul. Memória e Cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp. 57-84.
5. ROCCO, Lygia. “Antiguidade Tardia e a islamização da paisagem”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 32, 2019, pp. 143-150.

A romã de Braudel

Apresentamos na segunda introdução do presente trabalho nossas impressões mais pertinentes ao capítulo “As Cidades” do clássico *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII. As estruturas do cotidiano*, de Fernand Braudel (1970, pp. 404-474)¹, circunscrevendo a discussão ao subcapítulo em que o autor discorre sobre a cidade islâmica. Há que se reconhecer, entretanto, que o subcapítulo é uma parte diminuta de um capítulo muito maior, o qual fazemos questão de dar um breve panorama ao leitor, de modo a melhor enquadrar as questões que o texto suscitou e que motivaram o presente estudo².

O historiador dá início ao seu capítulo sob o subtítulo “A cidade em si”, buscando definições mínimas do que seria uma cidade, uma espécie de linguagem material comum do que se pode classificar sob esta definição. Dentre os elementos elencados pelo autor estão: os números de população; a divisão de trabalho; a relação cidade-campo; a capacidade de atrair homens vindos do estrangeiro; o desejo por se reservar e se distinguir em relação ao espaço externo a ela; a existência de caracteres comuns que ele elenca como geografia

1 Note-se que utilizamos a edição portuguesa de 1970 para fazer nosso estudo, dada a indisponibilidade da edição brasileira de 1995 na biblioteca acessada. Cotejamos a edição de 1970 com a original.

2 Reconhecendo, ainda, que há uma obra extensa e complexa na qual o capítulo em discussão se insere, mas que, por razões operacionais, optamos por não debater no presente trabalho.

urbana; e, finalmente, a relação entre cidades e civilizações, onde usa o caso do Islã como exemplo.

Concluindo a primeira parte do texto no difícil equilíbrio entre a descrição generalista das cidades islâmicas e a comparação do casario com um – em certa medida – exótico fruto do Oriente, Braudel inicia a segunda parte do capítulo, intitulada “A originalidade das cidades do Ocidente”, com elogios às especificidades das cidades europeias, destacando elementos como a liberdade, a modernidade, a forma urbana e os modelos de cidade.

Finalmente, na terceira parte, o autor volta a fazer as contraposições entre Oriente e Ocidente, numa vista panorâmica de diversos casos elencados para discutir “As Grandes Cidades”:

Durante muito tempo só houve grandes cidades no Oriente, no Extremo-Oriente. A admiração de Marco Polo proclama-o: o Leste é então o quadrante dos impérios e das cidades desmedidas. Com o século XVI, mais ainda durante os dois séculos que se seguem, desenvolvem-se grandes cidades no Ocidente, apoderam-se dos primeiros papéis e vão desde então conservá-los com brilho. Desta maneira a Europa recupera um atraso, apaga uma deficiência (se deficiência houve). (Braudel, 1970, p. 444)

Se há um traço comum, constantemente enfatizado nas três partes do capítulo, é a dicotomia persegui-

da por Braudel entre Ocidente e Oriente. Há, é claro, considerações da maior importância em todo o texto, produzido com um rigor historiográfico e visão de conjunto que são características comuns ao conjunto da obra de Braudel, mas a insistência em dividir o mundo entre Oriente e Ocidente, numa estanqueidade que parece não ter encontrado permeabilidade alguma senão pelo olhar sobre o outro com desconfiança, gera algum desconforto sob o olhar de nosso tempo. Nesse espírito, com muita facilidade nos distraímos do conteúdo do texto em si, e a maestria do maior historiador que conhecemos no século XX parece se perder sob um emaranhado de imagens que alimentam um modo de dividir o mundo que talvez tenha funcionado no passado, mas que tem sido intensamente tensionado na atualidade dos estudos históricos (e de outras disciplinas).

Novamente, Lucien Febvre nos vem à memória com a sua famosa afirmação de que a história é filha de seu tempo, em muito nos estimulando a pensar o texto de Braudel com parcimônia, em vias de reconhecer a contribuição do historiador ao seu campo e a tantos outros, sem perder de vista a possibilidade de avançarmos à luz das questões que nosso tempo suscita.

As vistas sobre Toledo em Cardaillac

Especialista nas relações entre a Espanha e o Islã, o historiador Louis Cardaillac apresenta em seu livro *Toledo, séculos XII-XIII: muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância* uma coletânea de estudos de diversos autores

que se debruçaram sobre a cidade de Toledo no período limite entre a ocupação muçulmana nesta cidade e a chamada Reconquista pelos reinos cristãos vindos do norte da Península Ibérica. Desta obra foram selecionados três textos para a disciplina *AUH0236*, indicados para leitura pelos estudantes como preparação para aulas expositivas e para atividades com cartografia em sala de aula, onde, a partir do texto apresentado, os alunos buscam espacializar em cartografia de época os elementos da morfologia urbana apresentados pelos autores.

O primeiro dos textos, de Julio Porres de Mateo e Dolores de Paz Escribano, intitulado “Trinta mil habitantes, uma cidade-fronteira”, enquadra a cidade a partir do seu reconhecimento enquanto uma fronteira em dois sentidos: a da expansão cristã sobre os territórios islâmicos no Al-Andalus, de onde partiam as expedições contra os muçulmanos em direção ao sul; e, sobretudo, a da fronteira enquanto ponto de encontro, de contato entre dois momentos da história da Península Ibérica, um islâmico, que subsiste no interior da cidade na cultura material e nas relações sociais, e um cristão, que se acomoda a Toledo numa interação franca com as preexistências que conformam o urbano. Assim, os autores percorrem a cidade enquadrando seus usos sempre na busca pela interface entre o próximo passado islâmico e o presente cristão, que se fundem no espaço.

O segundo texto, de autoria de Genevière Barbé Coquelin de Lisle, intitula-se “Da grande mesquita à catedral gótica” enuncia de partida sua pretensão, compreender a cidade de Toledo a partir da afirmação de um

novo poder político e religioso a partir da transformação da antiga mesquita em catedral, enfatizando a dimensão simbólica da transformação do urbano, no imbricamento entre as dimensões de poder e representação:

O que os toledanos do século XIII, cristãos, judeus ou muçulmanos, ciam concretizar-se nas obras dessa catedral, construída na vanguarda da arquitetura gótica, ainda ao lado, não nos esqueçamos, da antiga mesquita, que ela suplantava pouco a pouco, era a ascensão de um novo poder religioso, ligado, por razões não apenas culturais, mas políticas, a forças vindas de além-Pirineus. (Lisle in Cardaillac, 1992, p. 45)

Buscando relacionar a forma urbana e a edificação antes e depois da tomada cristã, o autor enfatiza a mudança do controle religioso sobre o urbano, tomando a catedral como marco dessa transformação. Sob essa perspectiva, a cidade é cuidadosamente descrita, relacionando-se suas formas com seus usos no período islâmico e no período cristão, descrição esta que oferece riqueza de elementos para os exercícios de espacialização para os quais o texto é selecionado pelas docentes da disciplina em que se insere.

O capítulo subsequente é assinado pelo mesmo autor, intitulado “A arquitetura mudéjar acima das três religiões”. Nele, Lisle defende que a arquitetura mudéjar assume tamanha unidade no contexto das transformações pelas quais Toledo passa que pode ser tida

como testemunho da predominante simbiose cultural que tomou curso na cidade, sobrepondo-se às diferenças religiosas entre os três grandes grupos monoteístas que conviveram em Toledo (cristãos, judeus e muçulmanos). Novamente, a cultura material assume protagonismo em processos e tensões sociais que o autor busca descrever, alicerçando seu argumento central e sendo porta de entrada para pensar o passado da cidade, por ele descrita em detalhes a partir dos caracteres que compunham a arquitetura mudéjar presente no conjunto edificado de Toledo.

Finalmente, o capítulo “Um passeio pela Toledo medieval”, produzido em colaboração entre os já citados Julio Mateo e Dolores Escribano, se debruça sobre a forma urbana da cidade, enfatizando-se suas características muçulmanas:

Três séculos e meio de domínio deram a Toledo todas as características das cidades muçulmanas de Al-Andalus. O tecido urbano, de tipo medieval, tinha forte sabor islâmico, no emaranhado de suas ruelas, que o aparentava aos velhos bairros de Granada e Córdoba ou das cidades da África do Norte. (Mateo; Escribano in Cardaillac, 1995, p. 148)

É verdade que os autores enquadram a cidade a partir de uma datação que funciona de maneira frágil para as histórias árabe e islâmica (a noção de Idade Média), mas ainda assim há um esforço de enfatizar em Toledo seu caráter plural, de intensa troca entre agentes de di-

ferentes credos religiosos e numa igualmente intenso empenho na transformação do urbano. De uma descrição que ocorre a partir do nível do pedestre, num itinerário pelas ruas da cidade, os autores apresentam em detalhes desde o emprego de materiais que caracterizam a arquitetura mudéjar em Toledo até a organização dos espaços da cidade (os arrabaldes, os mercados, a judiaria, a ponte, as portas e muralha). Pode-se dizer que os autores retratam uma cidade viva, descrita a partir não só de sua forma, mas sobretudo de seus usos.

Em suma, a coletânea de estudos de Cardaillac nos oferece vistas diversas sobre a cidade de Toledo, numa alternância de perspectivas conforme diferentes autores observam a cidade a partir de diferentes pontos de vista. Ainda que com suas deficiências pontuais, tal pluralidade se faz bem-vinda na medida em que permite discussões historiográficas que enriquecem o cotidiano da sala de aula.

Uma Istambul em Freely

Nascido em Nova Iorque, Estados Unidos, John Freely formou-se entre a New York University e a Universidade de Oxford, antes de iniciar sua carreira docente em Istambul, na Universidade do Bósforo. Dedicado seu livro *O Grande Turco* ao registro da vida e dos feitos do sultão Mehmed II, constrói uma biografia permeada por diversos temas, dentre os quais está o capítulo “A cidade do Conquistador” (Freely, 2011, pp. 266-281), falando da cidade de Istambul.

De partida, o autor apresenta sua tese a ser defendida ao longo do capítulo: para ele, a cidade de Istambul do tempo do Conquistador (Mehmed II) fazia-se presente ainda nos dias de hoje através das diversas intervenções promovidas pelo sultão em seu tempo e que continuavam existindo e desempenhando funções na cidade atual:

Istambul é uma cidade muito maior e mais populosa do que era no tempo do Conquistador, embora alguns de seus aspectos permaneçam essencialmente os mesmos, já que a maioria dos monumentos erigidos por Mehmed II e pelos membros de sua corte continua de pé, muitos ainda desempenhando a mesma função para a qual foram inicialmente construídos. (Freely, 2011, p. 266)

O autor segue praticamente todo o restante do texto em busca de identificar todos esses elementos que subsistem da cidade do Conquistador, percorrendo a arquitetura militar, religiosa e civil. Pode-se dizer que é um texto que enfoca a cidade a partir de sua arquitetura, sem que haja pretensão em fazer grandes aprofundamentos sobre os usos da cidade, tomando-se, assim, os marcos arquitetônicos como reveladores da forma urbana.

Enquanto inventário dessa arquitetura e dada a objetividade do autor na defesa da tese apresentada de início, o texto possui seus méritos. Se por um lado, observado de maneira isolada, o enquadramento de

Freely tende a esvaziar a cultura material de sua apropriação pelo homem, por outro oferece uma visada eficiente enquanto identificação dos elementos da cultura material que permitem inferir a forma da cidade. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que o texto é mobilizado enquanto instrumento pedagógico para a realização de exercícios de espacialização em cartografia de época (assim como ocorre com os textos selecionados do livro organizado por Cardillac), cumprindo papel fundamental na formação dos estudantes em associação a aulas expositivas e a material cartográfico. Nesse sentido, no que pode ter pecado o autor no esvaziamento do entendimento da vida urbana ao longo do capítulo, a prática pedagógica que opera o texto parece ter encontrado formas de torná-lo pertinente ao estudo da urbanização.

Uma outra Istambul em Pamuk

O romancista Orhan Pamuk é um dos mais prestigiados escritores turcos da atualidade, reconhecimento expresso no Nobel de Literatura que recebeu no ano de 2006. Em seu livro *Istambul: memória e cidade* (2007), Pamuk constrói uma narrativa autobiográfica que tem como cenário uma Istambul situada entre os limites de um glorioso passado imperial e um melancólico presente pós-ocidentalização.

O primeiro capítulo indicado para leitura na disciplina AUH0238 - *História da Urbanização e do Urbanismo II* intitula-se “Explorando o Bósforo” (Pamuk, 2007,

pp. 57-71), e gira em torno dos passeios ao Bósforo que o autor compartilhava com seu irmão e sua mãe durante a infância, dos quais ele resgata características materiais do ambiente para relatar sentimentos que ele descreve com riqueza de detalhes. Trata-se de uma leitura leve, sem pressa ou formalidade em constituir uma visão total do espaço, da edificação ou da cidade, mas que nos traz elementos fundamentais de uma percepção sensível da Istambul de Pamuk, que expressa as tensões entre o passado e o presente da grande capital:

O que mais me agradava nas nossas excursões familiares ao Bósforo era ver por toda parte os vestígios de uma cultura suntuosa que sofrera a influência do Ocidente sem ter perdido sua originalidade ou vitalidade. Observar de perto os magníficos portões de ferro de uma yalt grandiosa despojada de sua tinta, perceber a robustez das paredes cobertas de musgo de outra yalt e contemplar as olaias nas encostas acima dela, passar por jardins densamente sombreados por coníferas e plátanos seculares – mesmo para uma criança, era perceber que ali antes se erguera uma grande civilização e, pelo que me contavam, que pessoas muito parecidas conosco ali tinham levado uma vida extravagantemente diferente da nossa – deixando para nós, seus sucessores, o sentimento de que éramos mais pobres, mais fracos e mais provincianos. (Pamuk, 2007, p. 63)

O Bósforo assume, nas palavras de Pamuk, uma materialização do sentimento melancólico pelo qual são tomados os habitantes de Istambul, que equilibram-se entre o orgulho de um passado glorioso da capital do grande Império Otomano e o sentimento de luto pelo estabelecimento da República. Seja como for, o Bósforo, para ele, continua sendo o lugar do alento desse povo.

No capítulo “As paisagens do Bósforo por Melling” (Pamuk, 2007, p. 72-84), também indicado para leitura pela disciplina, o autor também parte dos sentimentos múltiplos pela glória e posterior ruína do Império, mas dessa vez para comentar as pinturas do Bósforo produzidas pelo artista alemão de ascendência franco-italiana Antoine-Ignace Melling, no início do século XIX. Iniciando seu texto por uma breve biografia do pintor e relevando quaisquer questões técnicas que poderiam gerar dúvida sobre as qualidades do trabalho de Melling, Pamuk assume uma postura bastante elogiosa ao conjunto de pinturas que analisa, destacando as qualidades de verossimilhança, precisão e detalhe no registro de um Bósforo esplendoroso.

Melling nos dá uma ideia da idade de ouro da cidade com uma fidelidade aos detalhes arquitetônicos, topográficos e cotidianos que outros artistas do Ocidente, influenciados pelas ideias ocidentais de apresentação, jamais conseguiriam dominar. [...] Nessas imagens que conhecemos e amamos com intimidade, ele nos dá uma visão

do paraíso em que os otomanos não imaginavam mais o Bósforo como uma série de aldeias de pescadores gregos, mas como um lugar de que tinham tomado posse. (Pamuk, 2007, p. 81)

Trata-se, sem rodeios, de um elogio à própria Istambul, captada pelos olhos de Mellin e reproduzida nas pinturas que deslumbram Pamuk. A cada passagem, o autor persegue este passado Otomano que é simultaneamente (e paradoxalmente) tão distante e tão próximo em Istambul, à medida que não poupa elogios ao trabalho do pintor que conferiu à cidade nada menos do que a “beleza sublime” (Pamuk, 2007, p. 84).

O avesso da romã em Lygia Rocco

Arquiteta e urbanista, mestre em Língua, Literatura e Cultura Árabe e doutora em Estudos Judaicos e Árabes (títulos todos obtidos na Universidade de São Paulo), Lygia Ferreira Rocco buscou trilhar seu percurso acadêmico em diálogo com diversas áreas do conhecimento. Com essa perspectiva interdisciplinar, hoje é Pesquisadora Associada do Laboratório de Arqueologia Romana e Provincial no MAE/USP, onde tem se dedicado ao estudo da paisagem e sua conformação em relação com a islamização.

Em seu texto “Antiguidade Tardia e Islamização da Paisagem”, publicado no 32º número da *Revista do MAE* (Rocco, 2019), a autora busca problematizar os estudos sobre a chamada Idade Média tal como eles são em ge-

ral orientados, à luz da história do Cristianismo. Mobilizando os estudos sobre o Islã, que, conforme afirma, costuma ser apartado da história do Medievo, como se ele não tivesse feito parte dos processos que tomaram curso no período, a pesquisadora caminha numa direção semelhante daquela que vem sido perseguida há pelo menos uma década pela professora Beatriz Bueno na disciplina *AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I* da FAUUSP. A autora afirma que

é necessário deixar claro o uso do termo “medieval” e “idade média”, criado pela historiografia ocidental, a qual localiza esse período entre os séculos V e XV, sendo a divisão clássica da história ocidental. Para esse mesmo período de tempo, o medieval europeu equivaleria ao período clássico islâmico, o qual corresponde às datas entre 632 e 1453, morte do profeta Muhammad e a conquista de Constantinopla pelos Otomanos, respectivamente. Para esses estudiosos, a partir do ponto de vista oriental, não existe um Islã medieval. (Rocco, 2019, p. 144)

Além da discussão historiográfica do conceito de Idade Média e de sua ineficácia para tratar da história islâmica, Rocco se dedica a apresentar o processo que ela denomina como “islamização da paisagem”, que consiste na transformação de paisagens promovida pelo processo de islamização e mesmo pela arabização (pensando o termo, aqui, como o processo de difusão

da língua árabe). A partir dos estudos arqueológicos, a pesquisadora enfatiza o caráter plural desse processo, que encontrava de um lado uma unidade da religião e da língua, que promovia um fluxo intenso de pessoas, e por outro lado a enorme diversidade das regiões onde chegou a islamização e a arabização. A interação entre a unidade e a diversidade resultou em transformações importantes em cada região, sem que houvesse, entretanto, rupturas profundas, gerando uma vasta extensão geográfica islamizada em franco contato sem implicar numa homogeneidade absoluta da cultura material.

Finalmente, conclui o texto discorrendo sobre a relação estabelecida entre o processo de islamização e a dimensão política da transformação das paisagens:

Os estudos que apontam caminhos para a compreensão da urbanização das regiões conquistadas pelos muçulmanos entre os séculos VII e XIII permitem que se rompa o paradigma do isolamento cultural de grupos e de diferentes comunidades. A partir das escavações desenvolvidas nas áreas conquistadas podemos analisar como se deu a islamização da paisagem e o papel que edifícios simbólicos exerceram neste processo, agindo ao mesmo tempo como elemento organizador e de demonstração de novo poder político. (Rocco, 2019, p. 148)

Para onde ir, afinal?

Poderíamos, na redação do presente capítulo, seguir analisando outros autores que se fizeram presentes nas bibliografias de disciplinas do GDUU, em vias de ampliar a compreensão sobre os fatos históricos (ou, ampliando as noções de Prost para outras disciplinas, os fatos literários, fatos arqueológicos) que foram veiculados através da produção especializada mobilizada pelos docentes para pensar a urbanização árabe e islâmica no contexto da FAUUSP.

Para fins do presente estudo, acreditamos que a amostra selecionada é suficiente para notarmos que cada um desses trabalhos, bem como outros que possam ter sido mobilizados pelos docentes, possuem suas limitações. Não se entende aqui a limitação como falha, erro ou ausência de qualidades, mas sim como o reconhecimento de que cada texto apresentado possui perguntas e perspectivas próprias para enquadrar a urbanização árabe e islâmica, incorrendo num certo limite de análise possível – aliás, podemos dizer que, com exceção de Rocco, nenhum se propôs a estudar de fato a urbanização, mas sim as cidades islâmicas.

Isso significa que devemos abrir mão da bibliografia especializada, a fim de evitar vistas parciais ou fatos históricos enviesados em sala de aula? Acreditamos que não. A partir desses estudos, mobilizados de maneira consciente pelos estudantes (sob a orientação cuidadosa dos docentes) e em conjunto com outros estudos ou materiais didáticos, tais como a já mencio-

nada cartografia, pode-se tirar proveito da bibliografia em vias de torná-la não só operável, mas sobretudo desejável em sala de aula. Lembremos que foi pelas dúvidas suscitadas pelo texto de Fernand Braudel que o presente trabalho se realizou, demonstrando o caráter formativo que essa bibliografia pode propiciar, se analisada de maneira crítica.

Temos ressalvas, porém, no seu uso desmedido, desorientado ou isolado desses materiais, onde os fatos históricos tornam-se impermeáveis ao questionamento por falta de outros referenciais que possam tensioná-los. Na FAUUSP, acreditamos, os docentes têm trabalhado na desnaturalização dos fatos apresentados pelos autores, seja nas aulas expositivas, seja nos exercícios propostos aos estudantes, e reforçar a essencialidade dessa postura se faz necessário – inclusive, para deixar clara nossa posição.

Não se pode deixar de mencionar, ainda, o protagonismo assumido pelos muçulmanos enquanto que se nota um quase sumiço dos árabes, sem falar na percepção de que, algumas vezes, que estes últimos são tomados pelos primeiros, e vice-versa. Cabe, assim, fazer alguns breves esclarecimentos.

Seguindo os passos de Miguel Attie Filho em sua obra *Falsafa: a filosofia entre os árabes* (Attie Filho, 2016, p. 35-40), julgamos oportuno apresentar ao leitor a distinção entre árabe, muçulmano e islâmico. A confusão entre os termos em muito parece derivar do fato do Islã ter se constituído enquanto religião entre os árabes, porém, conforme adverte Attie Filho, “há muçulmanos

que não são árabes e árabes que não são muçulmanos” (Attie Filho, 2016, p. 38). Define-se com simplicidade o que é ser muçulmano: basicamente é aquele indivíduo que encontra no Islã a sua religião, sua fé, sua prática cotidiana de devoção. A distinção em relação ao islâmico se dá conforme explica o autor:

Apesar de não haver uma regra rigorosa, o termo “islâmico” geralmente é usado no sentido das ideias e dos ideais contidos no Islam, ao passo que o termo “muçulmano” aplica-se com mais frequência à pessoa, ao sujeito concreto que pratica os ideais do Islam. (Attie Filho, 2016, p. 38)

Enquanto os outros dois termos encontram no Islã sua definição, entende-se por árabe, em sua denotação mais antiga, os “beduínos e [a] população nômade do deserto da Arábia, em oposição à população sedentária das cidades” (Attie Filho, 2016, p. 36). Com a expansão do Islã e da língua árabe para outras regiões, “o termo árabe começou a migrar em direção a uma conotação mais próxima tanto do conceito religioso como do linguístico” (Attie Filho, 2016, p. 37), definição mais próxima da corrente nos dias atuais. Justamente evitando incorrer no erro de confundir árabes e muçulmanos, julgamos oportuno adotar enquanto definição do árabe aqueles indivíduos ou coletivos que partilham da língua árabe como expressão de sua cultura (cultura, aqui, entendida como forma de conhecimento e práticas partilhadas entre indivíduos).

Assim, para fins do presente trabalho, adotamos, para falar de povos, os termos árabe e muçulmano, pois aplicam-se a sujeitos concretos (aqui, agrupados). Por outro lado, acreditamos que o termo muçulmano não se mostre tão eficiente para falar de um processo social, como a urbanização, ou de um artefato, como a cidade. Preferimos, assim, falar em cidade árabe, cidade islâmica, urbanização árabe e urbanização islâmica.

E se os autores elencados para discussão no presente capítulo construíram seus fatos históricos (ou literários, ou arqueológicos) essencialmente sobre a cidade islâmica, com exceção de Lygia Rocco, que ousou pensar a urbanização islâmica, nossas considerações nos dois capítulos subsequentes dirigem-se a encontrar caminhos para se pensar a **urbanização árabe** e a **urbanização islâmica**, processos que por vezes encontraram-se associados, mas nem sempre (como, por exemplo, se pensarmos nos processos que tomaram curso entre os árabes antes do surgimento do Islã).

Aos que desejarem utilizar os instrumentos que propomos para pensar as cidades árabes ou as cidades islâmicas, certamente não encontrarão grandes dificuldades em fazê-lo, mas há que se reforçar que esta não é a nossa perspectiva de investigação sobre o espaço, mas sim a urbanização enquanto um processo social.

PARTE II

REVISITAR A MEDINA

Reflexões para o ensino de História, Teoria e Crítica

A flagrante ausência de árabes e muçulmanos nos programas de disciplinas de Urbanização e Urbanismo da FAUUSP até 2011, seguida de uma incorporação tímida desses povos no cotidiano da sala de aula ao longo da última década, indica, acima de tudo, muito trabalho a ser feito, que pode se dar em diversas esferas. As páginas a seguir buscam incidir sobre um campo de ação específico – o do ensino de História, Teoria e Crítica.

Cabe, entretanto, reconhecer sua insuficiência para enfrentar sozinho uma questão tão ampla como a revisão do lugar dos povos árabes e muçulmanos no contexto da formação de profissionais do campo da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil, fazendo-se oportuna a sua inserção no contexto de uma Universidade Pública como a Universidade de São Paulo, que congrega e promove a interação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. É desta e para esta condição que as proposições que seguem se originam e direcionam, buscando estabelecer perspectivas de ensino-aprendizagem que

sejam capazes de comportar a inclusão desta e de outras temáticas que se julguem pertinentes à formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas em nosso país.

Uma sugestão de agenda de pesquisa

O campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo, assim como qualquer outro, encontra na formação de seus agentes uma dimensão fundamental de estruturação, afirmação e representação. Em outras palavras, formar pessoas enquadradas e alinhadas com seus preceitos e cânones delega ao ensino de Arquitetura e Urbanismo uma tarefa estrutural à continuidade do que se convencionou chamar de Arquitetura e Urbanismo e, nesse sentido, as disciplinas voltadas a refletir sobre o campo tomam para si esta mesma agenda.

Pesquisar, compreender e problematizar o ensino de Arquitetura e Urbanismo se torna, então, etapa fundamental da pesquisa, compreensão, problematização do próprio campo e de sua produção. Com essa perspectiva, apontamos como possibilidade de ação para (re)pensar o lugar de árabes e muçulmanos no ensino de história da urbanização a historicização pormenorizada do quadro apresentado nos capítulos anteriores, de forma a ampliar a compreensão do lugar desses povos (I) no ensino de Urbanização e Urbanismo, (II) no ensino de história, teoria e crítica, e (III) na formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas.

Propõe-se, assim, uma agenda debruçada sobre estas três dimensões, que podem vislumbrar desde as es-

calas menores (como o caso específico da FAUUSP) até as maiores (o do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, por exemplo). Pela assumida proximidade com o caso da FAUUSP, tomaremos a escola como referência para construir as perguntas e selecionar materiais e métodos a seguir relacionados, na expectativa que tais referenciais possam ser adequados a depender do contexto de sua aplicação.

Nos capítulos anteriores, buscamos apontar quando, onde e como os povos árabes e muçulmanos foram mobilizados nas disciplinas de Urbanização e Urbanismo na FAUUSP. Não nos debruçamos, por outro lado, a entender o porquê das ausências e das presenças, tampouco da relação (ou não-relação) deste tema com a história do próprio GDUU. Seria esta, então, uma primeira tarefa possível ao pesquisador que decidir se aventurar a entender em profundidade o lugar desses povos no ensino de Arquitetura e Urbanismo: historicizar o contexto no qual estes conteúdos se inserem ou dos quais se ausenta.

No caso da FAUUSP, quais foram os paradigmas que nortearam o ensino de História da Urbanização e do Urbanismo? Quais conteúdos, bases teóricas e metodologia foram privilegiados ou esquecidos nas salas de aula? Quais os limites da atuação docente frente às bases consolidadas do campo? De que forma esta série de escolhas é informada ou tensionada pela formação e produção intelectual dos próprios docentes? Como esse contexto afeta a formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas no Brasil? Em última instância, até

onde afeta a atuação profissional? São inúmeras as perguntas a serem formuladas e respondidas por nossos pesquisadores, versando sobre a historicização das linhas de força que atuaram no interior do GDUU e que delegaram a esses e outros povos o esquecimento por tanto tempo e a marginalidade que ainda ocupam nos estudos da Urbanização e do Urbanismo.

O caso do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (AUH) nos ajuda a pensar a segunda dimensão de ação em pesquisa sobre ensino. Sua composição em cinco grupos disciplinares reflete a própria organização das sequências obrigatórias de disciplinas do currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo: além do GDUU, há ainda os GDs de História da Arquitetura, História da Arte, História da Técnica e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo. A cada um desses cinco grupos poderíamos direcionar a mesma pergunta: onde estão os povos árabes e muçulmanos e tantos outros invisibilizados ou tratados em condição coadjuvante? E, no mesmo movimento, ampliar a discussão a partir das perguntas elencadas para a dimensão do GDUU (e, evidentemente, todas aquelas que puderem ser mobilizadas para melhor compreender o objeto em questão em cada GD).

Seria interessante, ainda, que o pesquisador não se limite à análise vertical de cada GD. Buscar perguntas transversais, que relacionem as sequências disciplinares e insiram-nas no contexto departamental é tarefa igualmente fundamental para que possamos compreender para além dos estudos da Urbanização e do Ur-

banismo a inserção de árabes e muçulmanos no ensino de história, teoria e crítica para arquitetas, arquitetos e urbanistas, tendo em vista que os docentes do AUH circulam entre os GDs, realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão conjuntamente, e com muita intensidade debatem entre si as questões relativas ao cotidiano do Departamento, da Faculdade e da Universidade.

A terceira dimensão amplia a abrangência das questões ao nível da graduação em Arquitetura e Urbanismo em sua totalidade, colocando em perspectiva o Departamento e o GD e observando sua inserção na Faculdade e no modo como se relaciona com outros GDs, Departamentos e mesmo com estruturas institucionais de apoio técnico e didático (como, por exemplo, a Biblioteca da FAUUSP, com suas Seções Técnicas de Materiais Bibliográficos e Iconográficos). Remontado este quadro, acreditamos que possamos pensar, com maior abrangência, o lugar do estudo dos povos árabes e muçulmanos na formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas.

Construídas algumas perguntas a partir das três dimensões de análise propostas, vale relacionar algumas possibilidades de materiais a serem mobilizados para a realização da pesquisa. Alguns deles mobilizados no presente trabalho, outros ainda carecendo de atenção¹:

1 Evidentemente que esta não é uma lista definitiva, mas uma proposta inicial de documentos identificados por nós como prioritários para realizar uma pesquisa dessa natureza.

1. Bases curriculares, normativas, recomendações técnicas e legislação produzidas por entidades externas à Universidade, como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), etc;
2. Bases Curriculares da FAUUSP, aprovadas pelos órgãos internos à Universidade, como o Conselho de Graduação (CoG);
3. Planos Políticos Pedagógicos, Projetos Acadêmicos, Relatórios ou similares elaborados e implementados no âmbito da Faculdade e/ou do Departamento;
4. Atas (ou Livros de Atas) de Comissões de Graduação e Comissões de Coordenação de Curso;
5. Ofícios emitidos por Departamentos ou Comissões/Conselhos da Faculdade;
6. Atas (ou Livros de Atas) de Conselhos e Assembleias/Plenárias de Departamento;
7. Ementas das Disciplinas de Graduação e Pós-Graduação;
8. Programas/Planos de Aula das Disciplinas de Graduação e Pós-Graduação;

9. Dados gerais da atuação docente, disponíveis nos portais de transparência da Universidade, Plataforma Lattes (CNPq), Biblioteca Virtual da FAPESP, entre outros;
10. Memoriais de Livre-Docência dos docentes da escola;
11. Entrevistas com docentes, estudantes e egressos da Faculdade;
12. Dados do perfil discente e do portal Alumni;
13. Livro ou registro de tomo da Biblioteca da FAUUSP (para análise da recepção e emprego de materiais bibliográficos e iconográficos em sala de aula).

Cabe ainda dizer que, da mesma natureza dessa relação entre árabes, muçulmanos e o ensino de história da urbanização e do urbanismo, podem emergir outros povos, agrupamentos, culturas e regiões que ainda se encontram distantes de nossas salas de aula (que eu não ousaria listar, dada a infinidade de casos possíveis de serem estudados). Delegamos ao pesquisador, a partir de suas experiências, perspectivas e desejos, a tarefa de realizar possíveis seleções temáticas, tendo em mãos um conjunto de perguntas, materiais e procedimentos preliminarmente testados.

Recomenda-se, por fim, uma aproximação ao trabalho de Horrana Porfirio, que, com um olhar sensível

e metodologia próxima da adotada por nós, em muito avançou na discussão no contexto do curso de graduação em Design da FAUUSP, com o trabalho “Cadê os pretos no Design?” (2019). Inspirando caminhos semelhantes a serem trilhados para o curso de Arquitetura e Urbanismo, muitos dos quais excedem os contextos do AUH e da FAUUSP, o trabalho de Porfirio aponta para uma construção que pode ser coletiva. Embora não se trate, necessariamente, de um trabalho centralizado e coordenado, ele permite um crescimento em rede, tendo o ensino como questão comum e permitindo o enquadramento de diferentes temáticas (como as relativas à raça, classe, gênero, sexualidade, credo religioso, cultura, etc).

Tais pleitos dos estudantes da FAUUSP, transbordaram em reivindicações formalizadas na greve estudantil de Setembro último, obtendo da Congregação o compromisso de que os concursos para novos 13 claros docentes atentem para indígenas e afrodescendentes nas bancas examinadoras, nas temáticas e nos inscritos. A questão da alteridade está na ordem do dia na Universidade e esperamos que em breve renderá frutos promissores. Nessa pauta, os árabes e mulçumanos se fazem presentes neste TFG como um exercício possível, dentre tantos outros, para refletir sobre o ensino em Arquitetura e Urbanismo no século XXI e sugerir possibilidades didático-pedagógicas para enfrentar essas e outras lacunas historiográficas.

Histórias (no plural)

Ao longo do trabalho (e especialmente no capítulo 5) fica evidente a fragilidade da ideia de uma História única. Não há possibilidade de escrever uma só História quando os mesmos eventos são vividos, registrados, imaginados, enquadrados, investigados e relatados a partir de perspectivas – por vezes agendas – diferentes ou até divergentes entre si. Igualmente frágil seria acreditar na existência de uma História correta e uma História errada. Há Histórias. Estas são diferentes entre si, produto de parâmetros que se alteram à luz de seu tempo, de seus agentes promotores e produtores, das instituições nas quais são produzidos, dos diálogos que buscam estabelecer. A História sempre será fabricada, como já chamou atenção Antoine Prost, e sempre será filha de seu tempo, como afirmou Lucien Febvre.

Nesta inconstância reside uma das maiores virtudes do campo: permite reescrever histórias incontáveis vezes, com perguntas, materiais e métodos diferentes. Seria ingênuo (e até um desperdício) que tal pluralidade não fosse reconhecida e explorada, seja no interior da disciplina, seja nos campos que encontram na História apoio para sua atividade, como é o caso da Arquitetura e do Urbanismo.

Já mencionamos o modo como a incorporação das cidades islâmicas nas disciplinas do GDUU permitiu desconstruir a ideia cristalizada da Idade Média como um tempo de trevas, que resiste dentro e fora do campo disciplinar da História até os dias de hoje – apesar dos

esforços que se vêm empreendendo em vias de revisar esta ideia. Observa-se, neste ponto, que não se trata de tomar a história como múltipla, selecionar a mais conveniente e descartar as demais, numa substituição arbitrária, mas sim utilizar da pluralidade do campo para tensioná-lo, numa articulação de diferentes histórias que não só coexistem como também se inter-relacionam.

Acreditamos que este caráter da história seja inegociável em sua mobilização na formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas, criando oportunidades de aprendizado que estimulem a elaboração de consciência e posição críticas, mais ativas do que passivas em relação às narrativas com as quais estudantes se deparam ao longo de sua estadia na escola e posteriormente no exercício profissional. Trata-se, em última instância, de enfrentar a alienação valendo-se da instrução de profissionais verdadeiramente críticos, aptos a discutir fatos históricos/imagens/narrativas de maneira consciente e consistente.

Sair de casa para nela estar

Uma formação crítica e combativa à alienação de nosso corpo profissional exige esforços múltiplos para se realizar, e restringir tal esforço às disciplinas e atividades circunscritas ao campo da história seria um equívoco. Parece-nos tão fundamental quanto incidirmos sobre a formação em História, Teoria e Crítica dentro do AUH o estímulo a uma formação que se dê também fora das salas de aula sob responsabilidade do Departamento –

ou mesmo sob responsabilidade da FAUUSP.

A decisão acertada de permitir que estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo cumpram seus créditos de Disciplinas Optativas em outros cursos de graduação ou no Programa de Pós-Graduação da unidade é um esforço nesse sentido. Consolidado nos Planos Políticos Pedagógicos do curso de Arquitetura e Urbanismo (2012-2018/ 2018-2023), a mudança nos parece representar um avanço no sentido de ampliar a capacitação profissional numa perspectiva interdisciplinar, que dá autonomia ao estudante para construir suas bases de formação.

O tema tem sido debatido no âmbito da Comissão de Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CoC-AU), que vem levantando dados animadores: unidades como a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Escola de Comunicação e Arte (ECA), Faculdade de Economia, Atuária e Ciências Contábeis (FEA), Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Museu de Arte Contemporânea (MAC) e Museu Paulista (MP) têm se tornado lugar de formação de nossos estudantes, ampliando as possibilidades de aprendizado e de atuação profissional de nossos egressos. Caberia, neste momento, avaliar em que medida podemos promover o movimento inverso, intensificando a recepção de estudantes de outros cursos em nossas disciplinas, de forma que estes possam também ser interlocutores no cotidiano de nossa escola, fomentando trocas mais

frequentes a partir de diferentes perspectivas sobre nosso campo disciplinar.

Diante do quadro, considera-se que retornar a um modelo que limite o cumprimento de créditos optativos à FAUUSP, num curso cuja carga horária obrigatória é reconhecida pelos corpos discente e docente como superdimensionada, seria um enorme retrocesso. Mais proveitoso seria se empreendêssemos esforços para ampliar tais trocas e circulações.

Se a ampliação da formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas no âmbito das salas de aula da Universidade se mostra de enorme importância, o mesmo se pode dizer das atividades que ocorrem fora das disciplinas formais. O exercício profissional da arquitetura e do urbanismo exige conhecimentos que não se restringem à sua disciplina e ao conhecimento ao qual se tem acesso na Universidade, sendo, portanto, ilusório acreditar que a formação de profissionais comprometidos com a sociedade possa se dar descolada desta última. Assim, ampliar a presença de estudantes em espaços que fogem daqueles geridos pela Universidade é tarefa igualmente fundamental.

Para não deixar de lado nosso objeto de interesse inicial (os povos árabes e muçulmanos) e empiricizar a discussão, pode-se pensar no contexto em que o presente trabalho foi produzido: num diálogo franco entre a formação oferecida no curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, uma série de disciplinas oferecidas pelo Departamento de Letras Orientais (DLO) e

pelo Departamento de História (DH) da FFLCH, cursos oferecidos no Instituto da Cultura Árabe, atividades no Centro Cultural Al Janiah e nas mostras Mundo Árabe de Cinema, consumo de literatura árabe, visitas de campo a cidades árabes e islâmicas, dentre outras experiências, que definitivamente não se resumem às salas de aula da FAUUSP. Aprimorar nosso curso para que possa comportar de maneira menos marginal experiências dessa natureza mostra-se como ação prioritária.

Cabe, ainda, uma última consideração a esse respeito: há quem diga que tais movimentos são desvios da formação profissional em Arquitetura e Urbanismo, pois permitem um afastamento dos estudantes de sua escola de origem. Defendemos o oposto. Tais experiências, além de permitirem ao estudante observar sua própria formação a partir de outras perspectivas, permitem que o aluno retorne à escola munido de referenciais teóricos e práticos que em muito enriquecem o cotidiano de sua experiência na FAUUSP e, de sorte, daqueles com quem tem possibilidade de dialogar na própria Faculdade. Em outras palavras, sair da FAUUSP dá novos sentidos a ela.

Não devemos ter medo de nossos estudantes circulando pela Universidade e pela cidade, devemos temer formar arquitetas, arquitetos e urbanistas que enxergam sua atuação profissional somente a partir de seu confortável gabinete.

O estudante como protagonista

O estímulo ao pensamento crítico autônomo e à circulação de estudantes em outros espaços de formação por eles eleitos enquadra-se numa perspectiva de ensino que tem o estudante como protagonista de sua formação. É evidente o papel fundamental dos docentes neste processo, pois são estes que estarão aptos a instruir e instigar os estudantes no sentido de articular aprendizados oriundos das mais diferentes formas de interação do estudante com o mundo, mas quanto maior a capacidade do docente de permitir que seus estudantes trilhem seus próprios caminhos com segurança, autonomia e assertividade, melhor.

A disciplina, como já tivemos oportunidade de dizer, encontra em seu ensino um espaço fundamental para sua continuidade e afirmação, mas deve buscar construir mecanismos de recepção de perspectivas e expectativas que fogem àquelas possíveis de serem identificadas e operadas por seus agentes promotores (aqui, os docentes) na velocidade com que as transformações externas ao campo ocorrem. Observemos a velocidade com que o perfil socioeconômico do corpo discente da FAUUSP se alterou em função da adoção de políticas de cotas em seus vestibulares e o desafio colocado a docentes que se viram estimulados (para dizer o mínimo) a repensar suas práticas didático-pedagógicas e conteúdos ministrados. Mesmo com os reconhecidos esforços, os estudantes seguem manifestando sua percepção da ausência de povos, culturas, recortes e ele-

mentos que foram e continuam sendo marginalizados pelo campo.

O presente trabalho e aquele apresentado por Horrana Porfirio são duas dessas manifestações, mas não foram as únicas. Em 24 de março de 2021, estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Design encaminharam um ofício ao AUH, através do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (GFAUD), com uma série de considerações acerca do ensino no âmbito do Departamento. Dentre as considerações, destaca-se dois trechos, que em muito dialogam com a defesa que se faz neste trabalho:

A construção do conhecimento de forma ativa pelos alunos deve ser privilegiada em detrimento de formatos de curso que deleguem ao docente a posição de protagonismo no processo de aprendizagem; [...]

É conveniente que as disciplinas garantam dentro de seus programas a possibilidade de inclusão de temas de interesse tanto dos docentes que as ministram quanto dos estudantes. (GFAUD, Ofício de 24 de março de 2021)

Por vezes, tal concepção de formação gera inquietações e inseguranças, como se estivéssemos abrindo mão de nossas sala de aula, das experiências bem sucedidas de ensino-aprendizagem, ou até do próprio campo disciplinar, quando – novamente – o esforço defendido é o

de ampliação de possibilidades, não de substituição de uma coisa por outra ou de diminuir o papel de docentes nos processos de ensino-aprendizagem.

Defendemos, essencialmente, que os estudantes ocupem papel ativo nos processos de sua formação, na seleção e inclusão de temas e questões que possam tanto corroborar quanto problematizar aqueles que se cristalizaram como pertinentes de serem ministrados em sala de aula. Mais uma vez, numa perspectiva de inclusão, autonomia e postura crítica como paradigmas da formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas.

A pesquisa como motor da formação (e transformação)

É em diálogo com o documento emitido pelo GFAUD que encerramos este conjunto de perspectivas/expectativas/possibilidades de transformação do ensino de história no contexto do curso de Arquitetura e Urbanismo. Nós, estudantes da FAUUSP, então afirmamos:

A metodologia não deve ser vista como acessório aos conteúdos dos cursos ou atividade estritamente de pesquisa científica fora de sala de aula, mas como pressuposto para a construção de conhecimento de forma ativa por parte dos alunos, fazendo-se, nesses termos, central nas práticas em sala de aula. (GFAUD, Ofício de 24 de março de 2021)

O desenvolvimento da discussão realizada pelos estudantes circunscrevia à terminologia “metodologia” o

ensino das práticas ou procedimentos da construção do conhecimento em História, Teoria e Crítica. Defendemos, portanto, que a instrumentalização do aluno para o exercício da produção de conhecimento deveria ser central, em contraposição a estratégias de ensino-aprendizagem que delegam ao docente o papel de simplesmente transmitir conteúdos aos seus alunos. Essencialmente, defendemos que a formação de nossos quadros profissionais priorizasse a investigação, o fazer científico, a pesquisa (numa leitura minha, tensionando-se, assim, a própria dicotomia defendida por Prost entre a criação e a mera transmissão de fatos históricos na pesquisa e no ensino, respectivamente).

Diferente do que pode parecer à primeira vista, não se entende tal estratégia como um movimento de forçar a totalidade dos estudantes do curso a tornarem-se cientistas, mas sim de entender o ensino de história, teoria e crítica como um lugar de produção, questionamento e reflexão, dialogando de maneira plena com os outros pontos elencados por nós como elementos oportunos para a transformação do ensino de História no curso de Arquitetura e Urbanismo.

É na prática da pesquisa como instrumento de ensino-aprendizagem que vislumbramos uma formação verdadeiramente crítica, formativa de uma autonomia e um protagonismo desejados aos nossos estudantes e, sobretudo, capaz de incorporar com agilidade e qualidade temas emergentes que o campo da Arquitetura e do Urbanismo tem sido moroso em incorporar (alguns desses temas foram brevemente mencionados ao longo do traba-

lho, estando os povos árabes e muçulmanos entre eles). Encontramos na pesquisa um pólo agregador das frentes de ação que temos defendido ao longo do trabalho.

Ademais, há que se considerar que a atuação profissional de arquitetas, arquitetos e urbanistas não se dá na tábula rasa, onde esquemas mentais alegadamente autorais seriam capazes de apresentar por si só soluções teóricas, técnicas, projetuais ou de planejamento. Somos um corpo profissional que atua sobre a materialidade e a imaterialidade de vidas humanas, corpos individuais ou sociais que possuem demandas que precisam ser identificadas, analisadas, elaboradas, e só então respondidas, devendo distar em muito de um formalismo arrogante que não raro acomete o imaginário daqueles que vêm na Arquitetura e Urbanismo um terreno fértil para um diletantismo descompromissado.

A pesquisa não é um problema só da História, da Teoria e da Crítica. É também problema de todos aqueles que um dia pretendam atuar na materialidade da arquitetura, do urbano, da paisagem. Pesquisar é conhecer, e conhecer nossos objetos de intervenção é inegociável para a produção de espaços de qualidade, sobretudo porque neles preexistem camadas desiguais de tempos que merecem ser consideradas no conceito de projeto e não mecanicamente descartadas com o recorrentemente se faz em nosso país. Um país, diga-se de passagem, com dimensões continentais e diversidade regional fruto de heranças compartilhadas (decorrentes de antigas e renovadas

ondas migratórias planetárias) para as quais também se deve atentar na formação das futuras gerações.

Espera-se, finalmente, que a incorporação dessas estratégias (entre outras que possam ser construídas através do diálogo, da reflexão e do desejo de transformação) possam oferecer uma formação mais sólida aos profissionais que amanhã precisarão aprender a criticar, pensar e propor soluções para os espaços em que habitamos, de sorte de forma mais consciente, consistente e inclusiva.

A medina em ensaios

Elencados os elementos que julgamos fundamentais para o aprimoramento das práticas de ensino-aprendizagem em História, Teoria e Crítica no contexto de formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas, cabe buscar demonstrar de que forma este arranjo opera em se tratando de uma inclusão mais proveitosa de árabes e muçulmanos nos estudos em História da Urbanização, inclinando-se principalmente ao ensino desse campo. O presente capítulo se dirige a esta questão, carecendo apenas de uma breve complementação da definição do campo que mobiliza – o dos Estudos da Urbanização.

Nas palavras do Professor Nestor Goulart Reis Filho, pioneiro do campo, a urbanização deve ser entendida enquanto um processo social. Enquanto processo, mobiliza o tempo; enquanto fato social, opera num arranjo de quatro dimensões solidariamente inter-relacionadas: a **econômica**, a **política**, a **cultural** e a **ideológica**.

Na dimensão econômica atuam os fluxos de produ-

ção, acumulação e circulação de bens materiais, que se configuram desde as escalas de trabalho e trocas mais primárias até os grandes sistemas econômicos e que promovem a transformação constante do urbano. Por dimensão política, entende-se as estruturas de poder e hierarquia das relações interpessoais, que poderiam ser facilmente identificadas em estruturas como o Estado e a Igreja, por exemplo. A dimensão cultural, por sua vez, organiza o conjunto de práticas e conhecimentos dos modos de saber e viver partilhados entre as pessoas, cultura enquanto processo de conhecimento inerente ao urbano e que a ele se vincula na medida em que participa do cotidiano da vida das pessoas. Finalmente, a dimensão ideológica opera no conjunto desses elementos, regulando-os a partir de desejos, expectativas e representações.

Finalmente, para fins da análise do urbano, uma quinta dimensão alinha todas as demais: a dimensão espacial. Entendendo-se que não há relação social a-espacial e que espaço e sociedade são dimensões interagentes entre si de maneira solidária, os Estudos da Urbanização convocam as quatro dimensões do social a dialogar com o espaço, e, enquanto processo, inevitavelmente mobiliza o tempo.

É tendo em nosso horizonte o urbano como um processo social, que opera nas dimensões (1) econômica, (2) política, (3) cultural e (4) ideológica, todas atuando no tempo e no espaço, e à luz das perspectivas elencadas no capítulo anterior – nomeadamente, (a) a defesa pela pluralidade da história, (b) o estímulo a uma for-

mação que vá além das salas de aula da FAUUSP, (c) a defesa de um ensino que dê protagonismo ao estudante e (d) a mobilização pesquisa como motor da formação –, que buscamos a seguir fazer um breve ensaio sobre a urbanização árabe e islâmica.

E se, no capítulo quinto, apontamos as dificuldades em se estudar o urbano exclusivamente a partir de fatos históricos inevitavelmente fabricados, buscamos aqui despir-nos da bibliografia especializada e construir nosso ensaio a partir de experiências próprias: tomando um percurso pela cidade de Córdoba, na atual Espanha, como oportunidade de aprendizado e reflexão sobre a urbanização, convocando, a partir da dimensão espacial, uma breve apresentação da **poesia** para debater a dimensão econômica, do **encontro** para discutir a dimensão política, da **língua** para pensar a dimensão cultural e da **falsafa** para refletir sobre a dimensão ideológica – não necessariamente nesta ordem.

Ir a Al-Andalus: Córdoba

Minha participação no *III Congreso de la Asociación Iberoamericana de Historia Urbana* (III CAIHU) na Espanha, em novembro de 2022, vésperas da conclusão de meu TFG, foi oportunidade preciosa para que eu conhecesse a Andaluzia – ou o que resiste do Al-Andalus no sul daquele país, que outrora fora território do califado Omíada de Córdoba. Não hesitei em programar uma viagem à cidade homônima ao califado que sediou em busca de vestígios materiais da presença muçulma-

na na Península Ibérica, com objetivo de oferecer, no corpo do presente trabalho, um capítulo descritivo do que seria a urbanização islâmica a partir de uma experiência in loco.

É verdade que o capítulo tomou uma forma ligeiramente distinta da inicialmente proposta, mas a riqueza do exercício excedeu (em muito) as expectativas modestas de fazer uma mera descrição formal da cidade que eu encontrei em Córdoba – descrição que, convenhamos, poderia ser encontrada em praticamente qualquer livro de história daquela cidade. Deparei-me com algo mais complexo do que só a morfologia: estava de frente com a possibilidade de testar a definição de urbanização. Assim o faço nos parágrafos a seguir.

A longa chegada

Entrei correndo na *Estación Sur de Autobuses de Madrid* pouco após as nove da manhã, carregando nas costas uma mochila e nas mãos uma mala de bordo que vinha me atrapalhando desde a saída apressada do hostel no centro da cidade para tomar o ônibus para a Andaluzia. Corri em vão, pois olhei para a plataforma e meu ônibus já não estava mais lá. Com os olhos já marejados pela frustração, subi e comprei outra passagem, de um ônibus que só sairia de Madrid às onze horas da manhã e que tomaria cinco horas para fazer o itinerário até Córdoba. Sentado na rodoviária, resmungando na minha cabeça pela grosseria da atendente que me vendeu outro bilhete, dei-me conta de que chegaria a Córdoba

somente ao fim da tarde, e portanto veria muito pouco da cidade. Avisei Bia por telefone com um certo constrangimento pelo descuido, sendo respondido com as palavras animadoras de sempre.

Ainda frustrado, sentado na rodoviária esperando as infinitas duas horas passarem, uma senhora senta-se ao meu lado e pergunta “és brasileiro?” Confirmei e perguntei como ela sabia, recebendo como resposta a objetividade típica (e quase irritante) dos portugueses: “Vi que falavas espanhol engraçado com a atendente, com palavras do português no meio das frases”. Ela aparentemente estava próxima de mim no guichê de compra e assistiu à cena patética de eu tentar trocar minha passagem que havia perdido enquanto segurava o choro.

Disse que era injusto não terem trocado minha passagem, já que havia perdido o ônibus por poucos minutos, mas que valeria a pena esperar, pois logo eu estaria em Córdoba. “Tens que ir à mesquita! Se tiveres que escolher, escolhe visitar a mesquita”. De fato teria de escolher o que fazer, pois teria somente duas horas de sol até que a noite chegasse e os pontos de visita se fechassem, e na manhã seguinte eu já tinha passagens compradas para ir a Sevilha. “Duas horas...”, pensei. Eu não conseguiria escrever um capítulo descrevendo uma cidade inteira me baseando em duas horas de promenade. Cogitei abrir mão do TFG e aproveitar a viagem como turista, deixando o capítulo para ser resolvido de outra forma quando voltasse ao Brasil. De qualquer forma, segui o conselho da senhora portuguesa e comprei online um bilhete para visitar a mesquita de Córdoba,

com entrada às dezessete horas, assim teria tempo de fazer o check-in e deixar as malas no hostel antes da visita.

Embarquei e o ônibus partiu de Madrid pontualmente às onze da manhã. Em pouco tempo de viagem adormeci e acordei numa cidadezinha ao sul da Espanha onde o ônibus tinha feito uma parada, a menos de uma hora do meu destino. Aproveitei a ocasião para dar uma volta pela rodoviária, que para minha surpresa assentava sobre um sítio arqueológico. Ali, no meio da plataforma de embarque, uma placa indicava: estávamos sobre as ruínas de uma mesquita do século X, no chamado sítio arqueológico de Cercadilla. O sítio, onde assenta o palácio romano de Maximiano Hercúleo (datado do século III d.C.) e adjacências, fora quase inteiramente destruído para a implantação da estação ferroviária da cidade, construída no contexto da Expo 92 de Sevilha. As ruínas da mesquita subsistiram pelo feliz projeto arquitetônico da rodoviária, que as preservou no centro de sua plataforma. Pouco se podia ver, mas aqueles poucos vestígios significaram o mundo para mim: definitivamente já estava em terras que um dia foram do Islã.

Mais alguns minutos de viagem e desembarquei na Rodoviária de Córdoba, situada a noroeste da antiga medina, fora do então perímetro murado. Fazia calor, e logo precisei tirar o pesado casaco que eu vinha vestido da fria e chuvosa Madrid para dobrar as mangas da camisa e atravessar a pouquíssimo arborizada avenida que separava a rodoviária dos pontos de ônibus. Tomei um ônibus urbano para o centro e nele percorri

as insípidas ruas da Córdoba espanhola, que não me despertaram qualquer sentimento senão o da monotonia, exceto pelo fato de serem quatro horas da tarde e haver pessoas almoçando por toda parte.

Desembarquei na Plaza de la Constitución e segui em direção à Calle de la Luna, onde se situava o pequeno hostel no qual eu me hospedaria. Já suado e arrependido de não ter pego um táxi, entrei numa pequena rua indicada pelo Google Maps e ao seu final vi uma enorme parede de pedra. Instantaneamente o calor deixou de ser uma questão, a bagagem já não parecia tão pesada e o cansaço das cinco horas de viagem parecia nunca ter existido. Caminhava depressa, como se a muralha fosse sair dali por algum motivo, e logo estava de frente para o muro de pedras cortadas com notável regularidade e de algo como 10 metros de altura, que no passado dividia os arrabaldes ocidentais do interior da medina que sediou o Califado de Córdoba.

Segui ladeando a muralha em direção ao sul, numa estreita calçada entre o muro e o fosso também preservado, quando dei de frente com uma estátua de Ibn Rushd, filósofo árabe que eu tive a oportunidade de ler nas aulas de falsafa com o professor Miguel Attie Filho, na FFLCH. Nascido e residente em Córdoba no século XII, Ibn Rushd (também conhecido por Averróis) foi um dos mais notáveis pensadores da falsafa, inserido já no período conhecido como o de sua decadência. Elogioso à monumental obra de Ibn Sina (Avicena) e dos mais duros críticos de Al-Ghazali, escreveu textos célebres como *A derrocada da derrocada* (onde rebate os

Falsafa – Ideologia

No árabe, o termo Falsafa designa, em essência, o termo “Filosofia”, tal como concebido entre os gregos (filosofia, filia ao saber, ao conhecimento). A transliteração do termo grego pelos árabes é expressão de uma incorporação nas práticas de pensamento destes últimos do próprio campo de conhecimento tal como foi estruturado, mantendo-se seus materiais, métodos e textos fundamentais, de autores como Aristóteles e Platão, processo intimamente ligado à tradução de obras da antiguidade grega para a língua árabe (Attie Filho, 2021, s.p.).

De maneira quase simplista, pode-se dizer que a Filosofia, e portanto a Falsafa, apoia-se na lógica como ferramenta ou instrumento de raciocínio, operando, assim, os modos de pensar a partir de silogismos, deduções perfeitas baseadas em lógica, procedimentos a partir dos quais se desenvolviam todas as ciências racionais, que no século X existiam no interior da Filosofia, e não de maneira independente (Ibd).

Al-Farabi, filósofo tributário dessa tradição, apresenta ao campo seu célebre Livro dos princípios das opiniões dos habitantes da Cidade Excelente (o qual se costuma referir simplesmente por A Cidade Excelente), no qual “estabelece as causas do Ser Primeiro, o surgimento e a multiplicidade dos seres, as características dos corpos celestes, as categorias aristotélicas de matéria e forma, a alma humana e suas potências, as qualidades do chefe da cidade e, por fim, as características da cidade

excelente e de seus habitantes” (Attie Filho, 2016, p. 202). Assim, munido dos instrumentos da Falsafa apresenta uma noção de cidade que nos é de interesse, na medida em que não se detém necessariamente na forma, mas se estabelece no diálogo com as aspirações da alma humana. “Para Al-Farabi, o humano não é apenas intelecto e razão, mas é também imaginação, desejo e vontade”, afirma Attie Filho (in Al-Farabi, 2019, p. 28), colocando o texto como possibilidade concreta para o estudo da ideologia no contexto dos Estudos da Urbanização.

Em seu texto, desde as noções mais primárias da metafísica até a relação da alma humana com a forma urbana são mobilizados de modo a defender a cidade excelente (dotada, assim, de certos atributos) como a única forma material na qual o homem teria plenas condições de atingir a excelência de seu corpo e de sua alma, ou, em outras palavras, a cidade como locus da felicidade plena. Tais noções, bem como a descrição minuciosa dos caracteres materiais e imateriais que atribuem à cidade, seus governantes e seus habitantes tamanha responsabilidade no alcance da excelência ou felicidade, destacam a ideologia, a partir da Falsafa, como dimensão analítica do urbano, elemento fundamental para o estudo da urbanização árabe e islâmica na medida em que este campo do conhecimento foi sabidamente decisivo no pensamento árabe e islâmico e em suas diversas expressões e práticas sociais – dentre as quais, destacamos a urbanização. Infelizmente, as intersecções entre a Falsafa e os Estudos da Urbanização seguem praticamente intocadas.

argumentos de Al-Ghazali em seu *A derrocada dos filósofos* e o *Discurso Decisivo* (editado em português, numa edição bilingue com a qual Attie Filho conduz seu curso). Enquanto tirava algumas fotos me lembrei das aulas do professor Miguel, que ocupavam as minhas manhãs de sexta-feira durante um dos semestres em que estávamos em ensino remoto em função da pandemia. Além de Ibn Rushd, Al-Ghazali e Ibn Sina, fui ali apresentado ao texto do filósofo Al-Farabi, *A cidade excelente*, que sinalizou a oportunidade de se pensar o urbano a partir da falsafa e deu novo sentido aos meus estudos neste campo de conhecimento.

Descendo alguns degraus à esquerda da estátua que dava as costas para a muralha, cheguei à Puerta de la Luna, que no passado fizera a conexão entre os arrabaldes e a judiaria, e hoje é ocupada por alguns restaurantes e pelo hostel onde eu dormiria aquela noite. Estando adossado à muralha, com sua entrada no sentido paralelo ao muro (em sua espessura, portanto) e perpendicular à porta, o pequeno hostel me ofereceu a estadia mais curiosa entre as quatro cidades nas quais dormi na Espanha. O acesso à recepção se dava por uma escadaria ladeada pela pesada muralha de pedra, transposta a pesada porta de madeira que dava para a Puerta de la Luna. Lá em cima, fui recebido por um rapaz simpático e atencioso que me explicou com um certo excesso de detalhes o funcionamento do lugar (sala, cozinha, banheiros, pátio, porta, recepção...). A certa altura a explicação começou a me aborrecer, pois tinha pressa de tomar um banho e ir à mesquita, en-

tão comecei a abstrair o que dizia e peguei um mapa turístico que havia sobre o balcão. Enfim instalado e tomado um banho, apressei-me a voltar para as ruas.

Rumo à grande mesquita

Saí pela Puerta de la Luna e segui ladeando a muralha em sentido ao sul, acompanhando as placas que estavam por toda parte indicando a direção da mesquita. Cheguei à Plaza Santo de los Mártires e encontrei ali a entrada para os banhos do Alcázar, hoje preservados em um pequeníssimo museu subterrâneo. Decidi entrar e observei deslumbrado cada uma das salas, algumas delas melhor preservadas, outras parcialmente em ruínas, mas todas salvaguardando o dimensionamento contido das salas e passagens pelas quais o califa e sua corte no passado transitavam para banhar-se. As paredes, abóbadas e piso de pedra e barro por vezes se apresentam cobertas por fragmentos de pinturas murais e pontuadas por elegantes colunas de mármore avermelhado encimadas por simplificados capitéis coríntios que sustentam arcos de ferradura. A expografia, com uma iluminação fraca, expositores explicativos, iconografia de época e sonorização variadas, criava um ambiente simpático para o visitante. Fiquei ali por alguns minutos circulando sob a luz baixa do museu e das delicadas aberturas zenitais que vez ou outra se faziam presentes nas abóbadas de berço de algumas das salas. Desejando ter mais tempo para ler cada texto e tomar notas, despedi-me do gentil recepcionista que há

pouco tinha me dado as boas-vindas e segui meu percurso em direção à mesquita.

Segui pela praça e logo vi, ao meu lado direito, um edifício com altura, materiais e formas muito semelhantes às aquelas que encontrara na muralha, cujos vértices possuíam grandes torres octogonais. Olhei no confuso mapa que havia pego na recepção do hostel e vi que estava a encarar o Alcazar dos Reis Cristãos, datado do século XIV, mas cujo sítio e estruturas originais remontavam ao período islâmico. O sol quente do fim de tarde banhava com um tom alaranjado as pesadas paredes de pedra do palácio fortificado, cuja vista à distância era dificultada pela vegetação alta da praça e pela enorme fila que aguardava para comprar entradas e visitar seu interior, onde estavam os majestosos jardins islâmicos.

Frustrado por não poder fazer a visita pelo pouco tempo que tinha antes de ir à mesquita, lembrei que havia também em Sevilha um Alcazar, e que poderia fazer uma visita a este último. Seja o de Córdoba ou o de Sevilha, o nome alcazar me levou a Goa, cidade que estudei detidamente em minha Iniciação Científica, e onde havia um edifício que fora palácio do governador muçulmano antes da chegada portuguesa, denominado “Casr Al-Hakim”. Salvo engano, pela semelhança flagrante entre Alcazar (subtraído o artigo “al” em seu início) e “casr”, parecia haver uma recorrência tipológica (ou ao menos toponímica) que aproximava a Península Ibérica do oeste do Hindustão, expressão do alcance da língua árabe ocasionado pelos processos de islamiza-

ção e arabização pelo mundo. Agradei mentalmente ao professor Paulo Farah, da FFLCH, que me instruiu na língua árabe por dois semestres e permitiu que, de Córdoba, eu pudesse viajar a Goa.

Tendo passado pelos banhos e agora pelo alcazar, sabia que logo chegaria à mesquita, dada a proximidade que estas estruturas costumavam ter nas cidades árabes e islâmicas que tive oportunidade de conhecer em sala de aula ou em minhas pesquisas. Continuei descendo a rua, passando pela Biblioteca Pública de Córdoba à minha esquerda e pela Casa Sacerdotal à minha direita, e logo a concentração de pessoas parecia maior. Já na esquina, tinha à minha direita a ladeira que levava à Puerta del Puente e à Ponte Romana, as quais eu em breve retornaria; à esquerda, via o robusto edifício da mesquita, que eu iniciei a contornar pela rua perpendicular ao rio. Com entusiasmo, buscava o acesso para visitantes enquanto me impressionava com a riqueza da ornamentação das poucas aberturas do muro exterior, ritmado em módulos quadrados separados entre si por maciços volumes retangulares que avançavam na direção da rua. No centro de cada módulo, grandes portas metálicas eram ladeadas por duas pequenas janelas e envoltos por uma complexa ornamentação em motivos geométricos, compostos por ladrilhos em tons avermelhados e terrosos, ou por relevos que aparentavam terem sido produzidos nos próprios muros de pedra.

O desnível de cerca de quatro metros em relação ao nível da rua em seu ponto mais baixo (a esquina de onde eu tive a primeira vista da mesquita) era gradati-

Língua – Cultura

O estudo da urbanização encontra na língua um importante elemento de investigação, visto que nela opera a cultura enquanto manifestação dos modos de saber e fazer partilhados por um corpo social. Em outras palavras, no caso específico da língua árabe, o que se defende é que esta nos ajuda a pensar dimensões do saber e do fazer entre árabes e muçulmanos que atuam sobre o urbano.

Esse interesse se faz ainda mais necessário em se tratando de uma língua que teve enorme impacto sobre a língua portuguesa, seja pela incorporação à língua portuguesa do vocábulo árabe que circulava pela Península Ibérica em seu período islâmico, seja pelo contato português com os árabes e muçulmanos em seu período de avanço sobre as terras desses povos no contexto da mundialização.

Nota-se em vários termos, por exemplo, a presença do prefixo “al”, uma transliteração do artigo definido árabe, em várias palavras da língua portuguesa, como por exemplo em vocábulos que fazem referência ao espaço urbano e suas atividades (dentre os quais são exemplos alcácer, alcáçova, alcaide, alfândega, arrabalde). Nota-se que o inventário desse vocabulário e de suas origens nos permite compreender de maneira direta a definição de atividades que tomam curso nas cidades, árabes e islâmica ou não.

No caso específico da urbanização árabe e islâmica, cabe avançar numa outra direção, que busca a

compreensão da construção das palavras no interior da língua árabe, a partir do entendimento de sua estrutura e lógicas de funcionamento. A língua árabe tem como uma de suas características mais marcantes ter a imensa maioria de seus verbos com três letras, a partir dos quais não só se conjuga em tempos verbais para designar ações, mas também se constrói outras palavras. Por sua vez, a letra árabe “م” (“mim”), cuja sonoridade em alfabeto latino se aproxima da letra “m”, pode indicar lugar. Dessa forma, há casos onde a adição do “م” como prefixo em verbos pode indicar o lugar onde estas ações são realizadas. Destaca-se como alguns vocábulos que funcionam dentro dessa lógica e que são recorrentes topônimos nas cidades árabes e islâmicas: *masjid* (mesquita), *madrasa* (escola) e *maktaba* (biblioteca), derivados de verbos acompanhados do prefixo “م”.

Há um universo de compreensão do urbano a partir de uma língua que atingiu redes inteiras de cidades da Península Ibérica ao Oeste da Índia, regiões com as quais Portugal muito interagiu no contexto da mundialização, sem falar, ainda, na ampliação massiva dos conjuntos documentais em língua árabe que oferecem subsídios para pensar tanto a urbanização portuguesa no contexto da mundialização, quanto a urbanização de territórios árabes e islâmicos. Nesses termos, os Estudos da Urbanização podem encontrar nas Letras um caminho fértil de estudo da cultura e do urbano.

vamente atenuado conforme eu subia a rua, enquanto a mesquita mantinha-se num só nível, na mesma cota da rua mais acima. A solidez do edifício era tanta que me causava a curiosa sensação de que não era só eu que buscava atingir a cota da mesquita enquanto caminhava, mas também a própria rua, como se a mesquita tivesse sempre estado ali e a cidade buscasse enquadrá-la da melhor maneira possível (o que, evidentemente, não passou de uma sensação). Logo atingi, naquela mesma rua, uma das portas metálicas que dava acesso a um enorme pátio quadrangular – que por algum motivo estava com acesso restrito.

Não podendo circular pelo pátio, avancei para o interior da mesquita, deixando para trás a quente e ensolarada Córdoba para ser tomado pelo frescor e pela penumbra do espaço interno do edifício. Eu nunca tinha entrado numa mesquita, e esta constatação se deu no momento em que me vi paralisado, não só pela beleza do espaço, mas sobretudo pela minha completa incapacidade de circular por ele. Diferentemente de todos os espaços arquitetônicos que eu tenho em minha memória, aquele não me mostrava indicação alguma do que fazer. Em minha mente, com certo constrangimento, comecei a comparar a mesquita com edifícios religiosos cristãos. Nunca me perdi numa igreja, elas pareciam sempre vir com um manual escrito em suas paredes me dizendo como circular, para onde ir, o que fazer. Na mesquita era diferente, o espaço era absolutamente regular, ritmado pela estrutura e de planta quadrada, mas em nada era um espaço regulado. Todas as

formas de circulação se mostravam legítimas (e talvez esperadas), e o excesso de liberdade me paralisou por alguns segundos – que pareceram uma eternidade – enquanto eu desajeitadamente tirava o celular do bolso para tirar algumas fotos.

Decidi caminhar para minha esquerda, de modo que pudesse ver de frente as arcadas que corriam paralelamente pelo enorme espaço livre que configurava a mesquita. As colunas de mármore encimadas por capitéis coríntios pareciam idênticas às que havia visto nos banhos do Califa, com a diferença de que na mesquita essas mesmas colunas já tinham sua cor escurecida na região central de seus fustes, muito provavelmente pela frequência com que os visitantes as tocavam com suas mãos sujas, como aconteceu com as paredes de pedra do Mosteiro de São Bento, em São Paulo (segundo dizia em suas aulas a professora Eliane Lama, do IGc). A constatação me fez rir... turistas conseguem ser turistas em qualquer lugar do mundo – em alguns minutos me peguei fazendo o mesmo.

Acima das colunas, as graciosas arcadas listradas de vermelho e ocre se sobrepunham. As de baixo, diretamente apoiadas sobre os capitéis das colunas, na forma daquelas que tomavam as fachadas da mesquita e o interior dos banhos, em ferradura; as de cima, compostas por arcos plenos. A luz baixa, toscamente arranjada para simular velas em enormes lustres, controlava com maestria o calor do mármore avermelhado e das listras vermelhas, conferindo uma sobriedade ao espaço que muito dificilmente se verificaria sob uma

luz que permitisse observar a saturação das cores dos materiais que compunham ou revestiam os elementos arquitetônicos. Como previsto, a circulação no local não era regida pela arquitetura: andava tranquilamente perpendicular ou paralelamente aos arcos, mudava o curso em diagonais animadas pela vista dos arcos em zigue-zague. Não me lembro de ter andado por um edifício com tanto deslumbre e alegria.

No centro daquela enorme floresta silenciosa de colunas encimadas por arcos que eu mais tarde descobri chamarem-se “arcos de entibo”, uma aglomeração de pessoas sob uma forte luz branca ocupavam um recinto que diferia completamente daquele que me encantara. Tratava-se da catedral cristã, construída exatamente no meio da mesquita, num tenso arranjo espacial. Entrei no espaço lotado e barulhento e havia pessoas por toda parte fotografando incansavelmente as duras paredes brancas decoradas com motivos clasicistas e organizadas por arcos ogivais, com uma cegante luz branca que vinha das grandes janelas no topo da catedral.

Fiquei bastante inquieto, não fazia ideia de que haviam construído uma catedral no centro da mesquita. Por algum motivo, achei que o edifício islâmico simplesmente sediava, com sua estrutura, a catedral. O que me pareceu ocorrer, na verdade, foi uma dura inserção de um edifício cristão num espaço islâmico, sem que houvesse ali qualquer tentativa de diálogo. Fiquei irritado pela solução arquitetônica, pelo barulho e excesso de pessoas e saí indignado em direção ao es-

paço da mesquita. Talvez estivesse sendo injusto, mas não conseguia entender porque não se podia partilhar um espaço sem mutilar suas preexistências. Confesso que não consegui entender, tampouco racionalizar minha indignação – mas tendo a achar que tenha sido um purismo excessivo da minha parte.

De volta à penumbra da mesquita, comecei a observar os detalhes que me haviam escapado em meio à euforia de circular por entre as colunas de mármore. Nas extremidades da mesquita, as paredes exteriores eram cuidadosamente ornamentadas por motivos geométricos e escritos em árabe, que meu limitado conhecimento na língua não permitiu compreender. O acesso era limitado, então observei tudo de longe. Ouvi um guia turístico dizer que por aquelas paredes laterais mais reservadas entrava o califa quando não queria ser visto, e achei interessante pensar que o califa frequentava sem muita distinção aquele espaço frequentado também pelos homens e mulheres comuns de Córdoba. As grandes portas de ferro indicavam que aquelas eram as mesmas paredes que eu havia visto do lado de fora, enquanto subia a rua para a entrada.

Outras paredes, porém, eram ocupadas por nichos reservados por gradis que abrigavam elementos claramente cristãos, como imagens de santos e objetos sacros familiares a mim. Nas transições desses espaços para o grande espaço principal da mesquita, arcos lobulados distinguiram-se daqueles que eu relatei e impunham-se majestosos aos meus olhos. Mantinham a coloração vermelha e ocre da generalidade das arcadas,

mas aqui ganhavam formas mais rebuscadas, que me lembraram aquelas que eu vira do lado externo do edifício e que reconheceria no dia seguinte a vários quilômetros dali, no Alcazar de Sevilha.

Já eram seis horas da tarde, e a mesquita estava se fechando. Os funcionários pediam gentilmente para nos dirigirmos à saída, que ficava na rua paralela àquela que eu tinha subido para entrar no edifício. Enquanto descia a rua onde estava a porta de saída, notei que as paredes da face nordeste da mesquita eram parecidas com aquelas que eu tinha visto na face sudoeste, enquanto subia a rua paralela, mas logo minha atenção se voltou ao cheiro desagradável que se intensificava à medida que eu me aproximava do rio Guadalquivir.

Camadas de historicidade

Cheguei ao final de uma estreita viela e encarei a densa vegetação que margeava e o rio, virando à direita para ir ao encontro da enorme quantidade de pessoas que andavam e fotografavam a Ponte Romana de Córdoba. Como acontecera mais cedo, quando encontrei a catedral no meio da mesquita, fui tomado por um constrangedor desinteresse. Havia sido monitor de *História e Teorias da Arquitetura I* na FAUUSP por duas vezes, havia lido o tratado De Arquitetura, de Vitruvius, com o maior interesse, mas parecia leviano em minha cabeça dar atenção a uma construção romana quando meu objeto de interesse naquela viagem era a urbanização árabe e islâmica. Fotografei a ponte a contragosto.

Seja como for, a enorme ponte de pedra me suscitou questões em relação à noção de rede urbana. Não fosse a intoxicação alimentar que tive em Madrid, teria visitado no dia anterior a cidade de Granada, onde era preservada Alhambra, e tinha programado, para a manhã seguinte, a viagem a Sevilha. De fato, a conexão entre esse conjunto de cidades promovida pelas estradas, muçulmanas ou romanas, se conformava como uma dimensão de análise importante, em meio à paisagem Al-Andalus com geografia física e humana complexa. Como as pessoas circulavam pela Península Ibérica no período do Califado? Como era a interação destas com o restante da Europa, a África e a Ásia? Distâncias, meios de transporte, a navegabilidade de rios como o Guadalquivir, acessos ao Mar Mediterrâneo, me fizeram pensar no significado de certos pontos de enraizamento e mobilidade nessa paisagem.

As redes comerciais árabes e islâmicas haviam aparecido para mim uma série de vezes ao longo de meus estudos, desde as menções aos gêneros alimentícios de fora da Península Arábica nas *muallaqat* (os poemas suspensos do período pré-islâmico) até o sistema de comércio do Oceano Índico na época da chegada portuguesa àquela região por via marítima. Bia mencionou vez ou outra a hipótese das cidades da Rota da Seda e da Rota do Incenso terem sido produzidas a distâncias umas das outras compatíveis com a capacidade de deslocamento (sem água de beber) dos dromedários. A lógica da rede urbana, central nos estudos de urbanização tais como formulados por Nestor Goulart

Reis Filho, nesses termos, teria vinculação próxima com os fluxos de pessoas e de bens, fosse no interior dos territórios árabes e islâmicos, fosse na relação destes com outros povos e entrepostos.

A percepção de que a ponte romana tinha feito parte deste sistema e de toda uma ecologia de saberes, conseqüentemente, do processo de urbanização árabe e islâmica que ali tomara curso, porém, só se fez clara para mim quando de meu retorno ao Brasil, mais especificamente quando precisei ir à FAUUSP buscar um livro para o TFG e encontrei um amigo, Gustavo Menossi, que me perguntou como foi a viagem e adiantou-se perguntando especificamente da ponte. Disse que a havia visitado, mas que não tinha chamado a minha atenção. Gustavo então me disse que tinha estudado justamente esta ponte no trabalho Cidade e Arquitetura em 2020, integração das disciplinas AUH0236 - *História da Urbanização e do Urbanismo I* e AUH0150 - *História e Teorias da Arquitetura I*, ocasião na qual eu tinha sido monitor da professora Beatriz. Segundo ele, seu grupo havia concluído no trabalho que Córdoba era uma sucessão de experiências romana, muçulmana e depois cristã, e que cada ocupação salvaguardou algumas preexistências e destruiu outras, mas que a ponte continuou lá pois era importante para o comércio. Mudamos de assunto e logo abstraí esta conversa, até que comecei a escrever o presente texto sobre a ponte e o diálogo me veio à memória.

No fundo, meu amigo me falava, com suas palavras, de algo que Bia sempre me chama atenção: as

camadas de historicidade. É verdade que a ponte foi construída pelos romanos, mas o fato de em 2022 eu ainda poder vê-la e fotografá-la tem profundo significado para o estudo da urbanização árabe e islâmica, não só em Córdoba, mas na Andaluzia como um todo. Se a ponte romana foi preservada, foi por uma decisão dos homens muçulmanos que ali habitavam e governavam, indicando uma apropriação da preexistência que se relaciona com o funcionamento da rede urbana que ali se configurava sob o Califado. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao caso da catedral que se construiu em meio à mesquita: não me parece impossível que os cristãos tivessem condições de simplesmente demolir a mesquita como um todo para construção da catedral, mas não o fizeram. Por economia, conveniência ou admiração, salvaguardaram os muros, as colunas, as arcadas, os escritos nas paredes.

Essas decisões sucessivas, que reúnem num só momento elementos das mais diferentes etapas da conformação do urbano e os articula na vida social, colocam-se como uma dimensão analítica que nos permite entender o processo de urbanização no seu diálogo com diferentes camadas de historicidade, assim como eu pude entender a apropriação da ponte romana na vida do Califado – graças ao Gustavo. Aí estava empiricamente materializado o conceito de rugosidades de Milton Santos, tão caro à Bia, como camadas desiguais de tempos amalgamadas na paisagem contemporânea, como nossa pele condenada a manter as cicatrizes de feridas antigas. Mais do que isso, ao mesmo tempo pro-

Poesia - Economia

Por al-muallaqat, “as suspensas”, numa tradução literal, designa-se um conjunto de poemas oriundos da Península Arábica no período pré-islâmico, operadas na oralidade pelos beduínos que percorriam os desertos em caravanas. A origem mítica de seu nome remonta aos alegados concursos de poesia (oral) que tomavam curso em cidades pela Península, dentre as quais Meca destacava-se diante das demais. Nela, os homens cuja produção se destacava eram honrados com o bordado de sua poesia em fios de ouro sobre um manto que era exposto nas paredes da Caaba, e por isso “suspensas”.

O registro desses poemas foi feito já tardiamente, no século VIII, mas remontam em sua maioria ao século VI, alguns ao século V, outros ao VII. Discute-se entre especialistas se seu número exato era de sete ou dez suspensas, mas nos vale trabalhar com o número de X, conforme foram traduzidas como conjunto por Alberto Mussa para o português e publicadas no livro *Os Poemas Suspensos* (Mussa, 2006). Há ainda traduções formidáveis do professor Mamede Mustafa Jarouche, publicadas na *Revista Tiraz*, da FFLCH, mas que não contemplam a totalidade do conjunto. Seja na tradução de Mussa ou de Jarouche, avalia-se que este conjunto de poemas nos

permite fazer observações interessantes sobre a vida naquele período, e refletir sobre os processos de urbanização a partir de diversas dimensões, dentre as quais destacamos a econômica.

Além das frequentes menções nos poemas a topônimos, que dão a dimensão das relações estabelecidas pela rede urbana da Península, destacam-se nas narrativas a frequente menção a produtos que compunham a vida material dos beduínos e que por eles eram comercializados através das caravanas nas quais os poemas costumam ser ambientados.

Pimenta preta, colocíntida, cravo-da-índia, almís-car, áraque, acácia, ônix, pérolas, topázios, seda, elmo e espadas da Índia. Cada poema traz consigo um universo de elementos que coloca o eu-lírico em contato com a cultura material oriunda de diversos lugares da Península Arábica e de fora dela (nesse sentido, há que se notar a frequência com a qual os produtos indianos são mencionados). O estudo das muallaqat nessa perspectiva, quem sabe até as espacializando através de cartografia, apresenta-se como uma possibilidade de análise da dimensão econômica do urbano, com ênfase nos fluxos promovidos e promotores do processo de urbanização.

duto e vetor de relações sociais, e inércia ativa para o presente. A ponte só se preservou porque fez sentido aos diversos tempos sobre ela mobilizados. No fim, minha ida à FAU naquele dia valeu a pena pelo curto diálogo com meu amigo, e me lembrou mais uma vez que voltar à nossa casa, para junto dos nossos, é sempre fundamental.

A judiaria

Com o pôr do sol, senti a chegada do frio e precisei fazer o caminho de volta ao hostel para me agasalhar e decidir o que faria para aproveitar a cidade naquela noite. Chegando lá, busquei em meu celular um mapa da Córdoba islâmica que eu havia encontrado na internet e o comparei com o mapa turístico que tinha pego na recepção. Para minha felicidade, a tessitura da cidade histórica permanecia praticamente idêntica ao que fora no século X, então decidi simplesmente percorrer as ruas à deriva, começando pela Judiaria, o bairro em que eu estava hospedado.

Saí do hostel e caminhei a uma estreita passagem que ficava ao fundo do pequeno largo formado no interior da muralha transposta a Puerta de la Luna. Estava escuro e deserto, e não sabia ao certo se era seguro passar por ali, mas ainda assim apertei o passo e cruzei a pequena viela, que não devia ter mais do que dois metros de largura. Segui caminhando por pequenas vias já um pouco mais movimentadas até que cheguei numa rua lotada de pessoas, em sua maioria turistas, falando

línguas das mais variadas. Abri mão do mapa histórico, do turístico e do meu celular, segui caminhando pelas movimentadas ruas de Córdoba buscando apreender o espaço usando somente meu corpo e meus olhos.

Tive a impressão de que havia uma rua principal que cruzava a cidade do sul ao norte e busquei percorrê-la, por vezes fazendo desvios em pequenas ruas que me chamavam atenção por algum motivo. No geral essa rua de dimensões bastante controladas não se distinguia tanto em tamanho daquelas que eu estava habituado a andar no triângulo histórico de São Paulo, a diferença aqui é que as edificações não eram tão altas, geralmente térreo e mais um ou dois pavimentos, uma das escalas urbanas mais agradáveis para se caminhar que eu já conheci.

As ruas que saíam dessa rua principal em direção ao leste e ao oeste costumavam ter dimensões um pouco menores, talvez próximas das que encontramos na Travessa do Comércio, em São Paulo. Enquanto havia uma topografia relativamente plana que se mantinha ao longo da rua principal, as ruas laterais pareciam ter sutis inclinações cujo topo estava na rua principal e perdiam em altura conforme eu caminhava no caminho oposto a esta última. Encontrava, ainda, vez ou outra, vielas ainda menores saindo dessas vias secundárias, semelhantes àquela que eu entrei junto à Puerta de la Luna. Havia, evidentemente, uma hierarquia das ruas, que se organizavam em torno desse eixo principal que cortava a cidade do norte ao sul. Teria sido ali o *souq* da medina?

Alguns pequenos largos se formavam aqui e ali na conexão entre as ruas que se conectavam em angulações que não encontravam semelhança em seus pares, o que permitia que alguns restaurantes distribuíssem algumas mesas em frente aos seus estabelecimentos, que em geral ocupavam os térreos das edificações. Havia ainda, nos térreos, pequenas lojas de souvenir que, junto dos restaurantes, iluminavam as pessoas que passavam pelas vias. As ruas e largos eram todos animados por pessoas caminhando, conversando, comendo e bebendo sempre sorrindo. Nos andares superiores, janelas e portas de balcões mantinham-se em geral fechados.

Essas pequenas edificações por vezes tinham placas indicando que faziam parte do circuito de pátios de Córdoba, no qual diversas casas franqueiam acesso aos seus pátios internos durante o dia. Pelo horário, não pude fazer as visitas, me limitando a ver as entradas fechadas pelas elegantes portas de marcenaria ou seralheria artística. A recorrente tipologia de casas baixas era interrompida por algumas igrejas de dimensões maiores, implantadas sobre o sítio de antigas mesquitas (segundo constava num dos mapas que vi antes de sair do hostel). Curiosamente, elas eram todas muito diferentes entre si: algumas caiadas de branco, outras de pedra e terra, umas com revestimentos e adornos classicistas, ou ainda sem ornamento algum. Seus interiores permaneceram um mistério para mim.

Olhando as pequenas lojas de souvenir, resolvi entrar em uma para levar algo de Córdoba. Como esperava, todos os souvenirs eram de gosto duvidoso, mas vi

algumas canetas compráveis, peguei uma e me dirigi ao caixa. O rapaz que me atendeu sorria como se eu fosse o único cliente do dia (o que não era verdade). Enquanto pagava pela compra, me confundi com o espanhol e ele me perguntou de onde eu era. Disse que era brasileiro e ele gentilmente disse que eu falava espanhol muito bem. Perguntou se eu gostaria de testar a caneta e eu o fiz, enquanto ele me perguntava mais sobre a viagem. Fiquei na loja alguns minutos falando do meu encanto por Barcelona, do Congresso, da trágica intoxicação alimentar em Madrid, da ansiedade para conhecer Sevilha, e ele se mostrou interessado fazendo perguntas e comentários a todo tempo. “Vosotros de Andalucía sois muy amables”, disse a ele, que imediatamente ficou corado. Mencionei que em Madrid tinha sido mal atendido em todo lugar que fui, diferentemente de Córdoba. Sem jeito, ele disse que era o calor do sul que fazia deles pessoas mais felizes, enquanto em Madrid fazia muito frio e as pessoas tornavam-se frias também. Sorri, despedi-me e segui em busca de algum lugar para comer.

Sentei numa cafeteria qualquer e pedi uma empanada e um suco, que lanchei enquanto observava o movimento da rua. Realmente, as pessoas ali pareciam felizes, e a felicidade de Córdoba era contagiante. Ainda antes de ir a Madrid, quando visitei Barcelona, a mãe de meu amigo Alberto, que assim como ele é catalã, me disse que eu amaria a Andaluzia, pois me sentiria em casa. Talvez fosse esse o sentimento, de um pertencimento repentinamente forjado pela hospitalidade de

Al Janiah - Política

Situado no bairro do Bixiga, centro de São Paulo, o espaço cultural e restaurante Al Janiah é reconhecido pelos paulistanos como lugar de festa, comunhão e resistência. Fundado em 2016 na Rua Augusta com a proposta de ser um bar que promovesse debates de cunho político em defesa da causa palestina, logo tornou-se espaço formativo, de resistência e acolhimento de imigrantes que buscaram em São Paulo refúgio dos conflitos que tomaram e ainda tomam curso no Oriente Médio. Com a demanda crescente do público, o espaço passou a ser sediado na Rua Rui Barbosa, já no Bixiga, onde ocupa um edifício com um térreo e mais um pavimento, com um pátio ao ar livre em cada andar.

Hoje, além da produção e venda de comida e bebidas árabes, o espaço promove quase diariamente eventos dos mais variados teores, que não se restringem à luta palestina e da região do Levante, mas também de resistência a toda forma de opressão e autoritarismo, como os arroubos antidemocráticos vivenciados no Brasil em tempos recentes, além da reunião de diversas formas de expressão cultural contra-hegemônicas. Lançamentos de livros, rodas de conversa, oficinas de percussão, rodas de samba e rap, sets de reggaeton, apuração de resultados de eleições. Manifestações das mais diversas ajeitam-se no escuro térreo do Al Janiah ou nos arejados pátios, sempre movimentados por um público diverso.

Na defesa da liberdade e da dignidade da vida humana, reconheceram-se ali personagens que não necessariamente se relacionam à luta palestina, como é o caso de imigrantes da África Subsaariana e nordestinos. Trata-se de um espaço de diversidade e pluralidade cultural, que se manifesta desde a equipe de funcionários de diversos países do mundo até a agenda de eventos, características que fazem do Al Janiah um espaço de inclusão e acolhimento.

A experiência do Al Janiah, expressiva de uma organização social que tensiona as estruturas de poder lançando mão do diálogo, da inclusão e do acolhimento de indivíduos vulnerabilizados pelas forças políticas e econômicas – seja na Palestina, seja no nordeste brasileiro –, indicam uma dimensão de análise dos processos de territorialização dos povos árabes e muçulmanos em ambientes diferentes daqueles que historicamente a eles se associam (como os fictícios “mundo Árabe” ou “mundo Islâmico”). Assim, a dimensão política da transformação do urbano se materializa não só no passado desses povos, mas sobretudo no presente e na sua possibilidade de futuro, que por vezes assenta em territórios como o brasileiro, onde eles atuam no cotidiano da vida urbana local sem que para isso precisem perder seus vínculos ancestrais.

seus residentes, que não diferia muito daquela descrita por Cardaillac ao falar de Toledo, cuja tolerância entre muçulmanos, cristãos e judeus se dava com notável harmonia. Era inevitável pensar também no Al Janiah, em São Paulo, onde, à semelhança de Córdoba, eu me sentia sempre bem-vindo. Talvez não haja nada que eu admire mais nestes lugares (a Córdoba que eu conheci, a Toledo de Cardaillac, o centro Al Janiah) do que sua capacidade de inclusão. Gostaria de poder ficar mais tempo em Córdoba.

Cansado após a longa caminhada, decidi voltar ao hostel para dormir e acordar disposto para a viagem na manhã seguinte a Sevilha. Fiz todo o caminho de volta, deixei minhas malas preparadas e fui para a cama. Na manhã seguinte, sozinho na cozinha do hostel, tentava encontrar a louça para tomar café e me lembrei envergonhado da desfeita que tinha feito com o recepcionista no dia anterior, que tão generosamente tentou me explicar o funcionamento do hostel. Esforcei-me por lembrar as instruções e... O pátio! Lembrei que ele me disse que lá havia um pátio! Deixei minhas coisas em cima da mesa, cruzei a recepção e saí por uma porta que ele havia me apontado no dia anterior. Lá estava ele, o “típico pátio cordobés”, como havia me dito o rapaz. Tomei café em paz e parti para Sevilha.

Saí de Córdoba feliz, mesmo com o pouco tempo que tive para conhecer a medina e escrever estas breves notas. Confesso que não fui embora com tantas certezas quanto imaginei que levaria, mas as perguntas que me acompanharam ao Brasil provavelmente me vale-

ram mais, bem como a experiência de colocar à prova tudo o que eu aprendi sobre a cultura e a história árabe e islâmica. Espero voltar a Córdoba, explorá-la com mais tempo e maior cuidado. Por ora, contento-me em dizer que busquei a cidade islâmica que havia lido ou ouvido falar em tantos lugares, mas não a encontrei. A filosofia, a poesia, a língua e o encontro, por outro lado, se fizeram presentes a cada momento. Definitivamente, a medina que eu conheci em nada me lembrou as sementes de uma romã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser arquiteto e urbanista

Diferente do que poderia parecer por seu título e tema abordado de início, o presente trabalho definitivamente não se propôs a ser sobre História Árabe ou História Islâmica. Poderia ser enquadrado em História da Urbanização e do Urbanismo, ou ainda nos Estudos Urbanos, mas mais adequado seria reconhecer que ele se debruça essencialmente sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo, contexto no qual árabes e muçulmanos, através de sua história e de sua urbanização, ofereceram subsídios fundamentais para as reflexões aqui reunidas, o que eu faço questão de reforçar – apesar do flagrante desaparecimento desta temática nos parágrafos seguintes.

A supressão das temáticas árabe e islâmica nestes últimos parágrafos se justifica sobretudo por este trabalho, enquanto Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, poder ser lido por muitos com certa estranheza e inquietude. Que interesse teria dedicar tamanho esforço para incluir um tema nas salas de aula que formam nossos quadros profissionais quando

este mesmo tema se fez ausente por tanto tempo e segue sendo tão pouco debatido, sem que isso tenha impedido a formação de sucessivas gerações de arquitetas, arquitetos e urbanistas? Estas considerações finais dirigem-se ao leitor que ainda tenha dúvidas da pertinência do esforço aqui empreendido.

A expectativa pelo exercício profissional da Arquitetura e do Urbanismo que gira em torno do projeto, sobretudo aquele voltado à edificação (que sem muita dificuldade e com certa obviedade reconhecemos como Arquitetura), é sucessivamente reafirmado entre estudantes e docentes da FAUUSP. A frequência com que chega aos nossos ouvidos a frase “A FAU forma de tudo, até arquiteto” decorre desse imaginário do Arquiteto e Urbanista produtor (exclusivamente ou prioritariamente) de Arquitetura de edificação. O que foge a este exercício específico da profissão parece não ser nosso exercício profissional, mas de outrem.

Engana-se, inclusive, quem acredita que esse imaginário do Arquiteto e Urbanista que produz essencialmente projeto de edificação se restringe à FAUUSP ou às escolas de arquitetura no geral. Perguntemos aos não formados por nosso campo ou áreas correlatas quem foi o “Arquiteto de Brasília” e provavelmente Oscar Niemeyer aparecerá frequentemente como autor do Plano Piloto, que sabemos ser de autoria de Lúcio Costa. O arquiteto e urbanista que assina projetos de edifícios segue sendo o protagonista de nosso campo, delegando aos pares que atuam em outras frentes da produção do espaço o lugar de coadjuvante (quando

não, figurante) do campo profissional.

A historiografia da Arquitetura e do Urbanismo apresenta um universo inteiro de investigação para entendermos como chegamos a este ponto. Suspeito que possamos encontrar algumas respostas na análise do impacto que teve sobre esse imaginário a incorporação do arcabouço teórico-metodológico oriundo das experiências em países onde o Urbanismo, por exemplo, é uma área dentro da Arquitetura ou uma disciplina apartada do campo arquitetônico. Revisitar a conformação de nosso campo profissional à luz dessa inquietação, para além dos essenciais trabalhos que avaliam a constituição de nosso campo a partir das dissidências das Escolas Politécnicas e Escolas de Belas Artes, pode ser outro caminho frutífero.

O fato é que o brilhantismo do arquiteto-edificador faz do urbanista, do paisagista, do historiador (da arquitetura, do urbanismo, da urbanização), etc, estranhos dentro de seu próprio campo disciplinar. Utilizo-me, pois, da conclusão do presente trabalho para problematizar este aspecto, exposto ao risco de que estas considerações finais sejam lidas como exercício de advocacia em causa própria – suspeita absolutamente legítima e compreensível, que seria defensável até por mim mesmo, não fosse o constrangimento que seria fazê-lo precisando negar as palavras do texto considerado fundador da Arquitetura, no qual tenho a segurança de me apoiar sabendo que, ao mobilizá-lo, dificilmente seria acusado (injustamente) de defender o abandono da profissão para abraçar o ofício de outros campos disciplina-

res. Em outras palavras, o movimento que faço nestas considerações finais é reafirmar, se resta ainda alguma dúvida, que este trabalho é essencialmente sobre Arquitetura, seja na perspectiva do percurso que trilhei (percorrendo a História, as Letras, a Filosofia e a Sociologia, perseguindo a História da Urbanização), seja utilizando a mais clássica preceituação do que é Arquitetura.

Tomo como referência reflexões e discussões que tive o privilégio de compartilhar com o arquiteto e urbanista, docente do AUH e amigo Mário Henrique Simão D'Agostino, antes de seu precoce falecimento, em 2021. Na ocasião, contextualizada pela disciplina AUH0327 - Preceptivas Artísticas (e que deu início a uma série de diálogos posteriores), discutíamos como o corpo humano foi abordado como temática pelo campo da Arquitetura, seja na produção material arquitetônica (isto é, no ato de edificar), seja na produção intelectual do campo, tal como a canônica (ou tradição), a tratadística, a historiografia, a crítica e a teoria. Para tanto, partimos de uma leitura interna do célebre tratado De Arquitetura, de Vitrúvio.

A primeira aparição do corpo como objeto de estudo no De Arquitetura ocorre no Livro III, onde Vitrúvio trata, segundo seu preâmbulo, “dos templos sagrados dos deuses imortais e [explica] circunstancialmente as suas regras, como convém”. O autor antecipa neste trecho que não se propõe a produzir um livro somente sobre os templos, mas coloca a título de igualdade como temática as regras que os acompanham, fato que

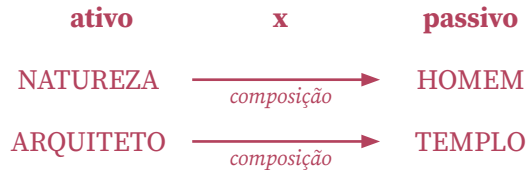
se mostra de grande valia para a leitura que aqui é proposta. Para o autor,

A composição dos templos assenta na comensurabilidade, a cujo princípio os architectos deverão submeter-se com muita diligência. A comensurabilidade nasce da proporção, que em grego se diz *analogia*. A proporção consiste na relação modular de uma determinada parte dos membros tomados em cada secção ou na totalidade da obra, a partir da qual se define o sistema de comensurabilidades. Pois nenhum templo poderá ter esse sistema sem conveniente equilíbrio e proporção e se não tiver uma rigorosa disposição como os membros de um homem bem configurado. (Vitrúvio, 2009, grifo do editor)

O problema da proporção colocado no início do primeiro capítulo continuará presente no texto que o sucede, distando os procedimentos expostos pelo autor de um problema numérico para aproximá-los de uma operação de relações de partes com o todo. Exemplo disso é o parágrafo seguinte, onde o autor descreve a partir de relações entre elementos o que seria um corpo humano composto pela natureza.

Até este ponto, pode-se dizer que há quatro figuras (ou agentes) em destaque: o templo, o arquiteto, o homem, e a natureza. O autor os coloca num mesmo plano de atividade e relações, cujo ponto nodal é a ação de compor. Do mesmo modo que opera a natureza na

composição o homem bem dimensionado, Vitrúvio argumenta que deve operar o arquiteto na ereção de um templo que siga preceitos de comensurabilidade; isto através do já colocado problema da proporção. De forma esquemática, poderíamos organizar estes quatro agentes e o ato de compor da seguinte maneira:



Reservada esta leitura e a lacuna que deixo em aberto sobre o significado de homem e arquiteto assumirem papéis diferentes no esquema proposto (tema que retomarei em alguns parágrafos), é importante ressaltar que, no tocante às proporções de um edifício, não é posta em discussão uma prática de reprodução num artefato das formas da natureza (neste caso, as medidas do corpo humano serem transpostas a um templo), mas sim uma prática que encontra na natureza um caminho operacional eficaz para solucionar um problema humano. Assim, o corpo humano não responde à obtenção de um catálogo de medidas a serem transpostas num edifício, mas é a expressão da qualidade compositiva que se deve buscar na ereção de um templo, adquirida através do arranjo adequado das partes, estando este assentado na comensurabilidade.

A reprodução formal da natureza nos edifícios, por outro lado, aparecerá no Livro IV, iniciado por Vitrúvio com a caracterização dos modos dórico, jônico e coríntio. O arquiteto delineia os parâmetros a serem adotados na ereção de templos que seguem estes gêneros pautando-os em narrativas míticas que remontam ao passado grego. Para a discussão aqui posta, basta deter-me nos gêneros dórico e jônico, onde o corpo humano aparece como fator decisivo em suas respectivas configurações.

O dórico, segundo Vitrúvio, é o modo mais antigo entre os três, embora não tivesse desde início suas proporções bem definidas. Estas só teriam se estabelecido posteriormente, na ereção de um santuário a Apolo Paniônio na região da Jônia, cujo episódio é relatado pelo arquiteto:

Querendo eles colocaram as colunas neste templo, não possuindo as respectivas comensurabilidades e procurando uma metodologia conveniente que lhes permitisse sustentar o peso e configurar uma manifesta elegância, mediram com exactidão a planta do pé viril e a reproduziram em altura. Tendo descoberto que o pé correspondia no homem à sexta parte da sua estatura, transferiram o mesmo para a coluna e, qualquer que fosse o diâmetro da base do fuste, elevaram-no seis vezes em altura incluindo o capitel. Deste modo, a coluna dórica começou a mostrar nos edifícios a proporção, a solidez e a elegância de um corpo viril. (Vitrúvio, 2009, p. 143)

Novamente, manifesta-se um problema proporcional e não numérico, mas, diferente do Livro III, onde o homem bem dimensionado era somente uma referência em termos de qualidade compositiva, aqui o corpo adquire também a característica de objeto de obtenção direta de proporções. O trecho é revelador também da não trivialidade do uso dessas proporções. Mais do que simplesmente reproduzir na coluna valores já conhecidos por eles, houve uma investigação do corpo humano, empreendida em função de uma busca pela forma arquitetônica adequada. Assim, a tentativa de descobrir a comensurabilidade de uma tipologia foi motor do descobrimento e domínio por estes homens das proporções de um homem bem configurado pela natureza.

As relações estabelecidas no enredo entre o corpo masculino e a coluna dórica foram construídas de modo semelhante entre o corpo feminino e a coluna jônica:

Da mesma maneira levantaram depois um templo a Diana, procurando uma forma de novo estílo, com a mesma planta, levantando para lá a delicadeza da mulher e dispuseram em primeiro lugar o diâmetro da coluna segundo a oitava parte de sua altura, a fim de que ela apresentasse um aspecto mais elevado. Na base colocaram uma espira imitando um sapato; no capitel dispuseram, à direita e à esquerda, volutas, como se fossem caracóis enrolados pendentes de uma cabeleira; ornamentaram a frente com cimácios e festões dispostos como madeixas e por todo o fuste deixa-

ram cair estrias como o drapeado das sobrevestes de uso das matronas. Assim, lograram a invenção de dois tipos discriminados de colunas, uma viril, sem ornamento e de aparência simples, a outra, com a subtileza, o ornato e a boa proporção femininas. (Vitrúvio, 2009, p. 143)

A definição proporcional dada ao tipo jônico se assemelha àquela do tipo dórico, baseado numa mesma planta que estabelece em termos proporcionais uma altura para a coluna (1:6 para a coluna dórica e 1:8 para a coluna jônica). A diferença entre esta última definição e a anterior está no modo como o corpo é apresentado.

O corpo feminino ao qual se faz referência vem acompanhado de outros motivos que excedem a ele, tais como alusão a sapatos, vestes, ao modo de adornar o cabelo. Enquanto isso, o corpo masculino se apresenta no gênero dórico sem ornamento, de aparência simples. Ou ainda, nu.

Sabe-se que Vitrúvio muito observou da produção grega e helenística, olhando não só para a arquitetura ereta, mas também recorrendo a uma investigação dos escritos de época. Não à toa, reconstitui o que seria o estabelecimento das comensurabilidades dos tipos dórico, jônico e coríntio recorrendo aos mitos. Assim, o passado, ao que hoje poderíamos chamar de história, se presentifica no ofício da arquitetura.

A continuidade entre os livros III e IV, além do que se intui pela leitura, é confirmada por Vitrúvio no próêmio do Livro V, quando afirma que “Deste modo,

ó César, no terceiro e quarto volumes expus as regras dos templos sagrados” (V, Proêmio, 5). Considerando que os dois pontos de maior relevância da aparição do corpo em Vitrúvio encontram-se nos livros III e IV, cujo tema é o mesmo, pode-se afirmar sem receio (e com a então concordância de D’Agostino) que a relação estabelecida pelo autor entre a arquitetura e o corpo humano é, na verdade, circunscrita à relação entre o corpo e os templos sagrados. Sobre esta tipologia, Joseph Rykwert afirma:

O que Vitruvius chamava templum e fanum ou aedes, os gregos haviam chamado temenos e naos ou oikos. Naos, o próprio edifício do templo, era o tipo de construção grega que mais se distinguia, não só porque dominava o espaço da cidade como seu mais alto - ou maior - edifício mas também porque sua característica mais proeminente, a coluna e a viga (e a exata relação entre elas) em seus diferentes gêneros, foi desenvolvida no e para o edifício do templo, *como a essência da prática e do pensamento arquitetônicos gregos*. (Rykwert, p. 183, grifos do autor)

Embora Rykwert esteja neste trecho preocupado com uma reconstituição histórica (o que o texto de Vitruvius não se propõe a ser exclusivamente), o enunciado cabe também à leitura do De Architectura, e diria ainda que as últimas palavras (destacadas) levantam ainda outra discussão sobre o tratado, com a qual retomo o início

desta exegese do De Architectura.

A resposta para a lacuna deixada parágrafos atrás, na qual se propôs um esquema, pode estar na compreensão de uma não passividade do homem em relação ao seu corpo. Em outras palavras, o autor não apenas alça o ser referenciado a uma posição de centralidade enquanto tema para tratar dos templos, mas caracteriza o homem como ser ativo perante a si mesmo e aos parâmetros de excelência que estavam postos pela natureza.

Da posição passiva no esquema da página 158, o homem passa, na figura de arquiteto, a não só dominar os preceitos de uma boa disposição de seus próprios membros, mas também a reproduzir esta operação na ereção de templos. E novamente, vale reforçar que não se trata de uma transposição da configuração feita pela natureza no corpo humano para o edifício, mas sim do ato de operar no edifício à semelhança da operação da natureza sobre o corpo humano. Em outras palavras, domínio de método. Nas palavras de Vitruvius:

Portanto, se a natureza compôs o corpo do homem, de modo a que os membros correspondam proporcionalmente à figura global, parece que foi por causa disso que os Antigos estabeleceram que também nos acabamentos das obras houvesse uma perfeita execução de medida na correspondência de cada um dos membros com o aspecto geral da estrutura. Por conseguinte, se nos transmitiram regras para todas as construções, elas destinavam-se sobretudo aos templos dos deuses,

porque as qualidades e os defeitos destas obras permanecem eternos. (Vitrúvio, 2009, p. 110)

Se foram também os antigos que elegeram o homem, e depois a mulher, para *petrificar* na figura de coluna (Livro IV); e se o raciocínio de Rykwert no trecho acima citado for preciso (em que afirma que o estabelecimento dos gêneros das colunas está diretamente associado ao estabelecimento da tradição de ereção dos templos); afirmar que as qualidades e defeitos dos templos dos deuses permanecem eternos é permitir que se considere o ato de colocar o corpo humano como elemento compositivo na forma de coluna num templo como um ato de eternizá-lo também.

A quem cabe, segundo Vitrúvio, o ofício de eternizar o homem, através da petrificação de seu corpo? O homem que transforma o próprio ser em eterno não é outro senão o arquiteto, o profissional cujo ofício Vitrúvio delimitou no primeiro livro de seu tratado. Isto posto, não parece equívoco considerar que no que se refere à operação de erigir templos sagrados e de eternizar a existência humana, Vitrúvio eleva a figura do arquiteto como ser que domina não só o edifício, mas também o ser capaz de empregar neste as regras que ele mesmo obteve através da investigação e compreensão das regras já postas pela natureza no corpo humano. O arquiteto de Vitrúvio, nessa perspectiva, é o mesmo que eu defendo desde o primeiro capítulo do presente trabalho: é o arquiteto capaz de investigar.

Arrisco dizer que, na interpretação que eu aqui faço, Vitrúvio não surpreende pela defesa do ofício em sua plena capacidade investigativa e autônoma, ou pelo menos não deveria, considerando que o mesmo já nos havia informado que

Com efeito, não foi como filósofo, nem como retórico eloquente, nem como gramático exercitado nos mais profundos meandros da arte, mas **como arquiteto imbuído destes conhecimentos, que [se esforçou] por escrever estas coisas.** (Vitrúvio, 2009, p. 36, grifos próprios)

Assim, nada do que busquei aqui reunir é novidade. Já estava, literalmente, em Vitrúvio. Busquei, na verdade, chamar atenção à necessidade de seguirmos aprimorando as práticas de ensino-aprendizagem de História, Teoria e Crítica para formar profissionais cada vez mais capacitados, autônomos, sensíveis e engajados com a sociedade.

Uma sociedade que dificilmente se restringe ao olhar contemplativo de nossos gabinetes, mas que exige uma investigação comprometida – e certamente mais inclusiva – de seus problemas e das soluções possíveis de serem apresentadas. Em última instância, este trabalho nada mais é do que uma defesa da formação de um arquiteto e urbanista investigador (nos moldes vitruvianos, se assim desejarem os mais apegados ao campo) e sensível à alteridade nos moldes contemporâneos.

Contando com o perdão do leitor por tamanha falta de pudor, concluo o texto que sintetiza a minha formação como Arquiteto e Urbanista nesta escola parafraseando este que foi o texto fundador de nossa disciplina, pois, com efeito, não foi como pesquisador, nem como retórico eloquente, nem como historiador exercitado nos mais profundos meandros da arte, mas como arquiteto e urbanista imbuído destes conhecimentos, isto é, como **arquiteto e urbanista investigador**, que me esforcei por escrever estas coisas.

Allan Pedro dos Santos Silva
São Paulo, Dezembro de 2022.

Referências Documentais

Ementas e programas do Grupo de Disciplinas de Urbanização e Urbanismo

Acervo: Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH).

Arco Temporal: 1952 a 2015.

Quantidade total de itens: 244 documentos.

Formato da documentação: Digital, .docx e .pdf.

Forma de obtenção: acesso franqueado pela secretaria do AUH.

Ementas e programas do Grupo de Disciplinas de Urbanização e Urbanismo

Acervo: Autor.

Arco Temporal: 2016 a 2022.

Quantidade total de itens: 40 documentos.

Formato da documentação: Digital, .docx e .pdf.

Forma de obtenção: busca ativa na plataforma e-Disciplinas, com estudantes da FAUUSP e em material próprio, oriundo de atividades de monitoria.

GFAU. Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *Estatuto do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*, 2008.

GFAUD. Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *Ofício de 24 de março de 2021 ao Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP*, 2021.

Referências Bibliográficas

AL-FARABI. *Livro dos princípios das opiniões dos habitantes da Cidade Excelente*. Tradução, Introdução e Notas de Miguel Attie Filho. 1ª ed. 338 p.

AL SAYYAD, Nezar e MASSOUMI, Mejjan (eds). *The Fundamentalist city: religiosity and the remaking of urban space*. New York: Routledge, 2011.

AL SAYYAD, Nezar. *Cities and Caliphs: on the Genesis of arab muslim urbanism*. Westport: Greenwood Press, 1991.

ATTIE FILHO, Miguel. *Falsafa: a filosofia entre os árabes*. 2ª ed. São Paulo: Attie Produções, 2016. 372 p.

AVERRÓIS [IBN-RUSHD]. *O discurso decisivo*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 96 p.

BERKEY, Jonathan. *The Formation of Islam: religion and society in the Near East, 600-1800*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 288 p.

BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (orgs.). *Por uma história-mundo*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 80 p.

BOZDOGAN, Sibel. *Modernism and Nation Building*. Turkish architectural culture in the early republic. Se-

attle and London: University of Washington Press, 2001.

BRADFORD, Ernle Dugate Selby. *Barbarossa, o almirante do Sultão*: pirata e construtor de um império. Tradução de Adriana de Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Grua, 2013. 224 p.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Cosmo, 1970.

BROTTON, Jerry. *O Bazar do Renascimento*: da Rota da Seda a Michelangelo. Tradução de Adriana de Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Grua, 2009. 224 p.

BUENO, B. P. S. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. *Labor e Engenho*, Campinas, SP, v. 11, n. 3, p. 242–262, 2017. DOI: 10.20396/labore.v11i3.8649556. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8649556>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. 1ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006. 120 p.

CARDAILLAC, Louis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância, Rio de Janeiro: Zahar, 1992, pp. 33-47 e pp. 148-154.

CHILDE, Gordon. *O que aconteceu na história*. Tradução de Waltensir Dutra. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 287 p.

CLEMESHA, A.; FERABOLLI, S. *Studying the Middle East from Brazil*: reflections on a different worldview. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 8, n. 4, p. 97-109, 18 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2020v8n4p97-109>. Acesso em 13 jun 2022.

CLEMESHA, A. História Árabe: disciplina acadêmica e visão de mundo. *Tiraz*. n. 8. São Paulo: FFLCH/USP, 2016.

D'AGOSTINO, Mário Henrique Simão. *A beleza e o mármore*. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 256 p.

DEFFONTAINES, Pierre. *Geographie et religions*. Paris: Gallimard, 1948;

FREELY, John. *O grande turco*. Tradução de Adriana de Oliveira. São Paulo: Grua, 2011. 352 p.

GOLDHILL, Simon. *Jerusalém, city of longing*. Cambrid-

ge, Massachussets: The Belknap Press of Harvard University press, 2008.

GOODY, Jack. *O roubo da história: Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. Tradução de Luiz Sérgio Duarte da Silva. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015. 368 p.

_____. *Renascimentos: um ou muitos?* 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 384 p.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: História de uma mundialização*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 576 p.

_____. “O Historiador, o Macaco e a Centaureia: a 'história cultural' no novo milênio”. In *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo v.17, n.49, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9960>.

HARDOY, Jorge Enrique. *Ciudades Precolombinas*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1964. 575 p.

HOURLANI, Albert. *O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 440 p.

_____. *Uma história dos povos árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006. 704 p.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Seleção de Heliana Angotti-Salgueiro, tradução de Cely Arena. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 352 p.

MANN, Barbara E. *A place in history: modernism, Tel Aviv, and the creation of Jewish Urban space*. Stanford: University Press, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 45, p. 11-36, 2003.

MESKELL, Lynn. “Conflict”. In: _____. *A future in ruins*. Unesco, world heritage, and the dream of Peace. Oxford: Oxford University Press, 2018. pp. 143-171.

MUSSA, Alberto (tradução, introdução e notas). *Os Poemas Suspensos: Al-Muallaqat*. Rio de Janeiro: Record, 2006. 212 p.

PAMUK, Orhan. “Explorando o Bósforo” e “As paisagens do Bósforo por Melling”, In: PAMUK, Orhan. *Istambul*. Memória e Cidade. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp. 57 a 84.

PARK, Chris. *Sacred worlds: an introduction to geography and religion*. London: Routledge, 1994.

PROST, A. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 288 p.

REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. 2ª ed. São Paulo: Pini, 2001. 244 p.

----- . Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil. *Cadernos de pesquisa do LAP*, n. 29. São Paulo: FAUUSP, 1999.

----- . *Urbanização e teoria: contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos fenômenos de urbanização*. Tese de Cátedra, FAUUSP, 1967. [edição fac-símile, FAUUSP, 2006]

RYKWERT, Joseph. *A coluna dançante: sobre a ordem na arquitetura*. Tradução de Andrea Buchidid Loewen, Maria Cristina Guimarães e Cassia Naser. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 448 p. : il.

ROCCO, Lygia. “Antiguidade Tardia e a islamização da paisagem”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 32, 2019, pp. 143-150.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 528 p.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo,*

razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2017. 392 p.

SENNETT, Richard. “Nudez - O corpo do cidadão na Atenas de Péricles”. In: SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016. pp. 29-70.

STUMP, Roger W. *The geography of religion: faith, place and space*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2008.

VITRÚVIO. *Tratado de Architectura*. Tradução Manuel Justino Maciel, 3ª ed. Lisboa: IST Press, 2009. 454 p.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007. 144 p.

WHEATLEY, Paul. *The places where men pray together: cities in islamic lands, seventh through the tenth centuries*. Chicago: University Press, 2000.

Breve nota metodológica

Ao leitor interessado, registro aqui algumas considerações acerca do material e dos métodos que nos permitiram redigir os capítulos que compõem a primeira parte deste trabalho, “AS SEMENTES DA ROMÃ”. Conforme já mencionado no capítulo “Caminhos percorridos, páginas a percorrer”, valemo-nos sobretudo de um conjunto documental reunido pela secretaria do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH) da FAUUSP, uma série de ementas e programas das disciplinas de Urbanização e Urbanismo, sob responsabilidade do mesmo Departamento.

Esta série remonta ao período em que ainda operava na Universidade de São Paulo o sistema de Cátedras, sendo o mais antigo documento datado de 1952, quatro anos após a fundação da escola. Os documentos mais recentes desta série datam do ano de 2015. Este arco cronológico, porém, não é contínuo. Os documentos da série relativos ao período entre 1985 e 1999 foram extraviados, gerando uma lacuna considerável nos registros que a pesquisa aqui relatada não foi capaz de reconstituir.

Em termos formais, trata-se de uma série informatizada, datilografada e salva em extensões PDF e docx, produzida pela secretária do AUH, Flávia Ribeiro. Além do extravio mencionado, que gerou uma lacuna entre 1985 e 1999, houve ainda um segundo extravio durante

uma das reformas do espaço físico do Departamento, que ocasionou na perda de toda a série original de documentos, restando apenas as suas reproduções digitais. Se, por um lado, a informatização nos permitiu acessar a reprodução dos conteúdos internos dos documentos, os extravios nos impediram de vasculhar a documentação original em vias de fazer uma crítica externa apurada. Restou-nos, portanto, trabalhar com o que tínhamos à disposição.

Para as ementas e programas datados entre 2016 e 2022, utilizou-se de diferentes formas de busca: o acesso e download de materiais digitais através do Sistema e-Disciplinas (ou Moodle) da Universidade de São Paulo; a reunião a partir de busca ativa com colegas de diferentes anos da FAUUSP, que cursaram as disciplinas do GDUU em diferentes ocasiões; e uma busca em materiais digitais próprios, reunidos ao longo de sucessivas atividades de monitoria. Apesar dos esforços, percebe-se a ausência de ementas e programas de diversas disciplinas, muitas das quais obrigatórias. De qualquer forma, pela série constituída, pôde-se extrair um conjunto de informações significativas e que permitiram mapear a generalidade das temáticas e da bibliografia mobilizadas pelos docentes do grupo ao longo do período.

No total, foram reunidos 284 documentos, sendo 244 provenientes da série informatizada do AUH e 40 reunidos através do e-Disciplinas, estudantes e acervo próprio. Estes documentos foram lidos um a um, extraíndo-se para uma planilha (em extensão Microsoft Excel, .xlsx) dados essenciais para sua identificação:

ano; número da cadeira ou código da disciplina; nome da cadeira ou da disciplina; docentes; observações. A série foi organizada cronologicamente, onde cada documento teve seus dados distribuídos ao longo de uma linha, na qual cada coluna corresponde a um tipo de dado (conforme itens acima). A essa primeira base de dados nomeou-se “Base”.

Dessa primeira extração, criou-se uma segunda aba na planilha, intitulada “Consolidação pela série”, onde buscou-se preencher os dados ausentes usando a própria série documental como referência. Os dados recuperados através dos documentos semelhantes da série foram então assinalados em laranja. Os dados corrigidos (isto é, substituídos por estarem aparentemente incorretos, segundo a seriação) foram assinalados em verde. Em vermelho foram assinalados os campos cuja seriação não permitiu sua reconstituição.

Enquanto as duas primeiras abas da planilha reuniram os dados tal como extraídos da documentação, tomamos a liberdade de criar uma terceira aba intitulada “Consolidação Final Modelada”, na qual padronizamos nomenclaturas em vias de facilitar a leitura dos dados. Foram adotados os seguintes critérios:

Nomes próprios: para os nomes de docentes, manteve-se o padrão caixa alta para iniciais e caixa baixa para restante dos caracteres, além da escrita por extenso dos nomes dos docentes que estivessem abreviados nos documentos. Foram consultados, nessa reconstituição, sites re-

ferenciais (BV FAPESP, Plataforma Lattes, Site da FAUUSP, CAU, Enciclopédia Itaú Cultural). Observa-se que a professora Suzana Pasternak também era referida por Suzana Pasternak Taschner, mas manteve-se o nome tal qual se registra atualmente na BV FAPESP, Plataforma Lattes e site da FAUUSP.

Nomes de cadeiras/disciplinas: buscou-se manter o padrão de título, com primeira letra do primeiro termo obrigatoriamente em caixa alta e o restante das letras em caixa baixa, e todo o restante dos termos em caixa baixa. Fez-se exceção para nomes próprios (São Paulo, Brasil, etc) ou conceitos/campos de estudos (Urbanização, Estudos da Urbanização, Urbanismo, Arquitetura, Planejamento Urbano, etc), cuja primeira letra vinha sempre em caixa alta e as demais em caixa baixa.

Códigos de disciplinas: notado que em 1972 iniciava-se o uso do modelo “AUH 200” para as disciplinas do grupo, buscou-se padronizar os códigos das disciplinas desta forma. Atualmente tem-se adotado AUH0200, mas, a fim de facilitar a leitura em meio a tantos códigos, optou-se por manter o padrão “AUH 200”. Observa-se, ainda, que esta última decisão não gera prejuízo na leitura dos dados, visto que o primeiro dígito numérico do padrão corrente atualmente não é utilizado

nas disciplinas obrigatórias do AUH no curso de arquitetura para fazer distinção entre disciplinas (este dígito é sempre 0, importando, portanto, o código que vem na sequência).

Realizada essa normatização, que permitiu que tivéssemos um panorama geral do oferecimento de disciplinas e da alocação de professores, retornamos a cada um dos documentos em busca de menções aos povos árabes e muçulmanos, bem como de suas histórias, culturas e cidades. Uma vez identificadas estas menções, elas foram registradas numa nova coluna na aba “Consolidação Final Modelada”.

Finalmente, criou-se uma última aba na planilha, intitulada “Menções a árabes e muçulmanos”, na qual registramos alguns dados extraídos da aba anterior ou da leitura das ementas e programas: ano de oferecimento; código da disciplina¹; nome da disciplina; docentes; proporção entre número de textos referentes a árabes e muçulmanos e o número total de textos referenciados como parte da bibliografia dos cursos (seguindo padrão de fração); proporção entre número de aulas referentes a árabes e muçulmanos e o número total de aulas ministradas por cada curso (seguindo padrão de fração); lista das bibliografias mobilizadas e aulas ministradas a respeito de árabes e muçulmanos.

1 Não foram identificadas menções a árabes e muçulmanos nos documentos referentes às cátedras, portanto não havia necessidade de manter uma coluna para a numeração das cadeiras.

A partir das abas “Consolidação Final Modelada” e “Menções a árabes e muçulmanos” foram redigidos os dois capítulos da primeira parte do presente trabalho, e de onde foram extraídas as informações que constituem o anexo a seguir.

Anexo

A seguir são apresentadas as fichas de análise documental das ementas e programas de disciplinas levantados pela pesquisa, especificamente aquelas onde consta a menção a árabes e muçulmanos e que serviram de apoio para a produção da "PARTE I - AS SEMENTES DA ROMÃ", do presente trabalho.

A síntese é tão somente uma referência ao leitor, não excluindo de forma alguma a relevância dos documentos de onde os dados foram extraídos (e onde há, evidentemente, um conjunto de informações muito mais amplo do que o relatado adiante).

FICHA 01

AUH0236 - Estudos de Urbanização I

Docente(s)

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Suzana Pasternak

Ano de oferecimento

2012

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.

FICHA 02**AUH0238 - Estudos de Urbanização II***Docente(s)*

Jorge Bassani

Renato Cymbalista

Suzana Pasternak

Ano de oferecimento

2012

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.

FICHA 03**AUH0243 - Cidade, Espaço e Religião***Docente(s)*

Renato Cymbalista

Ano de oferecimento

2013

Aula

Espaço e Território no Islamismo (Sheik Jihad Hammadeh)

Bibliografia

AL SAYYAD, Nezar e MASSOUMI, Mejjan (eds), *The Fundamental city: religiosity and the remaking of urban space*. New York: Routledge, 2011.

AL SAYYAD, Nezar. *Cities and Caliphs: on the Genesis of arab muslim urbanism*. Westport: Greenwood Press, 1991.

DEFFONTAINES, Pierre. *Geographie et religions*. Paris: Gallimard, 1948;

PARK, Chris. *Sacred worlds: an introduction to geography and religion*. London: Routledge, 1994.

STUMP, Roger W. *The geography of religion: faith, place and space*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2008.

WHEATLEY, Paul. *The places where men pray together: cities in islamic lands, seventh through the tenth centuries*. Chicago: University Press, 2000.

FICHA 04**AUH0236 - Estudos de Urbanização I***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Ano de oferecimento

2013

Aula

1. Urbanização na Idade Média: mudanças na rede urbana e suas consequências nos espaços intra-urbanos.
2. Herança portuguesa no mundo: as fortalezas, vilas e cidades do Império luso na África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico e Ásia.

Bibliografia

BRAUDEL, F. “As cidades” In: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. I, pp. 439-480.

FICHA 05**AUH0238 - Estudos de Urbanização II***Docente(s)*

Jorge Bassani

Renato Cymbalista

Ano de oferecimento

2013

Aula

1. 1250-1400: Rotas comerciais e a centralidade das redes urbanas árabe e asiática. A passagem da Idade Média para o Renascimento e a reconstrução da rede urbana na Europa.
2. 1400-1500: Cairo, Vijayanagar e a rede urbana chinesa. O primeiro Renascimento na Europa.

Bibliografia

BRAUDEL, F. “As cidades” In: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. I, pp. 439-480.

FICHA 06**AUH0238 - Estudos de Urbanização II***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Flávia Brito do Nascimento
Leandro Medrano

Ano de oferecimento

2014

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

BRAUDEL, F. "As cidades" In: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. I, pp. 439-480.

FICHA 07**AUH0236 - Estudos de Urbanização I***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2014

Aula

1. Renascimento urbano na Baixa Idade Média? O jogo das trocas mercantis e suas consequências nos espaços intra-urbanos.
2. Urbanização e vida material na perspectiva da História Global: intercâmbio cultural Oriente-Occidente.

Bibliografia

BRAUDEL, F. "As cidades" In: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. I, pp. 439-480.

FICHA 08**AUH0247 - Lugares de Memória e Consciência***Docente(s)*

Renato Cymbalista

Ano de oferecimento

2015

Aula

1. Religião. Perseguições Religiosas. Memorializando o Holocausto judaico. Lugares sagrados em disputa. O Caminho de Abraão no Oriente Médio. Canudos. O Pátio do Colégio em São Paulo.

Bibliografia

- AL SAYYAD, Nezar e MASSOUMI, Meigan (eds), *The Fundamental city: religiosity and the remaking of urban space*. New York: Routledge, 2011.
- GOLDHILL, Simon. *Jerusalém, city of longing*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University press, 2008.
- MANN, Barbara E. *A place in history: modernism, Tel Aviv, and the creation of Jewish Urban space*. Stanford: University Press, 2006.
- STUMP, Roger W. *The Geography of religion: faith, place and space*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2008.

FICHA 09**AUH0238 - Estudos de Urbanização II***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2015

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

- BRAUDEL, F. "As cidades" In: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. I, pp. 439-480.
- SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 10**AUH0238 - Estudos de Urbanização II***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2015

Aula

1. 'Renascimentos' na perspectiva de uma história menos eurocêntrica

Bibliografia

BRAUDEL, F. "As cidades" In: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII. As estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. I, pp. 439-480.

FREELY, John. "A cidade do conquistador"/ "Uma corte renascentista em Istambul" In: *O Grande Turco: Sultão Mehmed II, conquistador de Constantinopla e senhor de um império*. São Paulo: Grua, 2011, pp. 266-281.

FICHA 11**AUH0236 - Estudos de Urbanização I***Docente(s)*

Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2016

Aula

1. Desurbanização na Alta Idade Média? Renascimento urbano na Baixa Idade Média? Revisão historiográfica à luz do Islão.

Bibliografia

BRAUDEL, F. "As cidades" In: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII. As estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. I, pp. 439-480.

FICHA 12**AUH0238 - Estudos da Urbanização II***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2016

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*.
São Paulo: Cia. de Bolso, 2003.

FICHA 13**AUH0236 - Estudos da Urbanização I***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2017

Aula

1. Cidades e urbanização na Reconquista Híbridos nas fronteiras no território europeu.

Bibliografia

BRAUDEL, F. "As cidades" In: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. I, pp. 439-480.

DEDIEU, Jean-Pierre, "O refluxo do Islã espanhol" e e DE MATEO, Julio Pores e ESCRIBANO, Dolores de Paz, "Um passeio pela Toledo Medieval" In: CARDAILLAC, Louis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII* Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância, Rio de Janeiro: Zahar, 1992, pp. 33-47 e pp. 148-154.

SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. de Bolso, 2003.

FICHA 14**AUH0236 - Estudos de Urbanização I***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Ano de oferecimento

2017

Aula

1. A cidade islâmica e o mundo urbano a Oriente.

Bibliografia

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII. As estruturas do cotidiano* (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.

FREELY, John. "A cidade do conquistador"/ "Uma corte renascentista em Istambul" In: *O Grande Turco: Sultão Mehmed II, conquistador de Constantinopla e senhor de um império*. São Paulo: Grua, 2011, pp. 266-281.

FICHA 15**AUH0236 - Estudos de Urbanização I***Docente(s)*

Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2017

Aula

1. A cidade islâmica e o mundo urbano a Oriente.

Bibliografia

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII. As estruturas do cotidiano* (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.

FREELY, John. "A cidade do conquistador"/ "Uma corte renascentista em Istambul" In: *O Grande Turco: Sultão Mehmed II, conquistador de Constantinopla e senhor de um império*. São Paulo: Grua, 2011, pp. 266-281.

FICHA 16**AUH0236 - Estudos de Urbanização I***Docente(s)*

Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2018

Aula

1. A cidade islâmica e o mundo urbano a Oriente.

Bibliografia

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII. As estruturas do cotidiano* (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.

FREELY, John. "A cidade do conquistador"/ "Uma corte renascentista em Istambul" In: *O Grande Turco: Sultão Mehmed II, conquistador de Constantinopla e senhor de um império*. São Paulo: Grua, 2011, pp. 266-281.

FICHA 17**AUH0238 - Estudos de Urbanização II***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2018

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 18**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2018

Aula

1. Urbanização era industrial. Redes, imperialismos, massas. Exercício 1 - Representações urbanas por meio das narrativas, documentos e imagens - Istambul

Bibliografia

BOZDOGAN, Sibel. *Modernism and Nation Building*. Turkish architectural culture in the early republic. Seattle and London: University of Washington Press, 2001.

PAMUK, Orhan. “Explorando o Bósforo” e “As paisagens do Bósforo por Melling”, In: PAMUK, Orhan. *Istambul*. Memória e Cidade. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp. 57 a 84.

FICHA 19**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2018

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

SAID, E., *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 20**AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2019

Aula

Cidades e urbanização na Reconquista: Hibridismos nas fronteiras no território europeu.

Bibliografia

DEDIEU, Jean-Pierre, “O refluxo do Islã espanhol” In: CAR-DAILLAC, Louis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância, Rio de Janeiro: Zahar, 1992, pp. 33-47.

BRAUDEL, F. *Civilização material: economia e capitalismo – séculos XV-XVIII*. Lisboa: Cosmos, 1970.

SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 21**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2019

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 22**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Ano de oferecimento

2019

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

PAMUK, Orhan. “Explorando o Bósforo” e “As paisagens do Bósforo por Melling”, In: PAMUK, Orhan. *Istambul. Memória e Cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp. 57 a 84.

FICHA 23**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2020

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 24**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Ano de oferecimento

2020

Aula

1. Urbanização na era industrial. Redes, imperialismos, exposições, massas. A cidade real no século XIX versus medicina, legislação, utopias.

Bibliografia

PAMUK, Orhan. “Explorando o Bósforo” e “As paisagens do Bósforo por Melling”, In: PAMUK, Orhan. *Istambul. Memória e Cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp. 57 a 84.
SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 25**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Jorge Bassani
Leandro Medrano

Ano de oferecimento

2020

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 26**AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Ano de oferecimento

2020

Aula

1. Idade Média revisitada à luz do Islão.

Bibliografia

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*: séculos XV – XVII. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.

"Trinta mil habitantes, uma cidade-fronteira", "Da grande mesquita à catedral gótica", "A arquitetura mudéjar acima das três religiões" e "Um passeio pela Toledo medieval". in: CARDAILLAC, Louis. *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Coleção Memória das Cidades. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. pp. 122-154.

FICHA 27**AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2020

Aula

Cidades e urbanização na Reconquista: Híbridos nas fronteiras no território europeu.

Bibliografia

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo* – séculos XV-XVIII. Lisboa: Cosmos, 1970.

CARDAILLAC, L. (Org.). *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

DEDIEU, Jean-Pierre, "O refluxo do Islã espanhol" In: CARDAILLAC, Louis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância, Rio de Janeiro: Zahar, 1992, pp. 33-47.

SAID, E. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. de Bolso, 2003.

FICHA 28**AUH0249 - Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas:
temas de patrimônio urbano***Docente(s)*

Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2020

Aula

1. Mundialização do patrimônio e o patrimônio da UNESCO 1 As cidades patrimônio mundial no espelho global. Turismo, visibilidade e comércio. - ALEPPO, SÍRIA.

Bibliografia

MESKELL, Lynn. "Conflict". In: _____. *A future in ruins*. Unesco, world heritage, and the dream of Peace. Oxford: Oxford University Press, 2018. Pp. 143-171.

FICHA 29**AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2021

Aula

1. Palestra Prof^a. Dra. Lygia Rocco (MAE USP) – Arquitetura e cidade islâmica

Bibliografia

CARDAILLAC, L. (Org.). *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ROCCO, Lygia. "Antiguidade Tardia e a islamização da paisagem". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 32, 2019, pp. 143-150.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. de Bolso, 2003.

FICHA 30**AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Ano de oferecimento

2021

Aula

1. A Idade Média revisitada à luz do Islão e o Império Luso à luz dos encontros culturais, trocas e hibridismos. Heranças compartilhadas.
2. Palestra Allan Pedro Silva. A mobilização ibérica como laboratório do mundo: urbanização e hibridismo no Estado da Índia Portuguesa.
3. Palestra Lygia Rocco. Arquitetura e Cidade Islâmica.

Bibliografia

- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*: séculos XV – XVII. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- CARDAILLAC, Louis. *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Coleção Memória das Cidades. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. pp. 122-154.
- ROCCO, Lygia. Nasce uma nova forma de ver. *Entre Livros Árabes*, p. 88-91.
- SILVA, Allan Pedro dos Santos. “Cochim como laboratório do mundo: uma paisagem no Estado da Índia no século XVI”. *Revista Cadernos de Pesquisa da EC*, n. 10, p. 09-25, 2020.

FICHA 31**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro
Carlos Oliveira

Ano de oferecimento

2021

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

- SAID, E., *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 32**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2021

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

SAID, E., *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente.
São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 33**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Ano de oferecimento

2021

Aula

1. O longo século XIX, urbanização e urbanismo na Era da Indústria à luz da História Global. Urbanização na era industrial. Redes, imperialismos, exposições, massas. A cidade real no século XIX versus medicina, legislação, utopias.

Bibliografia

PAMUK, Orhan. “Explorando o Bósforo” e “As paisagens do Bósforo por Melling”, In: PAMUK, Orhan. *Istambul*. Memória e Cidade. São Paulo: Cia das Letras, 2007. pp. 57 a 84.
SAID, E., *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente.
São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 34**AUH0236 - História da Urbanização e do Urbanismo I***Docente(s)*

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2022

Aula

1. A cidade islâmica e o mundo urbano a Oriente - Toledo;
2. “Renascimentos” na perspectiva de uma história global. O Império Luso: encontros, trocas culturais e hibridismos.

Bibliografia

- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVII*. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- CARDAILLAC, Louis. *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Coleção Memória das Cidades. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. "Trinta mil habitantes, uma cidade-fronteira", "Da grande mesquita à catedral gótica", "A arquitetura mudéjar acima das três religiões" e "Um passeio pela Toledo medieval". pp. 122-154.

FICHA 35**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Ano de oferecimento

2022

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

- SAID, E., *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

FICHA 36**AUH0238 - História da Urbanização e do Urbanismo II***Docente(s)*

Flávia Brito do Nascimento

Ano de oferecimento

2022

Aula

Não consta em programa.

Bibliografia

SAID, E., *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente.

São Paulo: Cia de Bolso, 2003.

*Trabalho Final de Graduação apresentado à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,
defendido e aprovado no dia 15 de dezembro de 2022, na sala
807 do Edifício Vilanova Artigas.*

*Compuseram a Banca de Avaliação o Professor Doutor Nestor
Goulart Reis Filho (Presidente - Orientador, AUH FAUUSP), a
Professora Doutora Joana Mello de Carvalho e Silva (Docente
Interna, AUH FAUUSP) e a Professora Doutora Arlene
Elizabeth Clemesha (Docente Externa, DLO FFLCH USP).
Acompanhou a banca a co-orientadora, Professora Doutora
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (AUH FAUUSP).
Edição revista após Banca de Avaliação.*

Trabalho redigido em Google Docs, via Google Suite da
Universidade de São Paulo, diagramado em Adobe InDesign CC
2023 com fonte Source Serif Pro e apresentado em formato digital.